

REGINA CÉLIA PEREIRA DA SILVA

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS MÃES E DOS PROFISSIONAIS SOBRE A
UNIFORMIZAÇÃO ESCOLAR: O CASO DO LABORATÓRIO DE
DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL

2006

REGINA CÉLIA PEREIRA DA SILVA

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS MÃES E DOS PROFISSIONAIS SOBRE A
UNIFORMIZAÇÃO ESCOLAR: O CASO DO LABORATÓRIO DE
DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como parte das
exigências do Programa de Pós-Graduação
em Economia Doméstica, para obtenção do
título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 11 de maio de 2006.

Prof^ª Maria de Lourdes Mattos Barreto
(Co-Orientadora)

Prof^ª Lourdes Helena da Silva
(Co-Orientadora)

Prof^ª Karla Maria Damiano Teixeira

Prof^ª Maria Izabel Vieira Botelho

Prof^ª Neuza Maria da Silva
(Orientadora)

Ao meu esposo Fernando e aos meus filhos Luis Filipe, Bárbara, Brunela e Mateus, fontes de incentivo e paciência que sempre demonstraram nesta minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, que renova as minhas forças e me proporcionou esta imensurável conquista, pelo seu imenso amor.

A todas as pessoas que contribuíram para a concretização deste trabalho, em especial:

Aos meus pais Antonia (*in memoriam*) e Liberalino, por ter me dado a vida, pela simplicidade com que conduziam a vida, sempre me incentivando a estudar e a crescer intelectualmente.

Ao meu querido esposo Fernando, por sempre me estimular a crescer científica e pessoalmente e por ter estado comigo desde o início da concepção deste trabalho, apoiando-me em todos os momentos.

Aos meus filhos Luis Filipe, Bárbara, Brunela e Mateus, pela compreensão e ternura sempre manifestadas, apesar da ausência de atenção, e pelo orgulho com que sempre reagiram aos resultados acadêmicos da sua mãe; espero que o entusiasmo, a seriedade e o empenho que me conduziram neste trabalho sejam estímulos para que eles possam fazer sempre mais e melhor.

A toda a minha família, especialmente às minhas irmãs e cunhados Lúcia/Cabrita e Vera/Adilson; meus irmãos Pedro, José Carlos e Paulinho; minhas cunhadas; meus sobrinhos e minhas sobrinhas, pela torcida. Além dessas pessoas importantes e especiais na minha vida, não poderia deixar de ressaltar o carinho e o apoio recebidos da minha sobrinha Daniela e da minha afilhada Brunela Grande.

À Prof^a Dra. Neuza Maria da Silva, pela dedicação, pelo olhar atento, pela postura segura das valiosas orientações que tanto contribuíram para que eu pudesse vencer os obstáculos desta pesquisa e pelas críticas e sugestões relevantes feitas durante a sua orientação.

À minha conselheira e grande amiga Prof^a Dra. Maria de Lourdes Mattos Barreto, pela competência, pelo incentivo e pelos momentos de troca de experiências e aprendizado; pelas questões levantadas ao longo da construção deste trabalho, o que me levou a refletir mais intensamente sobre determinados aspectos; pelo seu calor humano e incansável apoio moral em todos os momentos mais importantes da minha vida familiar; enfim, pela nossa amizade.

À minha conselheira Prof^a Dra. Lourdes Helena da Silva, pela disponibilidade e carinho com que sempre me atendeu e por contribuir para que eu pudesse conhecer e entender a respeito da Teoria das Representações Sociais, tão importante para esta pesquisa.

À Prof^a Dra. Maria Izabel Vieira Botelho, embora não me conhecendo pessoalmente, pela oportunidade de compartilhar este trabalho, tão importante para a minha trajetória profissional.

À Prof^a Dra. Karla Maria Damiano Teixeira, minha professora no mestrado, pela competência e pelo profissionalismo com que conduziu o nosso relacionamento.

À Prof^a Márcia Barroso Fontes, pela disponibilidade, confiança, carinho e prontidão em me ajudar sempre.

Às minhas amigas Ângela, Ana Louise, Carla, Eni, Naíse, Neide e Ritinha (Doentinha), pela amizade e solidariedade irrestritas, por estarem sempre presentes, dispostas a ouvir, opinar, incentivar e colaborar, mesmo nas horas mais difíceis.

A toda a equipe do Laboratório de Desenvolvimento Infantil, por abrir as portas dessa instituição para a coleta de dados.

A todas as profissionais e mães do Laboratório de Desenvolvimento Infantil que participaram desse trabalho, sem as quais não teria sido possível concretizá-lo, pela colaboração.

A todas as minhas professoras do mestrado, pela contribuição ao meu crescimento pessoal, acadêmico e profissional.

A todos os servidores técnico-administrativos do DED, pela disponibilidade com que sempre atenderam aos meus pedidos.

À equipe da Secretaria de Pós-Graduação, pela enorme paciência e pelo carinho e atenção sempre demonstrados.

Aos meus colegas do mestrado, pela convivência sempre amigável, especialmente aqueles que com dedicação e presteza me forneceram material de pesquisa.

Aos meus sempre amigos Cida e Ricardo, com quem tive a oportunidade de compartilhar o meu trabalho, por terem torcido por mim. Não posso deixar de me lembrar dos seus filhos Toninho e Luisinho, por terem acompanhado, mesmo que indiretamente, esta minha vitória.

À UFV, pela oportunidade de realização do curso de mestrado.

Ao Departamento de Economia Doméstica, pelo apoio e pela liberação da carga horária para que eu me dedicasse mais e melhor a este trabalho.

- **A TODOS EU AGRADEÇO DE CORAÇÃO.**

BIOGRAFIA

REGINA CÉLIA PEREIRA DA SILVA, filha de Liberalino Silva e Antônia Secati Silva, nasceu em Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, em 08 de setembro de 1959.

Realizou o curso primário no Grupo Escolar Bernardino Monteiro, no período de 1968 a 1971, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo.

Em 1972, iniciou o curso ginásial na Escola de 1º Grau Polivalente “Profº Claudionor Ribeiro”, concluindo-o no ano de 1975, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo.

Iniciou o curso científico na Escola de 2º Grau “Guimarães Rosa”, em 1976, e em 1978 concluiu-o no Colégio Universitário (COLUNI) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Viçosa, MG.

Em 1979, ingressou no Curso de Economia Doméstica da UFV, formando em 22 de julho de 1983.

Exerceu suas atividades de Economista Doméstico na iniciativa privada, especificamente no setor de confecção industrial, no período de 1983 a 1988, e, em agosto de 1988, foi contratada pela UFV, sendo lotada no Departamento de Economia Doméstica para desenvolver atividades no Laboratório de Vestuário Industrial.

Em março de 2004, iniciou o Programa de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, em Economia Doméstica da UFV, submetendo-se à defesa de tese em maio de 2006.

CONTEÚDO

	Página
LISTA DE QUADROS	xi
LISTA DE FIGURAS	x
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiv
1. INTRODUÇÃO	1
2. PROBLEMA E JUSTIFICATIVA.....	2
2.1. Objetivos	9
2.1.1. Geral.....	9
2.1.2. Específicos	9
3. REVISÃO DA LITERATURA.....	10
3.1. Trajetória histórica das vestimentas	10
3.2. O vestuário e seu significado simbólico.....	20
3.3. Consumo do vestuário.....	26
3.4. Cuidar e educar: a constituição da idéia de ser criança.....	33
3.5. A Teoria das Representações Sociais.....	40
4. METODOLOGIA	44
4.1. A pesquisa qualitativa	44
4.2. O projeto-piloto.....	46
4.3. O local de estudo.....	47

	Página
4.4. A seleção dos entrevistados	48
4.4.1. A seleção das mães.....	49
4.4.2. A seleção da equipe de apoio técnico.....	51
4.4.3. A seleção da equipe técnica	52
4.5. Procedimento técnico de coleta dos dados	52
4.5.1. As entrevistas	53
4.6. Procedimento técnico de análise dos dados	55
4.6.1. A análise de conteúdo	56
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	59
5.1. Caracterização das mães.....	59
5.2. Representações sociais e avaliações das mães	61
5.2.1. Palavras, idéias e imagens	61
5.2.2. Significado do uniforme.....	63
5.2.3. Uso do uniforme no Laboratório de Desenvolvimento Infantil	65
5.2.4. Avaliação das mães sobre satisfação do uniforme escolar no LDI	69
5.2.5. Opinião das mães sobre custo do uniforme escolar no LDI.....	80
5.3. Caracterização das equipes técnica e de apoio técnico do LDI.....	81
5.4. Representações sociais e avaliações da equipe de apoio técnico do LDI... ..	83
5.4.1. Palavras, idéias e imagens	83
5.4.2. Significado do uniforme.....	84
5.4.3. Uso do uniforme no LDI	85
5.4.4. Uso do uniforme e a realização de atividades pelas crianças no LDI ..	91
5.5. Representações sociais e avaliações da equipe técnica do LDI	104
5.5.1. Palavras, idéias e imagens	104
5.5.2. Significado do uniforme.....	105
5.5.3. Uso do uniforme no LDI	105
5.5.4. Estratégias utilizadas para comunicação aos pais	111
5.6. Uniformização escolar: convergências e divergências.....	113
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	122
APÊNDICES	128
ANEXOS.....	135

LISTA DE QUADROS

	Página
1. Caracterização das crianças por sala e categoria funcional da mãe – Viçosa, MG – 2005	49
2. Caracterização da amostra da pesquisa – Viçosa, MG – 2005.....	50
3. Caracterização da equipe de apoio técnico do Laboratório de Desenvolvimento Infantil por sala – Viçosa, MG – 2005.....	51
4. Caracterização da amostra de pesquisa – Viçosa, MG – 2005.....	51
5. Representações das mães sobre palavras, idéias e imagens do uniforme escolar – Viçosa, MG – 2005.....	62
6. Representações das mães sobre o significado do uniforme escolar – Viçosa, MG – 2005	63
7. Representações sociais da equipe de apoio técnico do LDI sobre palavras, idéias e imagens do uniforme escolar – Viçosa, MG – 2005.....	83
8. Representações sociais da equipe de apoio técnico sobre uso do uniforme no LDI – Viçosa, MG – 2005.....	86
9. Padronização, segurança, níveis socioeconômicos e organização do LDI – Viçosa, MG – 2005	87
10. Representações sociais das profissionais sobre o uso do uniforme e a realização das atividades no LDI – Viçosa, MG – 2005	92

LISTA DE FIGURAS

	Página
1. Trajetória do movimento do significado cultural dos bens de consumo	21
2. Características pessoais, socioeconômicas e demográficas das mães das crianças freqüentadoras do LDI –Viçosa, MG – 2005	60
3. Satisfação das mães com a confecção, o conforto, a cor, o modelo e a modelagem do uniforme escolar usado pelas crianças no LDI – Viçosa, MG – 2005.....	69
4. Opinião das mães em relação à durabilidade, à higienização e à praticidade das peças do uniforme escolar usado pelas crianças no LDI – Viçosa, MG – 2005.....	71
5. Opinião das mães em relação às experiências anteriores à uniformização e experiências relacionadas ao uso do uniforme escolar pelas crianças no LDI – Viçosa, MG – 2005	73
6. Pontos positivos e negativos da uniformização na opinião das mães das crianças freqüentadoras do LDI – Viçosa, MG – 2005	75
7. Opinião das mães das crianças freqüentadoras do LDI sobre o custo do uniforme escolar, comparado com o custo das roupas comuns – Viçosa, MG – 2005	80
8. Características pessoais, socioeconômicas e demográficas das equipes técnica e de apoio técnico do LDI – Viçosa, MG – 2005	82

	Página
9. Pontos positivos e negativos da uniformização na opinião da equipe de apoio técnico do LDI – Viçosa, MG – 2005	102
1A. Modelos de uniforme verão.....	136
2A. Modelo de uniforme meia estação.....	137
3A. Modelos de uniforme inverno	137

RESUMO

SILVA, Regina Célia Pereira, M.S., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2006. **As representações sociais das mães e dos profissionais sobre a uniformização escolar: o caso do Laboratório de Desenvolvimento Infantil.** Orientadora: Neuza Maria da Silva. Co-Orientadoras: Maria de Lourdes Mattos Barreto e Lourdes Helena da Silva.

Nesta dissertação, analisa-se a institucionalização do uniforme na cultura escolar a partir das representações sociais construídas pelas mães e equipes técnica e de apoio técnico do Laboratório de Desenvolvimento Infantil (LDI). O objetivo geral consistiu em compreender as representações sociais desses sujeitos sobre o uniforme escolar. Especificamente, buscou-se identificar e analisar as imagens e conceitos que as mães e as profissionais do LDI desenvolvem sobre o uniforme escolar e o uso pelas crianças; identificar o nível de satisfação das mães em relação ao uso do uniforme escolar pelas crianças no LDI; analisar estratégias utilizadas pela equipe técnica do LDI para justificar o uso do uniforme escolar pelas crianças do Laboratório; avaliar o custo do uniforme escolar no LDI em termos orçamentários, comparando-o com o preço de outras peças do vestuário; e identificar e relacionar o uso do uniforme escolar com o desenvolvimento integral da criança, no cotidiano do LDI. Os itens abordados no referencial teórico-metodológico foram: Trajetória histórica das vestimentas; O vestuário e seu significado simbólico; Consumo do vestuário; Cuidar e educar: a constituição da idéia de ser criança; e a Teoria das Representações Sociais. Optou-se por

uma abordagem qualitativa, por possibilitar compreender o modo como os sujeitos apreendem a vida, a partir de suas experiências cotidianas. A técnica de investigação utilizada foi a entrevista semi-estruturada. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas. Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo, segundo a técnica de análise temática, proposta por Bardin. Com base na análise dos resultados, identificou-se uma tendência evolutiva comum, entre os grupos entrevistados, de relacionar o uniforme à idéia de roupa específica usada na escola. Assim, a criança uniformizada beneficia as instituições – família e escola. Essas representações e avaliações estiveram associadas, predominantemente, a aspectos ligados à identificação e segurança da criança, à caracterização da escola, à valorização da criança e à minimização das diferenças socioeconômicas das crianças com relação ao vestuário, à praticidade e à mudança na aparência do ambiente físico da instituição. Revelaram, também, que o conforto do uniforme contribui significativamente para a liberdade de ação e de movimento da criança durante a execução das suas atividades, bem como para facilitar aquelas realizadas pelas profissionais das instituições de educação infantil.

ABSTRACT

SILVA, Regina Célia Pereira, M.S., Universidade Federal de Viçosa, May, 2006. **Social representations of mothers and professionals about school uniforms: the case of the Laboratory of Child Development.** Adviser: Neuza Maria da Silva. Co-Advisers: Maria de Lourdes Mattos Barreto and Lourdes Helena da Silva.

In this dissertation the institutionalization of the uniform in a school setting is analyzed, starting from social representations constructed by the teams of technical and support workers of a Child Development Laboratory (LDI). The general objective consisted in comprehending the social representations of those subjects about the use of school uniform by the children. Specifically, it was sought: to identify and to analyze the images and concepts that mothers and professionals from LDI develop about school uniform and its use by children; to identify mothers level of satisfaction with the use of the uniform by their children; to analyze the strategies utilized the technical team of the LDI to justify the use of the uniform by the children the Laboratory; to evaluate the cost of LDI uniform in budget terms compared to the cost of other clothes; and to identify and relate the use of the uniform with the integral development of the child in the daily life, in the Laboratory. The theoretical and methodological framework focused on the following: History of clothing; Clothing and its symbolic meaning; Clothing consumption; To take care and to educate: construction of the idea of being a child; and the Theory of Social Representations. A qualitative framework was chosen because it allows to comprehend the way how subjects apprehend life, starting from their daily

experiences. The technique of investigation used was the semi-structured interview. The interviews were recorded, and afterwards they were transcribed. The data were submitted to content analysis, according to the technique proposed by Bardin. The results indicated the existence of a common evolutive tendency, among the interviewed groups, towards relating the uniform to the idea of an specific clothe to be used at school. Thus, a child in uniform benefits the institutions-family and school. Those representations and evaluations were associated, primarily, to aspects related to child identification and safety, to school characterization, to valoration of the child, to minimization of socioeconomic differences among the children, in terms of clothing, to practicality, and to change in appearance of the physical environment of the institution. It was also revealed that the confort of the uniform significantly contributes to children's freedom of action and movement during their activities, as well as to facilitate the realization of those activities performed by the professionals from child education institutions.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho originou-se da experiência profissional da pesquisadora, na área de uniformização, no Laboratório de Vestuário Industrial do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa, MG. A partir dessa experiência, foi possível direcionar a pesquisa para um objeto pouco explorado no cenário científico da sociedade contemporânea, a uniformização escolar.

Pela trajetória histórica da Creche/UFV, observa-se que desde a sua implantação, em 1988, foi deliberada a obrigatoriedade do uso do uniforme escolar pelas crianças. Entretanto, no período de aproximadamente 12 anos, os uniformes deixaram de ter um modelo-padrão, sofrendo constantemente modificações. Com a mudança de Creche/UFV para Laboratório de Desenvolvimento Infantil, ocorrida em 1999, retomou-se a discussão sobre o uso do uniforme escolar pelas crianças. Nesse momento, surgiu a oportunidade de desenvolver um estudo para a implantação do uniforme escolar nesse Laboratório, com o objetivo de atender à sua proposta político-pedagógica, que visa à participação ativa da criança no processo de construção do conhecimento. Esse projeto subsidiou a realização da presente pesquisa.

Segundo Ariès, as crianças até o final do século XVI utilizavam o mesmo tipo de indumentária que os adultos de sua classe social. A partir do século XVII, o traje infantil passou a ser particularizado e reservado às crianças, distinguindo-as dos adultos. Foi, porém, no século XVIII que a vestimenta infantil evoluiu, tornando o traje mais leve e mais folgado, deixando as crianças à vontade. Essa preocupação em distinguir a vestimenta da criança daquela usada pelo adulto ocorreu primeiramente no traje

masculino, confirmando a história de que foram os meninos as primeiras crianças a frequentar os colégios no fim do século XVI e início do século XVII (ARIÈS, 1981).

Entretanto, com a inserção da mulher no mercado de trabalho a demanda pelos serviços prestados às suas famílias cresceu consideravelmente. Entre estes, estão os serviços executados pelas instituições de educação infantil, as quais começaram a surgir em meados do século XIX, nos países norte-americanos e europeus e, no início do século XX, no Brasil, visando atender à criança pequena, de 0 a 6 anos de idade, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. As crescentes mudanças políticas e sociais que foram surgindo na sociedade, além da participação das mulheres no mercado de trabalho, estimularam a difusão dessas instituições. A proteção à infância foi um novo caminho que conduziu a criação de instituições de educação infantil, dedicadas à primeira infância, objetivando o cuidado e a educação dessas crianças (CUNHA, 2000).

Nessa nova visão de atendimento à criança, a família e as instituições de educação infantil passaram a desempenhar papéis específicos e complementares nas ações de educar e cuidar da criança que vão além de aspectos ligados ao desenvolvimento intelectual. Segundo Barreto (1996), tais papéis abrangem o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico-motor, social, afetivo, cognitivo e moral.

Considerando, portanto, que a roupa representa importância fundamental no desenvolvimento da criança e que o uniforme está institucionalizado na cultura escolar, este elemento deve ser reavaliado, buscando-se adequá-lo às atividades realizadas pelas crianças no cotidiano das instituições de educação infantil.

A institucionalização do uniforme escolar é histórica, sendo sua origem inspirada nos uniformes militares. Inicialmente, os uniformes eram sóbrios, engomados e ricos de detalhes como babados, pregas e gravatas. Com as transformações políticas e sociais que foram marcando a história da sociedade, os uniformes foram se adaptando gradativamente a essas mudanças; e no início do século 20 começaram a se modernizar, chegando aos modelos confortáveis e despojados usados hoje nas escolas.

A partir dessa contextualização, interessa-nos particularmente analisar as representações sociais construídas pelas mães e pelas profissionais do Laboratório de Desenvolvimento Infantil sobre o uso do uniforme pelas crianças. Buscando apreender essas representações, esta dissertação está organizada em quatro tópicos. No primeiro são introduzidos o problema que direcionou a pesquisa, a justificativa do estudo e os seus objetivos.

No tópico 2, apresenta-se a revisão da literatura, a qual forneceu subsídios para definir os procedimentos metodológicos usados e para a análise dos dados.

No tópico 3, descreve-se a construção do percurso metodológico, sendo apresentados os sujeitos participantes da pesquisa, bem como os procedimentos para coleta e análise dos dados.

O tópico 4 contém a discussão dos resultados, em que são analisadas as representações sociais construídas pelas mães e pelas equipes técnica e de apoio técnico do Laboratório de Desenvolvimento Infantil sobre o uso do uniforme pelas crianças, bem como as convergências e divergências presentes nesses universos representacionais.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, ressaltando-se as questões mais recorrentes dessas representações sociais, assim como sugestão para trabalhos futuros.

2. PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos, têm-se assistido às transformações que vêm ocorrendo na sociedade, destacando-se entre essas a inserção da mulher no mercado de trabalho. Essas transformações ocasionaram mudanças nos papéis familiares, principalmente naqueles desempenhados pela mulher no cotidiano. Vivenciando a dupla jornada de trabalho, as mulheres encontraram nas instituições de educação infantil (IEIS) apoio para administrarem seus papéis de mães e de trabalhadoras. Dessa forma, a demanda pelos serviços prestados por essas instituições às famílias cresceu consideravelmente, a partir da década de 1970. Como consequência, cresceram os números de instituições dedicadas à primeira infância, objetivando o cuidado e a educação de crianças de 0 a 6 anos de idade.

Segundo Cerisara (2002), as instituições de educação infantil têm por função educar e cuidar de forma indissociável e complementar a ação da família na educação das crianças de 0 a 6 anos de idade. Essa nova visão de atendimento por parte das instituições levou à busca e a uma proposta de atendimento às crianças, visando atender às especificidades que o trabalho com crianças naquela faixa etária demanda. Essa compreensão da especificidade do caráter educativo das instituições de educação infantil não é natural, mas construída historicamente a partir de vários movimentos em torno da mulher, da criança e do adolescente advindos da sociedade civil organizada, dos educadores e pesquisadores.

Nas instituições de educação infantil cresce cada vez mais a preocupação com a qualidade dos serviços prestados às famílias e às crianças. Uma forma para pensar a

qualidade no atendimento à criança relaciona-se à idéia de garantia e efetivação de seus direitos a partir da Declaração Universal dos Direitos da Criança, passando pela Constituição Federal Brasileira de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei n. 8.069, de 1990), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (n.9.349/96) e pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, de 1998, entre outros (CORRÊA, 2003). Esse princípio de qualidade significa uma mudança da perspectiva pedagógica, visando atender às exigências e expectativas dos usuários, valorizando a criança e sua família. Nesse sentido, família e instituição de educação infantil têm papéis específicos e complementares nas ações de educar e cuidar da criança que vão além de aspectos ligados ao desenvolvimento intelectual. Esses papéis se referem ao desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico-motor, social, afetivo, cognitivo e moral, complementando a ação da família e da comunidade.

A Creche da Universidade Federal de Viçosa, desde a sua implantação em 1988, deliberou a obrigatoriedade do uso do uniforme escolar pelas crianças, de acordo com o Suplemento do Ato Administrativo nº 023/93¹. Entretanto, no período de aproximadamente 12 anos, essa instituição passou por vários coordenadores, e os uniformes deixaram de ter um modelo-padrão, sofrendo constantemente modificações. Essas mudanças foram sendo introduzidas aleatoriamente nos modelos dos uniformes, sem que houvesse estudos que fundamentassem as suas reais necessidades, uma vez que não se encontra nenhum registro nesse sentido. É importante ressaltar ainda que, por um período não registrado nos documentos consultados e disponíveis no LDI, o uso do uniforme pelas crianças restringiu-se a um pequeno grupo, chegando mesmo à sua completa ausência.

Com a mudança de Creche/UFV para Laboratório de Desenvolvimento Infantil-LDI, ocorrida em 1999, retomou-se a discussão sobre a uniformização nesta instituição a partir de levantamentos bibliográficos que viabilizaram nova proposta de uniforme, considerando as especificidades das crianças de 0 a 6 anos de idade. O desenvolvimento da pesquisa constou da elaboração de modelos e sugestões de cores das peças do uniforme; indicação do pano; produção de moldes; confecção das peças-piloto; provas das peças nas crianças; e votação dos pais para definição da nova proposta de

¹ CAPÍTULO 3 – DA ENTRADA E SAÍDA DAS CRIANÇAS:
Parágrafo Único – Somente será permitida a entrada da criança na Creche devidamente uniformizada.

uniformização (Anexo 1). Após a confecção dos uniformes, verão e inverno, estes foram encaminhados à coordenação do LDI, que, em reunião do Conselho Administrativo², submeteu à apreciação das mães, sendo aprovados pela maioria dos votos. A partir de janeiro de 2005 ficou estabelecido o uso do uniforme pelas crianças que freqüentam o Laboratório.

Ao se considerar, portanto, que o vestuário é uma necessidade básica do ser humano e que o uniforme é um artefato instituído na cultura escolar, essa vestimenta passa, nesse novo contexto, a ser reavaliada, por representar importância fundamental no desenvolvimento da criança à medida que é por meio das roupas que ela experimenta sensação de conforto físico e térmico, entre outros aspectos, o que interfere no desenvolvimento de suas atividades diárias.

Draper e Draper (1973) ressaltam ainda que a criança, por meio do uso das roupas, passa a interagir com esse objeto, permitindo a construção do conhecimento, a conquista da independência e o gosto em se vestir, que são fundamentais para a sua vida. A roupa não proporciona apenas proteção para o seu corpo, mas também experiências interessantes que fazem parte do seu desenvolvimento integral e, conseqüentemente, do seu processo de aprendizagem. Complementando essa idéia, Unesco (1985) afirma que os significados sociais de um objeto são construídos ou criados pelas crianças a partir de suas interações com esses objetos sociais, que se convertem em objetos de conhecimento.

Segundo Gade (1998), as crianças formam um grupo suscetível às influências de fatores psicodinâmicos internos e de fatores psicossociais externos. Formando um público diferente do adulto, devem ser tratadas de forma específica e apropriadas às suas fases de desenvolvimento e demandas de consumo. Ainda nas palavras de Gade, entre os fatores externos estão os grupos sociais. A referida autora propõe a seguinte conceituação:

Por grupo social entende-se um conjunto de pessoas que mantêm uma relação de interdependência, em que o comportamento de cada membro influencia potencialmente o comportamento de cada um dos outros (GADE, 1998, p. 175).

² Reunião do Conselho Administrativo, do dia 05 de abril de 2000, na sala de Reuniões do LDI – Ata 001/2000.

No ser humano, principalmente na primeira infância, percebe-se que a influência do grupo familiar no comportamento de consumo ocorre de “forma natural”. Na família, a criança tem oportunidade de aprender que ser igual a seus pares significa ter afeto e não se expor a perigos e ameaças. A escola amplia o mundo da criança, colocando-a em contato com uma nova realidade social. Seus pares ganham importância, e a associação que ela faz com o mundo se dá por comparação com os meios externos (Ibid, 1998). A autora enfatizou ainda *que a criança aprende a respeito das necessidades básicas com seus pais, aprende o significado simbólico dos bens com seus pares, seus grupos e através da televisão* (GADE, 1998, p. 186). Nesse processo de socialização, o consumo começa muito cedo, e a criança torna-se capaz de ter suas preferências, influenciando seus pais na compra de produtos (MOSCHIS, 1987).

À medida que a criança cresce e se desenvolve, suas necessidades em termos de vestuário mudam, passando a funcionar como símbolo de “status” ou de expressão social, despertando, na criança, interesse em selecionar e vestir sua própria roupa, associando-a com a vestimenta das pessoas com as quais possui mais identificação.

Torna-se imprescindível, dessa forma, avaliar a importância da uniformização nas instituições de educação infantil, que, segundo Stone (1994), deve ser feita de forma cuidadosa, porque as roupas apropriadas são muito importantes na primeira infância, despertando na criança o gosto para um tipo de vestuário em particular. A criança pode querer vestir roupas para ir à escola que normalmente usa no seu dia-a-dia e em todas as ocasiões. Dessa forma, as famílias, bem como as escolas, como agentes socializadores, podem orientar as crianças sobre a importância do uso do uniforme escolar como traje apropriado para essa atividade.

Essa afirmação de Stone (1994) é reforçada por Draper e Draper (1973), ao ressaltarem que a criança incomodada com a roupa pode ter seu comportamento alterado, resultando em possível irritabilidade. Roupas que podem ser vestidas e retiradas com facilidade são mais indicadas para uso das crianças, proporcionando-lhes o desenvolvimento de sua autonomia. Nessa perspectiva, o uniforme escolar usado pelas crianças em uma instituição de educação infantil deve ser considerado elemento de proteção individual, de pertencimento da criança a determinado grupo social, permitindo a sua identificação e segurança, além de integrar-se ao ambiente da instituição como parte da proposta pedagógica.

A autora deste estudo, como coordenadora do Laboratório de Vestuário Industrial (LVI) do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de

Viçosa, em Viçosa, MG, trabalha na implantação e implementação de uniformes para uso dos trabalhadores, nas diferentes áreas de atividades profissionais. A experiência profissional adquirida nesse Laboratório e a leitura atenta dos relatos dos trabalhadores quanto à importância do uso do uniforme profissional, em relação a aparência, segurança, conforto, custo e durabilidade, dentre outros aspectos, foram compondo o problema de pesquisa e direcionando-o para a área de uniformização escolar. Nesse sentido, surgiu a idéia de desenvolver este trabalho, especificamente para instituições de educação infantil, por se observar na prática do cotidiano a carência de estudos que focam essa temática específica, o que vem tornando a sua atuação profissional restrita nesse campo.

A partir da trajetória profissional da pesquisadora, alguns questionamentos teóricos foram se transformando em problematizações no sentido de buscar conhecer as experiências do cotidiano vivenciadas pelas mães e profissionais do Laboratório de Desenvolvimento Infantil sobre a temática da uniformização escolar, por meio de uma análise das representações sociais que permeiam as práticas e as interações sociais vividas por esses sujeitos. Assim, enquanto forma de conhecimento prático, as representações sociais orientam a compreensão do mundo e a comunicação, através da sua capacidade, enquanto categoria de análise, de descrever, de mostrar uma realidade e um fenômeno que existe. Segundo Moscovici (1961), as representações sociais orientam e organizam as condutas e comunicações sociais em dada situação (MOSCOVICI, in SILVA, 2000).

Ao se considerar que o vestuário é uma necessidade básica do ser humano e a carência de estudos sobre a uniformização no Brasil, estudar o uso do uniforme escolar pelas crianças do Laboratório de Desenvolvimento Infantil, representativo de outras instituições do gênero, é de grande importância, tanto pela necessidade de ampliação de pesquisas científicas que enfocam essa temática quanto pela construção de políticas públicas educativas, especialmente para a faixa de 0 a 6 anos de idade.

2.1. Objetivos

2.1.1. Geral

Compreender as representações sociais das mães e profissionais do Laboratório de Desenvolvimento Infantil sobre o uniforme escolar.

2.1.2. Específicos

Identificar e analisar as imagens e conceitos que as mães e as profissionais do LDI desenvolvem sobre o uniforme escolar e o uso pelas crianças;

Identificar o nível de satisfação das mães em relação ao uso do uniforme escolar pelas crianças no LDI;

Analisar estratégias utilizadas pela equipe técnica do LDI para justificar o uso do uniforme escolar pelas crianças do Laboratório;

Avaliar o custo do uniforme escolar no LDI em termos orçamentários, comparando-o com o preço de outras peças do vestuário; e

Identificar e relacionar o uso do uniforme escolar com o desenvolvimento integral da criança, no cotidiano do LDI.

3. REVISÃO DA LITERATURA

O objetivo deste tópico é apresentar e desenvolver a revisão da literatura que ancorou as discussões desta dissertação. O tópico está dividido nas seguintes seções: na primeira seção, foi apresentada a trajetória histórica das vestimentas de maneira a elucidar a institucionalização do uniforme na cultura escolar; na segunda seção, foi focado o vestuário e seu significado simbólico a partir da trajetória do movimento do significado dos bens de consumo e da importância do vestuário apropriado para as instituições de educação infantil; na seção seguinte, foi abordado o consumo do vestuário contextualizando o setor têxtil, o consumo geral e o consumo infantil do vestuário; na quarta seção, o cuidar e educar: a constituição da idéia de ser criança foca a trajetória histórica da educação infantil e o desenvolvimento da criança. Finalmente, na quinta seção foi contextualizada a Teoria das Representações Sociais e a sua importância para esta pesquisa.

3.1. Trajetória histórica das vestimentas

Adentrar o campo da contextualização do uniforme escolar que durante muito tempo foi, ou é, obrigatório na cultura escolar implica estruturar sua própria história em diferentes tempos e em diferentes sociedades, como também as modificações que ocorreram em sua estrutura. Para tanto, torna-se fundamental retratar a trajetória histórica das vestimentas, buscando identificar o momento em que o uniforme escolar passou a ser institucionalizado e a fazer parte da história da humanidade.

Tanto nas sociedades orientais quanto nas ocidentais, as indumentárias e os adornos constituíam uma infinidade de símbolos que permitiam, além da comunicação, a aproximação dos indivíduos na organicidade das sociedades nas quais estavam inseridos. Afinal, em seus modelos, detalhes, cortes, cores e texturas, as roupas imprimem a valorização das partes do corpo, as relações de poder e as diferentes classes sociais da época, mostrando sempre o valor de se vestir, tanto pelo lado social quanto pelo psicológico do ser humano (SANT'ANNA, 2005).

Desde os primórdios, Adão e Eva começaram a história valorizando em seus corpos a parte do sexo, dando início à importância do vestir. *Abriram-se os olhos de ambos e viram que estavam nus. Teceram com folhas de figueira tangas para si* (GÊNESIS, c.3, v.7, p.31).

A história das sociedades orientais da antiguidade teve início há cerca de milhares de anos antes de Cristo. Foi no Oriente que ocorreu a transição das comunidades primitivas para as sociedades organizadas em Estados, formando as primeiras grandes civilizações, como as do Egito localizadas às margens do rio Nilo e as da Mesopotâmia, às margens do Tigre e do Eufrates.

Segundo Köhler (1996), no Egito, devido ao clima quente, predominavam nas vestimentas os tecidos de linho na cor natural branca ou lã tão finas que tornavam as roupas transparentes. Os egípcios do Antigo Império (3200-2300 a.C.) usavam uma faixa de tecido, a tanga, enrolada e ajustada ao corpo por um cinto, evidenciando a cintura masculina, que era fina em relação ao tórax. Como acessório, usavam uma manta de linho ou pele mosqueada, que cobria os ombros. A beleza dos tecidos e das roupas era a única marca que distinguia o monarca e os nobres das classes inferiores.

No período do Reino Médio (2000-1580 a.C.), segundo as mais antigas representações conhecidas das roupas dos faraós, estas eram feitas de tecidos com fios de ouro, e os acabamentos delicados evidenciavam as pregas na frente da figura, estruturadas com tecidos leves e transparentes. Esse período marcou uma era de grande desenvolvimento das técnicas de confecção das roupas, revelada pela cultura cretense. As mulheres passaram a usar saias confeccionadas em estilo glamoroso, tornando seus trajes elegantes e encantadores, representando importante papel nessa cultura (KÖHLER, 1996).

No Novo Império (1580-525 a.C.), um novo traje para ambos os sexos foi acrescentado, o Kalasiris, uma túnica longa, a qual se distinguia pelo corte e pelo tecido

usado nos períodos anteriores. Verifica-se também, desde essa época, o papel das roupas na diferenciação das classes sociais:

Os trabalhadores usavam o mesmo estilo de roupa. Para aumentar a liberdade de movimento, adotavam vários métodos para franzir-la, usando-a muito mais curta do que era costume entre as classes mais elevadas (KÖHLER, 1996, p. 63).

Os adornos usados pelos egípcios, como cintos, colares e enfeites de cabeça, eram de ouro e pedras semipreciosas ou de vidros decorados, estabelecendo sua posição social. Como complemento para a indumentária, os egípcios usavam perucas e cosméticos, além das sandálias, sendo estas últimas usadas por todas as civilizações do passado, dos egípcios aos romanos. Entre os gregos e os romanos era costume usar também as botas de couro.

Outras três grandes civilizações da Antigüidade Oriental foram os hebreus, os fenícios e os persas. Tanto os povos hebreus quanto os fenícios preservaram em suas vestimentas características semelhantes às dos egípcios. Entretanto, ao contrário dos trajes que envolviam os corpos, os persas passaram a usar meias ou calções e uma camisa tipo túnica com mangas, confeccionados em couro curtido ou tecidos resistentes e macios, protegendo-os do clima da região.

Na Grécia, as peças da indumentária que predominaram foram uma túnica de linho (o quitão), uma sobreveste de lã (o peplo) e uma capa de lã (a clâmide). Ao contrário dos períodos anteriores, os tecidos usados na confecção dessas vestimentas eram estampados com detalhes coloridos e bordados. Nessas vestimentas, tanto o drapeado quanto o pregueado eram predominantes, dando volume e movimento à roupa de comprimento até os joelhos. Homens e mulheres usavam sandálias, mas as botas de couro também eram usadas (ibid, 1996).

Em Roma, o estilo das vestimentas foi influenciado pelas vestimentas gregas. Os romanos usavam como roupa de baixo a túnica e sobre esta, a toga, usada muitas vezes como o único traje. Essas vestimentas representavam a condição social e a profissão dos romanos. A classe operária usava apenas a túnica, enquanto a classe alta vestia a túnica combinada com a toga, ou apenas a toga. No final do império romano, a toga passou a ser mais elaborada com bordados em ouro. As mulheres romanas vestiam togas simples, de seda importada da China. Os calçados femininos e masculinos eram as sandálias e os sapatos, que não iam além dos tornozelos.

Para Köhler (1996), na Idade Média (séc. XI-XV d.C.), a influência do estilo oriental continuou a ser percebida nos trajes usados durante a maior parte desse período. Após as cruzadas, tecidos nobres como o cetim, o veludo e o brocado começaram a ser comercializados na Europa, tornando as vestimentas ricas em relação aos panos e ornamentos. O ouro e as pedras semipreciosas usados pelos povos da antigüidade, nos broches e fivelas, encontram-se nas jóias usadas nesse período.

A túnica longa, ajustada ao corpo, passa a ser padronizada para homens e mulheres como uma peça básica, e uma sobretúnica era usada sobre essa túnica ajustada.

Em meados do séc. XII, as mulheres passaram a usar o espartilho. Esse tipo de vestimenta predominantemente feminino era tão justo que moldava as linhas do corpo, dos ombros aos quadris, e a saia longa conservava a forma primitiva. O novo corte e estilo na vestimenta tornavam as roupas mais decotadas, e os casacos foram substituídos por mantas ou capas que sustentavam o brasão da família. Nas classes altas, as roupas eram confeccionadas com tecido de cor única, enquanto para as criadas os tecidos de cores variadas representavam as cores do brasão da família a quem a criada servia. No mesmo período, os casacos masculinos passaram a ser mais justos, com mangas longas, e moldados ao braço (KÖHLER, 1996). O novo traje, valorizando exclusivamente o corte e a confecção das peças individualizadas, passou a ser confeccionado para certo corpo, exigindo a arte de um alfaiate que, a partir dessa época, representou um lugar de destaque no mundo da moda.

Foi no final desse período, no norte da Europa, que o estilo francês passou a representar um padrão para as classes européias, assumindo a liderança da moda. Na vestimenta feminina, o corpete foi separado da saia, enquanto na masculina predominavam, além dos trajes curtos, as longas sobrevestes.

Essa tendência francesa foi seguida também, segundo Köhler (1996), nos uniformes militares dos cavaleiros. Basicamente, a indumentária de guerra das ordens cavaleirescas era composta por casacos confeccionados em couro espesso e acolchoado, servindo de armadura defensiva do cavaleiro. Por baixo dos casacos, uma cota de malha presa por correia de couro e anéis de ferro cobria todo o corpo. Nas indumentárias, o escudo de armas do cavaleiro era bordado, e, como complemento, usava-se o cinto bem ornamentado, que tinha como função portar a espada, à direita, e a adaga, à esquerda. O adorno da cabeça mais comum usado pelos cavaleiros era o capuz, e para a proteção dos pés usavam-se sapatos ou botas de bicos finos e longos.

Na Idade Moderna (século XVI-XVIII), as vestimentas européias pouco diferiam daquelas usadas no século anterior. Meias longas e justas, calções e gibão golpeados, vários tipos de sobrevestes, barrete em forma de capuz e sapatos de salto baixo e bico arredondado vestiam os homens e saia, corpete e adorno de cabeça, as mulheres. Os calçados femininos eram também baixos, porém enfeitados com tiras de couro coloridas, botões dourados e outros ornamentos (KÖHLER, 1996).

Ainda segundo Köller (1996), nos séculos XVII e XVIII a moda dos países europeus passou a estabelecer estilos próprios, predominando o sentimento de que os velhos estilos tinham-se tornado impraticáveis. O traje feminino em meados do século XVII assumiu características próprias, tornando-o independente da indumentária masculina. No final do século XVIII ocorreu a Revolução Francesa, e as diferenças de classe foram eliminadas. Os homens passaram a valorizar o conforto em seus trajes, ocasionando profundas mudanças no estilo das vestimentas e dos ornamentos masculinos.

Uma das mudanças que marcaram a transição nos estilos das vestimentas masculinas foi a redução na largura das roupas, a substituição dos grandes enfeites e luxuosos bordados por debruns estreitos e a significativa diminuição na quantidade de ornamentos. As perucas ficaram menores, a pedido do exército, tornando-as menos desconfortáveis para cavalgar, lutar e praticar outros exercícios. Os cabelos longos e cacheados passaram a ser presos por fitas. O traje feminino, pelo contrário, assumiu formas cada vez mais amplas, coloridas e ricas em ornamento.

No século XIX e início do século XX, as roupas femininas continuaram a representar, como nos séculos anteriores, a falta de praticidade. Nos anos de 1920 e 30, na busca pela emancipação feminina, as mulheres passaram a modernizar suas roupas, seguindo o que os homens haviam feito um século antes. As roupas femininas atingiram o ideal moderno, tornando suas vestimentas mais confortáveis e preservando a crença universal de que as mulheres se vestiriam de forma elegante, remetendo a uma história muito antiga (HOLLANDER, 1996).

As mudanças sociais ocorridas no século XX originaram-se de uma verdadeira revolução social marcando um novo estilo de vida, que influenciou os hábitos, a moda, a decoração e o próprio relacionamento entre homens e mulheres. A Primeira Guerra Mundial, que durou de 1914 a 1918, envolveu quase todos os países da Europa e também levou ao conflito os Estados Unidos, marcando uma ruptura de um sistema vigente desde a Antigüidade. As mulheres começaram a trabalhar nas fábricas e nos

escritórios para suprir a carência de mão-de-obra dos operários transformados em soldados nesse período (BARROS, 1998).

Com o término da Primeira Guerra Mundial, homens e mulheres procuraram, através das roupas, criar uma ruptura com a antiga elegância no vestir. Tudo teria que mudar, e algo mudou: *no corte militar dos cabelos, na cara raspada - que aboliu a barba e o bigode clássicos - e nas roupas. Era como se um novo homem estivesse tomando conta da Terra* (BARROS, 1998, p.37). As mulheres passaram a adaptar peças do traje masculino para versões femininas, como vistos nos “tailleur”, calça comprida, blusão, colarinho, gravata, pijama, botas, “jeans” e cabelo curto. Contudo, veio a Segunda Guerra Mundial em 1939, e a preocupação com a moda desapareceu. Começaram as restrições à compra de roupas em todos os países, mesmo os que ainda não estavam envolvidos diretamente na luta. Em 1945, terminada a guerra, a moda voltou a revelar transformações sociais. A roupa no estilo militar, como os agasalhos, pulôveres e as jaquetas, passou a exercer forte influência no guarda-roupa masculino (BARROS, 1998). Segundo Fischer-Mirkin (2001), à procura de ressignificar a idéia do combate e do poderio militar que as roupas militares pudessem transmitir, o estilista Ralph Lauren colocou nas passarelas modelos menos estilizados, buscando uma nova representação para essas vestimentas.

Ao longo do século XX, o vestuário feminino e o masculino foram se tornando mais simples, mais cômodo e adaptado às diferentes exigências da vida cotidiana. O luxo do vestuário das classes burguesas deixa pouco a pouco de ser reconhecido e aprovado, marcando a conversão da alta costura no *pret a porter* nos anos de 1960 para meados dos anos de 1970 e início dos 80.

Quanto às indumentárias de trabalho, até o século XIX verificam-se fortes resistências ao seu uso, justificadas pela não-preocupação com a proteção da mão-de-obra realizada pelos trabalhadores e também pelo desejo dos artesãos de uniformizar-se com a moda burguesa. Para eles, vestir roupas de trabalho significaria desclassificá-los perante seus clientes. Apenas nas minas e nas oficinas era usado o uniforme para proteger os trabalhadores do pó, da umidade ou do calor. No final desse século, o crescente número de soldados e de armas de guerra levaram à idealização de uma farda de combate adaptada às condições vividas no momento. Somente com a Segunda Guerra Mundial a indumentária de trabalho tornou-se específica para as atividades realizadas em todos os setores da indústria, fruto do progresso técnico, dos progressos

políticos da classe operária e da preocupação com o rendimento dos trabalhadores (EINAUDI, 1995).

Tudo isso confirma o argumento de Hollander (1996), para quem as roupas constituem um fenômeno social. As modificações que ocorrem no vestuário são consideradas mudanças sociais oriundas das transformações políticas e sociais da sociedade. Mesmo com toda a fragmentação e mudanças que ocorreram no vestuário com o passar do tempo, a roupa transmite a identidade própria do indivíduo e tem poder simbólico e representacional, tornando mais flexível o estilo de cada vestimenta.

Do mesmo modo, no vestuário infantil a indumentária tornou-se a repetição de interpretações de épocas. A infância na Idade Média foi tratada com certa indiferença, marcada não apenas pelos jogos e brincadeiras, mas pelo próprio traje que vestia as crianças como homens e mulheres adultos de sua condição social. Segundo Ariès (1981), o traje medieval não separava as crianças dos adultos, e a única preocupação era manter visível, através das roupas, uma hierarquia social.

Nos primeiros anos de vida, as crianças de classe burguesa permaneciam exclusivamente no espaço doméstico aos cuidados de governantes responsáveis pelo processo educativo, que se desenvolvia sob o olhar atento dos pais. No início do século XVI, essa instrução passou a ser feita pela escola, e os primeiros a freqüentar foram os meninos. Já as meninas, até o final do século XIX, ainda estavam sendo instruídas em casa. Segundo Ariès, devido às mudanças pelas quais a sociedade passava, haveria necessidade de adequar as antigas formas de aprendizagem às demandas da nova sociedade. A escola passou a ocupar um lugar central na educação da criança pequena, significando o desprendimento gradativo da criança em relação à família.

No século XVI, nos colégios da França os semi-internos usavam o vestido por cima das calças justas até os joelhos, como descreveu, ao despertar, um aluno interno:

Depois de acordar, levantei-me da cama, vesti meu gibão e minha capa curta, sentei-me num banco, peguei minhas calças até os joelhos e minha meia, vesti-as, peguei meus sapatos, preendi minhas calças em meu gibão com agulhetas, preendi minha meia com ligas abaixo dos joelhos, peguei o cinto, pentei os cabelos, peguei o gorro e o coloquei com cuidado, vesti meu vestido, e depois saí do quarto... (ARIÈS, 1981, p. 73).

No início do século XVII: (...) *Francion entrando na classe, com as ceroulas saindo por baixo de suas calças até os joelhos e descendo até os sapatos, o vestido colocado torto e a pasta embaixo do braço, tentando dar uma fruta podre a um e um*

piparote no nariz do outro (ARIÈS, 1981, p. 73). No século XVIII, o regulamento do colégio prescrevia a inclusão de um vestido no enxoval dos alunos internos.

Segundo Ariès (1981), no século XVI vestiam-se os meninos como as meninas e estas como mulheres adultas, preocupando-se apenas em manter, através das roupas, as hierarquias sociais. Para esse autor, as representações de crianças do século XVII mostram quanto o traje infantil passou a ser particularizado e reservado à sua idade, distinguindo-as dos adultos. Foi, porém, no século XVIII, que a vestimenta infantil evoluiu, tornando o traje mais leve e mais folgado, deixando as crianças à vontade.

Essa diferenciação nos trajes era peculiar aos meninos de classes nobre e burguesa. As meninas permaneceram por mais tempo, vestindo-se como mulheres adultas. Apesar dessa diferença nos trajes infantis, um ornamento comum nas vestimentas das meninas e dos meninos foi o laço de fitas preso ao vestido na parte de trás dos ombros. Esse ornamento, próprio da infância, não era encontrado no traje das mulheres. Segundo Ariès (1981), nos séculos XVII e início do XVIII as fitas se tornaram signos da infância. Inicialmente comuns a todas às crianças, aos poucos foram se tornando adereços femininos. Esses hábitos revelam uma nova preocupação, qual seja de separar as crianças dos adultos por meio da roupa infantil.

A roupa infantil a que Ariès (1981) denominou “uniforme da infância” originou-se da túnica longa usada por homens e mulheres no período da Idade Média, adotada tanto no Ocidente quanto no Oriente. Nas representações de família em tela e em algumas tapeçarias alemãs dos séculos XV e XVI, o que se observa é que as crianças de classes nobre e burguesa, meninos ou meninas, usavam um vestido comprido com laços de fitas presos na parte de trás dos ombros e uma touca utilizada pelas criancinhas de cueiros, caracterizando o sentimento da infância até então desconhecido.

Segundo Nascimento (2001), paulatinamente as crianças burguesas deixaram de usar os camisolões de cor clara, por vezes branca, e as vestimentas passaram a distinguir tanto os gêneros masculino e feminino quanto as diferentes faixas etárias. Algumas roupas foram reservadas para ocasiões especiais, como o batismo e a primeira comunhão. Os uniformes escolares passaram a ser usados pelas crianças a partir do século XVI, apresentando pequenos sinais que identificavam o estágio de escolarização da criança.

A partir do século XVII duas novas tendências surgiram no traje infantil masculino. Na primeira, as vestimentas passaram a ter gola de rendas acentuando o aspecto efeminado do menino pequeno. Tornou-se impossível distinguir, pela roupa, um

menino de uma menina antes de 4 a 5 anos de idade. Essa efeminação do menino pequeno perdurou até o fim do século XIX, vindo a desaparecer após a Primeira Guerra Mundial (ARIÈS, 1981).

A preocupação em distinguir a vestimenta da criança daquela do adulto ocorreu primeiramente no traje masculino, confirmando a história de que foram os meninos as primeiras crianças a freqüentar os colégios no fim do século XVI e início do século XVII, preparando-os para as academias e as carreiras militares. Aos 7 anos de idade, as crianças abandonavam o traje infantil, e a sua educação era confiada aos homens adultos, introduzindo-as nesse novo mundo (Ibid, 1981).

Uma segunda tendência levou as crianças de família burguesa a usarem calças compridas, adotando traços do traje das classes populares ou do uniforme de trabalho. Surgia o traje da criança bem vestida da época de Luís XVI: (...) *arcaizante (gola Renascimento), popular (calças compridas) e militar (túnica e botões do uniforme militar)* (ARIÈS, 1981, p. 79).

As calças compridas eram o traje dos homens do mar, tornando o uniforme das marinhas de guerra. Recém-criado, o uniforme militar ou naval passou a ser adotado pelas crianças burguesas primeiro nos internatos particulares e, logo depois, nos colégios, criando o tipo do pequeno marinheiro no fim do século XVIII. Esse traje se mantém até os dias de hoje, como fantasia para crianças em festas carnavalescas. Os meninos se liberaram, então, tanto do vestido comprido quanto das calças justas até os joelhos. Nascimento (2001) ressaltou também que o final do século XIX marcou mudanças nas vestimentas dos meninos e das meninas, os quais passaram a usar meias com cano curto e liberalização do chapéu e da boina.

As crianças de classe pobre – filhos de camponeses e de artesãos – e as crianças de aldeia continuaram a usar o traje do adulto, visível em suas representações. Assim, essas crianças não eram separadas dos adultos nem pelo traje, nem pelo trabalho e tampouco pelos jogos e brincadeiras (ARIÈS, 1981). Reforçando essas afirmações, Nascimento (2001) ressaltou que as crianças de classes operária e camponesa vestiam-se com roupas por vezes muito grandes e desgastadas, herdadas de pessoas mais velhas. A seminudez dessas classes foi freqüente, fruto da inexistência ou da precariedade de outros trajes, muitas vezes apresentando-se descalças ou com a roupa de baixo à mostra.

Foi no século XIX, por volta de 1890, no Brasil, que as normalistas, estudantes da Escola Normal, passaram a fazer uso obrigatório do uniforme. Inicialmente, as saias franzidas e de cor azul-marinho eram confeccionadas com muito pano e comprimento

até os pés. Os sapatos baixos e fechados, de cor preta, eram usados com meias escuras. Complementava essa vestimenta uma camisa de cor branca abotoada na frente. A partir daí, os uniformes foram sendo usados também em ocasiões especiais, como em atos cívicos de culto ao hino e à bandeira, comemorações e desfiles, tornando parte integrante do cotidiano escolar.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, a moda e, conseqüentemente, os uniformes sofreram alterações. Os tecidos tornaram-se escassos, e foi necessário eliminar detalhes que exigiam quantidade maior de tecido para a sua confecção. Nesse período, as escolas adotaram saias pregueadas abaixo dos joelhos, camisas brancas, meias $\frac{3}{4}$ de cor branca e sapatos baixos, fechados, de cor preta. As meias usadas até os joelhos representam o pudor das freiras. O terno continuou predominando como o traje escolar masculino, variando apenas na cor, que passa a ganhar o tom cáqui.

As transformações políticas e sociais que foram marcando a história das sociedades fizeram com que os modelos dos uniformes fossem adaptados às mudanças ocorridas na moda, tornando-os mais práticos e funcionais. Os uniformes se modernizaram, mantendo a sobriedade. As saias passaram a ser confeccionadas no modelo evasé, mantendo o comprimento longo. As camisas brancas passaram a ter como acessório a gravata. Os meninos usavam terno escuro e camisa branca. Esse tipo de vestimenta se manteve até os anos de 1970. Outra opção para os meninos eram as calças curtas, geralmente usadas pelas crianças menores.

Registros fotográficos mostram que, a partir do final do século XVIII, os meninos pequenos passaram a usar o traje de marinheiro ou terninho com suspensórios. As meninas vestiam vestidos brancos com laços ou no estilo marinheiro. O azul-marinho e o branco se tornaram as cores oficiais da maioria dos colégios. Esses modelos permaneceram até o final da década de 1960, porém com algumas adaptações à moda, por iniciativa da escola. Nesse período, o traje usado pelas meninas na educação física passou por mudanças significativas. A saia pregueada usada também como uniforme de ginástica foi substituída por calções tipo bombacha, bufante e com elástico nas pernas, e camiseta de malha.

Na década de 1970, os uniformes tradicionais foram em parte substituídos por um estilo unissex. Predominantemente confeccionados em tecido de tergal, as escolas passaram a adotar também as calças compridas, camisetas em malha e tênis tipo “conga”, como uniforme. Sua evolução não para por aí. Nas décadas posteriores, o que se observou foi uma constante transformação e adaptação dessas vestimentas. Essa

modernização nas vestimentas escolares marcou uma nova preocupação com o funcionalismo, segurança e conforto dos uniformes.

As calças compridas, casacos e “shorts”, cada vez mais modernos, passaram a apresentar modelos variados e confeccionados, na sua maioria, em tecidos, como a poliamida, helanca e o tectel. As camisas de manga curta, com sua variação para camiseta sem mangas e com mangas compridas, encontram-se nas mais variadas malhas. As escolas passaram a adotar também as calças “jeans”, principalmente para alunos dos ensinos fundamental e médio. O uniforme escolar inicialmente sóbrio, engomado e com muitos detalhes passou a modelos confortáveis e despojados, com cores variadas, como usado hoje nas escolas.

Existem, ainda, algumas escolas que não tornaram o uso do uniforme obrigatório; é opcional. Entretanto, depara-se com uma realidade que vem apontando para uma situação um pouco diferente. As escolas, na sua maioria, tornam o uso do uniforme normativo não como no passado, quando representou obediência aos superiores, mas como meio de integração dos alunos dentro de um grupo específico.

Hoje, as circunstâncias históricas são diferentes daquelas vividas no período Medieval e na Idade Moderna. O grande desafio da sociedade contemporânea é exatamente romper com as mais rígidas tradições, de ordem e de obediência, pelo uso do uniforme escolar, em busca de uma inversão pautada na própria história das vestimentas. Essas novas condições reelaboram valores e buscam ressignificar o uso do uniforme escolar pelos alunos, a partir de uma nova concepção do seu significado.

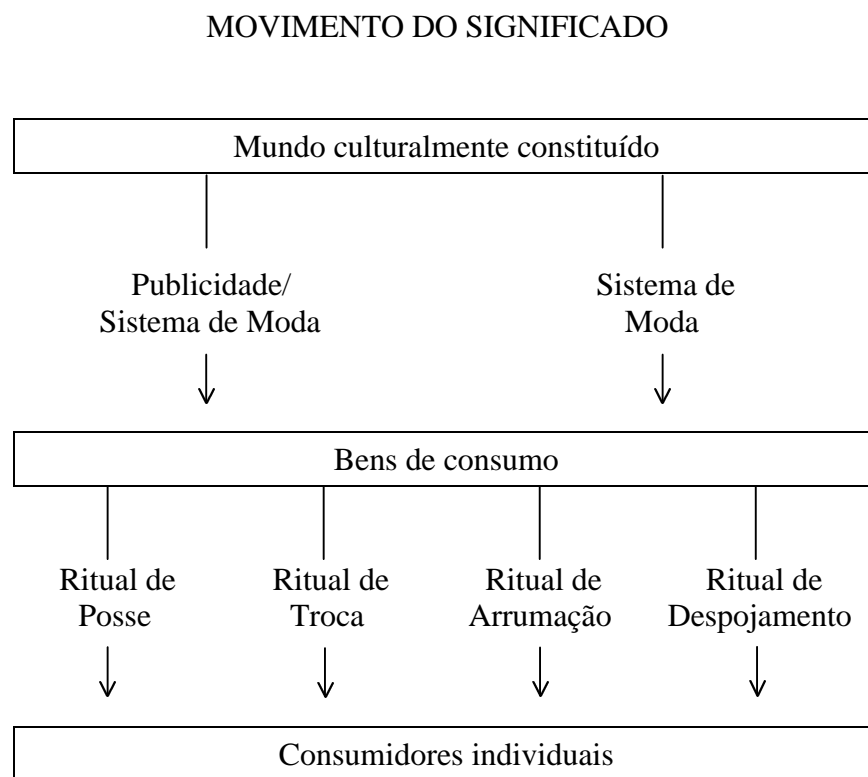
3.2. O vestuário e seu significado simbólico

Se algumas sociedades humanas desconhecem o vestuário, como um objeto de proteção individual, é evidente de que em todas as sociedades a arte de se adornar por meio de enfeites, pinturas corporais, tatuagens, jóias, acessórios ou outras é um costume proveniente de determinadas culturas artísticas e usado como proteção corporal. Os povos pré-históricos, antes da chegada dos europeus, desconheciam o vestuário e utilizavam desses adornos pintando todo o seu corpo, protegendo-o contra as intempéries.

A criação do vestuário pode ser considerada uma arte visual e, portanto, caracteriza uma linguagem artística. Os fenômenos da moda são componentes fundamentais das transformações socioculturais da sociedade, pois o modo de vestir

reflete os valores de um povo ou grupo em determinado momento, e, além do mais, as roupas escolhidas e a forma pela qual cada um compõe seu indumento sinalizam aspectos psicológicos e fisiológicos do usuário. Nessa perspectiva, o vestuário pode ser considerado uma espécie de linguagem simbólica, um código descrito, cuja significação seria, em parte, compartilhada por uma cultura (MENDONÇA, 1999).

Reforçando essas colocações, a Figura 1 ilustra a trajetória do movimento do significado cultural dos bens de consumo, de acordo com McCracken (2003).



Fonte: (MCCRACKEN, 2003, p. 100).

Figura 1 – Trajetória do movimento do significado cultural dos bens de consumo.

A localização original do significado dos bens de consumo é o “mundo culturalmente constituído”. Esse é o mundo das experiências cotidianas, constituído pelas crenças e pressupostos de uma cultura. Esta constitui o mundo, suprindo-o com seus próprios significados, e desse mundo constituído parte o significado cultural em direção aos bens de consumo, através de instrumentos de movimentação: a publicidade

e o sistema de moda. Assim, a publicidade e o sistema de moda movem o significado do mundo cultural e historicamente constituído para os bens de consumo e deste para o consumidor, através de rituais de consumo.

Quando o significado dos bens de consumo chega ao consumidor, o referido autor ressaltou que sua jornada através do mundo social está completa e que o significado incorporado aos bens define e orienta o indivíduo para a sua posse e uso em sua própria vida. Como colocou Kavanaugh (1987), (...) *os indivíduos em uma sociedade 'criam a si mesmos' ou definem-se culturalmente através da objetificação de modelos conceituais [culturais] sob formas fenomenais culturalmente prescritas* (MCCRACKEN, 2003, p.119).

O vestuário é uma expressiva forma de comunicação e linguagem, constituindo um sistema de signos com forma de comunicação semelhante à da linguagem verbal. Considerado como um elemento de proteção, o vestuário permite, também, a troca de informações, tornando-se, portanto, um objeto de comunicação não-verbal. Por meio do significado simbólico, a roupa pode ser considerada um dos principais elementos de identidade de um grupo social (MENDONÇA, 1999). Bourdieu (1989) resalta ainda que os símbolos são elementos da integração social, ou seja, elementos de conhecimento e de comunicação, o que torna possível o consenso acerca do sentido do mundo social.

As roupas podem ser usadas para refletir, expressar ou fortalecer a personalidade de um indivíduo ou de um grupo de pessoas. Segundo Horn (1968), é comum supor que o “Eu” está contido dentro do corpo e que a pele marca a distinção entre o “Eu” e o ambiente. Mas na sociedade, quase desde o momento do nascimento, há alguma forma de vestuário que separa o corpo do ambiente. O vestir é de grande importância e, de fato, é essencial para complementar o corpo.

Segundo Stone (1994), os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento da criança. Nesse período, o seu crescimento torna-se acelerado e o vestuário infantil deve ser considerado elemento facilitador do vestir e do despir ou, ainda, auxiliador do autoconhecimento e de expressão individual. A criança, por meio das roupas, começa a desenvolver conceitos entre dependência e independência.

O processo de vestir e despir é uma experiência de aprendizado para a criança na primeira infância. Com o uso de vestimentas apropriadas, a criança constrói conceitos como identificação de cores, diferentes formas, texturas e estampas, além de torná-la independente durante esse processo, que na maioria das vezes ocorre de forma lenta nas crianças nos primeiros anos de vida. Assim, deve-se escolher modelos de roupas que

apresentam o mínimo de frustração possível, possibilitando às crianças a troca da roupa com tranquilidade e satisfação (STONE, 1994).

Afonso (1999) ressalta que a criança deve usar peças de roupas que podem ser vestidas e retiradas com facilidade, permitindo-lhe liberdade de ação no momento em que inicia a extensão dos seus movimentos, do seu desejo de alcançar objetos, de se arrastar e de engatinhar. Os detalhes devem ser apropriados para cada faixa etária, estimulando a criança a vestir-se sozinha sem ficar irritada, impaciente e frustrada quando estiver dando início à sua independência. As mudanças que ocorrem nas crianças devido ao desenvolvimento despertam ainda mais o desejo de vestir-se e despir-se sozinha. Dessa forma, a roupa deve proporcionar às crianças conforto e possibilidade de ação e independência.

Recentemente, Radicetti (1999) realizou um estudo de padronização de medidas do corpo do consumidor brasileiro, objetivando, por meio da ergonomia, a qualidade e o conforto do produto roupa e demonstrando a necessidade do desenvolvimento e adoção de novas tecnologias pela indústria do vestuário brasileira, dentro de uma nova abordagem do que seja vestir, considerando-se as especificidades do corpo humano.

Horn (1968) ressalta que, em cada fase do desenvolvimento da criança, a roupa ajuda a estabelecer a identidade da criança para si mesma e para aqueles com quem ela interage. Esse processo de identificação continua pela infância e é essencial no desenvolvimento do seu autoconceito. Por meio da imitação, a criança tem possibilidade de identificar-se com as pessoas que estão diretamente ligadas a ela, principalmente familiares e amigos, representando suas aparências, seus comportamentos e seus sentimentos. Assim fazendo, ela não só aprende a desenvolver seus papéis, como também a ver a si mesma pelos olhos dessas outras pessoas, avaliando sua própria aparência e seu comportamento de acordo com as normas e valores que são transmitidos e sustentados pelo grupo.

Pesquisa divulgada pela Folha de São Paulo, de 24/08/1998, sobre o uso do uniforme escolar em 906 escolas das principais capitais do país, sendo 363 públicas e 543 privadas, apontou que a maioria dos entrevistados não considera o uso do uniforme antiquado. Os resultados da pesquisa mostraram que 77% dos estudantes entrevistados disseram gostar do uniforme, porque ele “transmite” identidade; para 29% garante segurança; e a praticidade foi citada por 23% dos entrevistados (MONTEIRO, 1998).

A criança inicia a sua relação com os sistemas simbólicos, por meio da inserção nos vários sistemas de representação como a linguagem, a cultura e os valores que

fazem parte da sociedade na qual está inserida. Dessa forma, o vestuário é fundamental tanto para o adulto quanto para a criança, e é em muitos momentos utilizado pela criança para fantasiar o seu mundo, ampliando o seu universo das representações, fazendo-se passar por um adulto quando veste a roupa deste (HALL, 1999).

Na educação infantil, especialmente a partir dos 2 anos de idade, o poder de fantasiar prepondera sobre o poder de explicar e, pelo jogo simbólico, a criança exercita não só sua capacidade de pensar, ou seja, representar simbolicamente suas ações, mas também suas habilidades motoras. Assim é que se transforma em pai/mãe para seus bonecos ou diz que a cadeira é um trem (BIAGGIO, 1998). Com o aumento da idade, as interações entre as crianças aumentam em frequência, em intensidade e em duração e, simultaneamente, estabelecem mais ligações com as outras crianças.

Segundo Hall (1999), as pessoas são diferentes entre si, entretanto uma cultura busca unificá-las numa identidade cultural, para posteriormente representá-las como pertencentes a determinado grupo social.

As pessoas não são apenas cidadãos(ãs) legais de uma nação; elas participam da idéia da nação tal como representa em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade (SCHWARZ apud HALL, 1999, p. 49).

As similaridades do vestuário ao unificar o grupo refletem a unidade entre as pessoas, mas as diferenças individuais não desaparecem, uma vez que cada ser humano é único. De fato, o uniforme é a vestimenta com a qual as pessoas se sentem seguras por estar vestidas iguais aos membros dos grupos de que fazem parte e, ao mesmo tempo, preserva as diferenças de cada indivíduo em função da própria personalidade que está impressa em cada ser humano e dos acessórios pessoais que complementam tais vestimentas (HOLLANDER, 1996).

A criança quando passa a frequentar outros grupos além dos familiares, seus contatos sociais se ampliam e surgem novas opções de vestuário. Conseqüentemente, o processo de identificação se expande de indivíduo para grupos de pessoas, à medida que passam a interagir com os valores e as normas desse novo grupo, tornando uma etapa importante na formação do “eu” (HORN, 1968).

Reforçando essas colocações, Stone (1994) vem destacar que a criança ao brincar com seus pares e a interagir com outros grupos passa a tê-los como referência para as suas vestimentas. Assim, a identificação do grupo através do vestuário começa

na infância e continua até a idade adulta. A criança passa a querer usar roupas semelhantes à de um amigo especial, demonstrando a sua afeição por ele.

Pesquisa divulgada pela Revista Isto É, de 19/11/1997, abordando o tema: **Uniforme, o conflito**, reavaliou o uso do uniforme em algumas instituições de ensino, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A partir desse tema, a questão debatida entre mães, estudantes e autoridades escolares foi: reduzir as diferenças individuais, em termos das vestimentas, é bom ou mau para a educação do estudante? Na percepção dos estudantes usar roupas iguais nas salas de aula nivela a turma, e aqueles menos favorecidos financeiramente não se sentiriam oprimidos pelo desfile das “griffes”. Os resultados indicaram também que ir para a escola com o uniforme significa economia de roupas comuns, uma necessidade básica além da questão de segurança. Na percepção das mães, o uso do uniforme esteve relacionado com a praticidade: uniforme não gasta roupa de festa. Entretanto, na percepção das educadoras, a adoção de uniformes nas escolas democratiza o ensino e evita que os alunos carentes sejam discriminados. Ressaltam ainda que o uniforme distingue os alunos e evita a entrada de estranhos na escola, ou seja, ao mesmo tempo que o vestuário identifica os estudantes entre si, os diferencia de outras pessoas. Outros resultados foram encontrados no grupo de educadores, como: os alunos gostam de usar porque seus pais usaram; os alunos foram dispensados de usar uniformes, mas a direção determina quais são as roupas impróprias e o uso do uniforme é coisa de convento, presídio e instituições militares (ALCALDE, 1997).

Segundo Horn (1968), o vestuário é para a maioria das pessoas um recurso positivo que pode torná-las mais aceitáveis pelos grupos em que estão inseridas. Esses grupos de referência tendem a influenciar a maneira de vestir dos indivíduos, levando-os a mudanças nas vestimentas usadas diariamente. Nesse sentido, o vestuário tem relação com a auto-estima, respeito próprio, autoconfiança e segurança das pessoas, assumindo, assim, uma variedade de significados. A cuidadosa seleção do vestuário para crianças na primeira infância contribui para o desenvolvimento de sua independência, responsabilidade e auto-respeito.

Nessa perspectiva, a seleção das roupas para uso em instituições de educação infantil deve seguir alguns critérios que as tornam adequadas ao desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos de idade. Os uniformes escolares devem atender às atividades realizadas diariamente pelas crianças, proporcionando-lhes conforto físico, facilidade no vestir e despir, liberdade de movimentos e proteção individual, além de integrá-las em

seu grupo, evitando, muitas vezes, competição entre as próprias crianças por estarem usando roupas diferentes.

Uma explicação dessa colocação pode ser encontrada em Stone (1994), quando ressaltou que as crianças estão em movimento a maior parte do tempo e se sentirão mais confortáveis se as roupas que usam permitirem maior liberdade do corpo; participação em brincadeiras, que muitas das vezes afastam as crianças dos brinquedos por desconforto; e, ainda, roupas que evitam certos acidentes, quando parte delas puder ficar presa aos brinquedos. A criança tende a usar o corpo inteiro quando brinca e usa todos os sentidos como forma de descobrir o mundo. Portanto, os uniformes devem ser confeccionados com panos e fibras que possam torná-los de fácil conservação e higienização. Roupas resistentes, confortáveis e fáceis de serem colocadas pelas crianças são peças que irão permitir brincar de maneira ativa e livre, contribuindo para o seu desenvolvimento integral.

Nessa percepção, as instituições de educação infantil têm papel importante a desempenhar, entendendo que o cuidar e o educar são indissociáveis nesse período e que cada vez mais a qualidade dos serviços prestados por essas instituições aos usuários e às crianças são fundamentais. Assim, o uso do uniforme escolar pelas crianças, hoje normatizado pela cultura escolar, pode ser considerado como um dos principais elementos de identidade visual de uma instituição de ensino. Acredita-se que a uniformização, ao substituir o uso das roupas comuns pelo uso do uniforme nas escolas, gera um impacto nos produtos do vestuário consumidos pelas famílias.

3.3. Consumo do vestuário

A utilização de produtos têxteis remonta à Pré-História. Pele de animais e lã de carneiro foram as primeiras matérias-primas das vestimentas confeccionadas pelo homem primitivo.

O setor têxtil pode ser considerado um líder mundial. Durante a Revolução Industrial foi o primeiro setor a substituir o trabalho artesanal pelas primeiras máquinas movidas a força humana e, posteriormente, a vapor. A instalação de fábricas em áreas rurais na Inglaterra e nos Estados Unidos, as primeiras invenções e suas utilizações em larga escala, a participação de mulheres no setor produtivo e os primeiros protestos contra as más condições de trabalho e excessiva jornada ocorreram no setor têxtil. Entretanto, sua importância maior se deve ao fato de estar presente em todos os países,

contribuindo para o desenvolvimento das nações e, conseqüentemente, de seus habitantes (DICKERSON apud PITELLI, 2002).

Segundo Abreu, a atividade têxtil no Brasil teve início no século XVII, período da colonização brasileira. Inicialmente, a fabricação dos tecidos de forma artesanal e primitiva supria a demanda de peças para o vestuário, em função dos altos custos de importação desses produtos (ABREU apud CARREIRA, 2001).

No século XVIII, a atividade industrial têxtil passou por grandes dificuldades, decorrentes da ausência de crédito, concorrência com países industrializados e a falta de interesse dos investidores em função do baixo retorno de capital, fruto da competição com produtos importados (BRAGA apud CARREIRA, 2001).

O século XIX foi marcado como um período positivo, dada a implantação de inúmeras indústrias têxteis na região de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Essas indústrias empregavam tecnologia e mão-de-obra importada de países industrializados. Nesse período, os importadores desempenhavam papel importante no processo da industrialização têxtil. Esse desempenho era possível pela facilidade na obtenção de créditos nos bancos europeus e pelo conhecimento e experiência do mercado. No início do século XX, a indústria têxtil sentiu o efeito do impacto da política deflacionária adotada na época. Com a reorganização financeira do país e o aumento das tarifas alfandegárias, ocorreram estímulos aos investimentos industriais. Os investimentos do início do século foram resultantes de capitais disponíveis vindos da economia exportadora cafeeira (BRAGA apud CARREIRA, 2001).

O início dos anos de 1990 marcou o processo de abertura do mercado brasileiro às importações, e, segundo pesquisas divulgadas pela mídia, o setor de roupas, tecidos, fios e aviamentos foi o mais afetado negativamente, levando a cadeia têxtil nacional a uma das piores crises de sua história. Entre 1990 e 1997, as importações do setor de vestuário cresceram 721% em valor. Das 4,9 mil empresas têxteis em produtividade no primeiro ano da década, apenas 3,5 mil ultrapassaram as dificuldades dos sete anos seguintes. A indústria e as confecções demitiram, quebraram, entraram em concordata. Apesar desse período de turbulências, o setor têxtil sentiu a necessidade de se ajustar às novas exigências de um mercado globalizado, substituindo, dessa forma, teares e máquinas obsoletos por equipamentos de última geração.

O processo de globalização de mercados influenciou fortemente a indústria do vestuário, passando de uma produção nacional voltada exclusivamente para o mercado

interno brasileiro para representar, no ano de 1991, uma importação de aproximadamente 90% de artigos do vestuário oriundos da Ásia (ROCHA, 1999).

A globalização se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado (MCGREW apud HALL, 1999, p.67).

Diante dessa economia globalizada, o setor têxtil vem passando por um processo de transformação estrutural, provocando uma espécie de seleção natural das empresas. Dentro desse processo, é fundamental destacar o crescimento do número de fornecedores de matérias-primas para as indústrias de confecção; o aumento do número de concorrentes, conseqüentemente a competitividade na comercialização dos produtos; e, finalmente, o alto investimento das empresas na qualidade dos produtos e no processo produtivo em busca de um padrão de atendimento cada vez mais voltado para seu mercado final (PRADO, 1999).

Nesse mesmo período, entretanto, as indústrias de confecção de vestuário e linha para o lar (cama, mesa e banho) diante dos efeitos da abertura de mercado às importações, registraram aumento no poder de consumo das camadas de baixa renda da população; surgiram novas indústrias de pequeno porte voltadas exclusivamente para a produção de artigos populares; terceirizaram o processo produtivo nas grandes empresas de confecção; e aumentaram a oferta de matérias-primas a preços competitivos, em razão dos tecidos importados que chegavam ao mercado brasileiro (PRADO, 1999).

Segundo dados do Instituto de Estudos de Marketing Industrial (IEMI), o consumo do vestuário sem meias e acessórios, em 2003, foi de 27,29 peça/hab, e em 2004 esse consumo chega a 27,62 peça/hab. Verificou-se que, ao longo dos últimos 15 anos, houve um aumento de 25% no consumo do vestuário por habitante, principalmente com relação aos produtos importados. Esse aumento ocorreu, sobretudo, entre as classes menos favorecidas financeiramente, reflexo da queda de inflação. Paralelamente, houve crescimento do poder aquisitivo dessas classes, e a produção do setor têxtil brasileiro aumentou 20% entre 1999 e 2004, particularmente entre os artigos mais populares, como malhas para confecção de camisetas e roupas casuais. Mesmo assim, verificou-se que os produtos importados, sobretudo os de origem chinesa, ainda influenciam o consumo de roupas dessas classes.

Considerado como produto de primeira necessidade, o vestuário é consumido por todas as classes sociais, tornando um produto cultural amplamente explorado nas sociedades de consumo, em que o seu sistema de produção procura enfatizar as tendências de demanda, através dos meios de comunicação de massa. Entretanto, as necessidades de vestuário variam desde as suas funções básicas de proteção, pudor e enfeite, passando por influências dos grupos sociais e “status” econômicos (MENDONÇA, 1999)

Segundo Baudrillard (1995), a compra de um produto ou outro é impulsionada pelo símbolo em função dos seus significados expressos na sociedade na qual o indivíduo está inserido. A escolha do símbolo para a compreensão do comportamento do consumo nasce da necessidade de perceber como os objetos são vividos; quais necessidades atendem; que esquemas simbólicos se misturam às estruturas funcionais e as contradizem; sobre que sistema cultural se dá a sua cotidianidade. Portanto, o consumo surge como um sistema que assegura a ordenação dos signos e a integração do grupo, constituindo um sistema de valores e um sistema de comunicação ou estrutura de permuta. Quando se consome, esse ato não se dá de maneira isolada, envolvendo-se todo um sistema de troca e de produção de valores codificados, em que os consumidores estão reciprocamente inseridos.

Segundo esse autor, o processo de consumo pode ser analisado sob dois aspectos fundamentais:

1. Como processo de significação e de comunicação, é baseado num código em que as práticas de consumo vêm representar o respectivo sentido nos objetos. O consumo revela-se, assim, como um sistema de permuta entre o objeto e o indivíduo.

2. Como processo de classificação e de diferenciação social, os objetos/signos se ordenam não só como diferenças significativas, mas com valores hierárquicos, ou seja, os objetos são manipulados como signos que irão incorporar o indivíduo dentro do seu próprio grupo ou distingui-lo do respectivo grupo por referência a um grupo de “status” superior. Nesse sentido, *o comportamento de consumo pode ser explicado pela necessidade de expressar significados mediante a posse de produtos que comunicam à sociedade como o indivíduo se percebe enquanto interagente com grupos sociais. Os atributos simbólicos são dependentes do contexto social* (ECO apud MIRANDA; GARCIA, 2004, p. 2).

Para Maslow (1987), a teoria das necessidades humanas refere-se a um conjunto de necessidades organizadas hierarquicamente e, em um primeiro momento, o indivíduo

procura satisfazer apenas suas necessidades fisiológicas, como: alimentação, moradia e vestuário. Posteriormente, quando satisfeita integral ou parcialmente esse grupo, o indivíduo procurará satisfazer suas necessidades de segurança, como estar seguro de perigos físicos. As necessidades sociais serão satisfeitas, quando já alcançadas as anteriores, e consistem na necessidade de o indivíduo integrar e ser aceito por membros de vários grupos sociais. A necessidade de estima se refere à necessidade de uma própria valorização pessoal ou dos grupos de que o indivíduo faz parte. Finalmente, surgem as necessidades de auto-realização, que significa a necessidade que todo indivíduo tem de realizar o máximo de seu potencial (ROCHA, 1999). Complementando, Maslow reconheceu suas limitações ao construir essa teoria, ressaltando a importância de, ao usá-la, considerar que as realidades econômicas e sociais são distintas em diferentes sociedades.

A teoria das necessidades humanas de Maslow *adequa-se com bastante propriedade à tomada de decisão do consumidor de roupas, pois reúne elementos capazes de subsidiar uma análise de composição de produto, sob o ponto de vista do consumidor* (ROCHA, 1999, p. 33). Vale salientar ainda que, de acordo com essa teoria, as roupas classificadas inicialmente como produtos que atendem apenas às necessidades fisiológicas e de segurança possuem enorme carga simbólica, que pode ser explicada pela necessidade social, de estima e auto-realização, provocando uma inversão na hierarquia original descrita por Maslow.

Um levantamento feito pelo Instituto de Estudos de Marketing Industrial (IEMI) apontou que apenas 8% da renda do brasileiro é gasta com vestuário, o equivalente a 37 peças por ano, por habitante, um volume considerado pouco significativo pelos especialistas do setor de roupas, até porque é fácil perceber que o mercado carece de ofertas para quem veste tamanhos grandes, para gestantes e até para os idosos, que hoje estão cada vez mais ativos (ROCHA, 1999).

Segundo Gade (1998), a criança representa para o mercado brasileiro um consumo significativo, uma vez que constitui cerca de um terço dessa população, ora como decisora para as compras, ora como influenciadora nesse processo, aprendendo o papel de consumidor, por meio de uma participação inicialmente passiva, passando a uma participação ativa, ainda muito cedo. A nova imagem e o novo papel ativo da criança no núcleo familiar despertaram o interesse dos profissionais do “marketing” para dirigir seus apelos diretamente ao público infantil. Por meio da participação ativa

no papel de consumidora, a criança revela valores e atitudes aprendidos do consumidor adulto.

Desde muito cedo, a criança incorpora o valor simbólico de cada objeto, que passa a fazer parte do seu dia-a-dia. Assim, os padrões de consumo das crianças sofrem influência direta das mudanças culturais, estimulando a compra e a posse de objetos que, na maioria das vezes, simbolizam “status”. O processo de “socialização do consumidor” é de fundamental importância, uma vez que as crianças têm como referência para suas compras três grupos distintos: a família, os amigos e as instituições sociais (PETER; OLSON apud TRINDADE, 2002).

A família como grupo de referência para a criança nos primeiros anos de vida representa a sua maior fonte de valores, pois é nesse universo que ocorrem interações constantes e, conseqüentemente, consumo comum. A aprendizagem por imitação dentro da instituição família faz que o comportamento de compra da criança se forme em acordo com os demais membros. Adentrando nas escolas, clubes e outros agrupamentos sociais, a criança entra em contato com um acúmulo de experiências ricas, às vezes bastante diferentes da sua, resultante das relações entre iguais (PETER; OLSON apud TRINDADE, 2002).

Estudos realizados por Engel et al. (1995) demonstraram como as famílias⁴ influenciam o comportamento do consumidor, uma vez que muitos dos produtos adquiridos são para consumo de toda a unidade familiar e as decisões de compras individuais são tomadas por influência de seus membros. As crianças, inicialmente, usam roupas pagas e selecionadas pelos pais. À medida que crescem e passam a freqüentar outros grupos sociais, já começam a selecionar suas próprias roupas, mesmo sendo dependentes financeiramente dos adultos, e chegam até mesmo a influenciar as compras do vestuário dos pais (ENGEL et al. apud ROCHA, 1999).

Segundo Gade (1998), o contato com outros grupos sociais é um dos fatores de maior relevância para o consumo da criança, o qual passa a influenciar fortemente as forças sociais e nortear a aquisição de produtos, em destaque nesse contexto o vestuário e seus acessórios. Além disso, o grupo compartilha de uma ideologia, de um conjunto de crenças, normas e valores que irão estabelecer a conduta mútua entre seus pares. A

⁴ Segundo Bruschini e Ridenti (1994), famílias são espaços de convívio, de troca de informações entre os membros e onde possivelmente decisões são tomadas coletivamente. São vínculos nos quais os sujeitos se ressocializam, revendo seus valores e posturas na dinâmica do cotidiano e em função das necessidades do grupo, que se modificam a cada etapa da vida familiar.

autora ressaltou, ainda, que o ser humano tem forte tendência para seguir o grupo no qual está inserido. Fischer-Mirkin (2001) relatou que a criança pequena inicialmente escolhe suas roupas espontaneamente, sem considerar a aprovação social, ou seja, escolhem o que tem de apelo para elas. À medida que as crianças crescem e passam a interagir com os diferentes grupos sociais, a necessidade de ganhar a aprovação dos seus pares vai eventualmente direcionando suas opções de roupas.

Segundo Miranda e Garcia (2004), o indivíduo possui tendência psicológica à imitação, o que irá proporcionar a satisfação de não estar sozinho durante o processo de consumo. O processo de imitação nasce da necessidade de similaridade, que é orientado pelo grupo social do qual o indivíduo faz parte. Assim, a comunicação pelo uso do uniforme escolar implica passagem do individual ao coletivo, passando a ser considerado não somente uma vestimenta de identificação do grupo, mas também um elemento que transmite imagem de organização, eficiência e qualidade das instituições de educação infantil.

Para Lévi-Strauss, o que confere ao consumo o caráter de fato social não é o que aparentemente lhe fica da natureza, como a satisfação e o prazer, mas sim a definição de um código e instituição, como sistema de organização. Assim, o sistema de consumo não se baseia apenas nas necessidades e no prazer do indivíduo, mas em um código de signos e de diferenças que irão possibilitar determinado tipo de comunicação. Dessa forma, o consumo surge como conduta ativa e coletiva, como coação e moral, como instituição, compondo todo um sistema de valores, enquanto função de integração do grupo e de controle social (BAUDRILLARD, 1995).

Desde o nascimento somos consumidores, mesmo que de forma indireta. O desejo de adquirir produtos e serviços não é inato, mas construído em um contexto social e cultural. As crianças aos poucos, por meio do processo de interação e transmissão social, tomam consciência de que possuir um produto surge do desejo de satisfação de uma necessidade. Com o amadurecimento da criança, sua busca por satisfação imediata tende a diminuir, e aos poucos a criança busca alternativas para satisfazer seus desejos e necessidades, de forma mais ponderada. Isso não significa, entretanto, diminuição dos desejos, mas que a criança tomou consciência de que a escolha deve ser feita em função de diversos critérios. Na busca de conscientizar as crianças do processo de consumo, os papéis desempenhados por seus familiares e pela sociedade como orientadores são fundamentais.

3.4. Cuidar e educar: a constituição da idéia de ser criança

A história da educação na Idade Média revela que o acesso à escola era privilégio de um pequeno número de clérigos. Essas escolas funcionavam em ambientes impróprios e em condições precárias, reunindo meninos e meninas com faixa etária entre 6 e 20 anos ou mais de idade. Fora das escolas essa mistura de idades continuava. Segundo Ariès (1981), a criança ao ingressar na escola passava a fazer parte do mundo adulto, e essas diferenças de idade eram totalmente desconsideradas.

No século XVI, o colégio tornou-se uma instituição da sociedade, até então restrita aos clérigos letrados, passando a ser constituída por um corpo docente separado; disciplina rigorosa e classes numerosas, que reuniam alunos entre 8 e 15 anos de idade, com educação diferenciada daquela dada aos adultos. É ainda Ariès (1981) que disse que *o colégio tornou-se então um instrumento para a educação da infância e da juventude em geral* (ARIÈS, 1981, p. 171). Essa evolução marcou a transição da escola medieval em colégio moderno, preocupada em preservar o sentimento das idades e da infância, protegendo a moralidade das crianças.

Surgiram então, no século XVII, os colégios dos jesuítas, os colégios dos doutrinatórios e os colégios dos oratorianos. Segundo Cunha (2000), a escola foi pensada no século XVII como instituição complementar à instituição família, libertando os adultos para outras atividades imprescindíveis à sociedade.

A história da disciplina escolar implantada nos colégios teve origem na disciplina religiosa, tornando o sistema disciplinar cada vez mais rigoroso e, até mesmo, com aplicação de castigos corporais marcando a transição da educação escolar infantil do período da idade médio para o período moderno. Nesse novo sistema, a criança receberia princípios que a distinguiam dos chamados moleques, desordeiros, vagabundos, enfim, os “fora da lei”. O acesso aos colégios até o século XVIII não era privilégio de todas as crianças, e algumas seguiam o caminho do exército. Até esse período, a escolarização era privilégio de alguns meninos, e às meninas cabia a educação voltada para ser no futuro uma mãe de família. Poucas tinham acesso ao convento para receber instrução religiosa (ARIÈS, 1981).

Essa questão remete à situação vivida no Brasil-colônia, período de 1500 a 1822, quando a educação feminina ficou direcionada exclusivamente aos cuidados com a casa, o esposo e os filhos, sem acesso aos estudos. A instrução era privilégio dos filhos dos

indígenas e dos colonos. Aos colonos cabiam-lhes a responsabilidade dos negócios do pai, estudar na universidade ou seguir a carreira de padre (RIBEIRO, 2000).

As famílias passaram a repensar sobre esse novo sistema educacional, e a partir do século XIX a instituição ideal seria o internato, quer em liceu, seminário, colégio religioso ou escola normal. Essas instituições ofereceriam à criança, além de melhor vigilância interna, um ciclo escolar integral, com duração mínima de 4 a 5 anos, prolongando a sua infância. No final do século XIX surgiram as universidades ou as grandes escolas, e a segunda infância passou a ser separada da adolescência pelos professores responsáveis pela sala, em função da idade dos alunos (Ibid, 1981).

A concepção do que é ser criança renasce tanto no sentimento da família quanto nas instituições dedicadas à primeira infância, como consequência das relações sociais de produção da sociedade industrial. Na Idade Média e início dos tempos modernos, a existência de família não significava que a união entre seus membros fosse constituída por um sentimento de laços afetivos. Os filhos eram cuidados e protegidos exclusivamente por seus pais, sem que predominasse o sentimento de amor. Somente a partir do século XVII esse sentimento começa lentamente a ser despertado, em torno desse novo paradigma do que é infância (ARIÈS, 1981).

A vida da criança é vivida através de infâncias construídas para elas, a partir das compreensões dos adultos sobre a infância e sobre o que as crianças são e devem ser (MAYALL apud DAHLBERG et al., 2003, p. 63).

Anteriormente à sociedade industrial, a infância limitava-se à idade em que a criança necessitava apenas dos cuidados físicos, passando a conviver diretamente com os adultos, compartilhando do trabalho e dos jogos em todos os momentos. A aprendizagem de valores e costumes era transmitida às crianças pelos adultos, principalmente, ajudando os mais velhos. Nesse processo de interação entre as crianças e os adultos, a socialização acontecia no convívio com a sociedade, não sendo determinada ou controlada pela família, onde se misturavam idades e condições sociais distintas, não havendo lugar para a intimidade e a privacidade (SOUZA, 2003).

As crescentes mudanças políticas e sociais que foram surgindo na sociedade, além da participação das mulheres no mercado de trabalho, estimularam a difusão das instituições de educação infantil, as quais começaram a surgir em meados do século XIX, nos países norte-americanos e europeus e, no início do século XX, no Brasil,

visando atender a criança pequena, de 0 a 6 anos de idade, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 (CUNHA, 2000).

De caráter inicialmente assistencialista, as instituições caracterizavam-se, essencialmente, pelos cuidados prestados às crianças, visando ao atendimento às mães da classe trabalhadora, em cumprimento às exigências da legislação trabalhista:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4024 de 1961 estabelecia em seus artigos 23 e 24 que as crianças com idade inferior a 7 anos receberiam educação em escolas maternas ou jardins de infância, estimulando as empresas a manter instituições do gênero para os filhos de suas trabalhadoras (JUNIOR, 2000, p. 486).

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, as instituições de educação infantil passaram a ser reconhecidas como parte do sistema educacional e ganharam nova filosofia de atendimento às crianças. Essas instituições não são mais vistas como espaço de segregação social, que isolam as crianças pobres das demais. O respeito à criança torna-se requisito básico para a educação infantil (JUNIOR, 2000).

Os serviços de educação e cuidado infantil ganham importância diferenciada por parte dos governos, dos pais, dos empregadores, das comunidades e dos pesquisadores. Cada vez mais se reconhece a importância da aprendizagem inicial, como um direito da criança. A educação das crianças, cada vez mais “pública”, emergindo do domínio “privado” da família, justifica-se em função das novas condições sociais e econômicas. Como consequência, cresce o número de instituições de educação infantil dedicadas à primeira infância, incluindo o cuidado e a educação de crianças pequenas, de 0 a 6 anos de idade, como alternativa para que as mães possam participar cada vez mais do mercado de trabalho (DAHLBERG et al., 2003).

De acordo com Souza (2003), essas instituições ampliam o mundo da criança, levando-a a interagir, construir e reconstruir conhecimentos imprescindíveis para o seu processo de socialização. A relação entre crianças, criança-adulto e criança-espaço físico é fundamental nesse processo. Essas relações são próprias de cada fase do desenvolvimento infantil e exercem influência sobre o crescimento da criança.

Para Carvalho et al. (2002), o processo de socialização da criança inicia-se na relação diádica, bebê-mãe. A mãe passa a ser mediadora na interpretação do mundo para a criança e, ao mesmo tempo, desta para o mundo. Aproximadamente até os 2 anos de idade a criança mantém com os pais e adultos mais próximos uma ligação muito forte, não procurando o contato com outras crianças da mesma idade, exceto por

períodos curtos. A interação social com outras crianças se diversifica entre os 2 e os 5 anos de idade, surgindo as primeiras amizades.

Piaget definiu a socialização da criança como um processo e, paralelamente, considerou a interação e as transmissões sociais fundamentais para o desenvolvimento intelectual (BARRETO, 1996). Nessa mesma linha de pensamento, Silva e Soares (2003) afirmaram que a interação e as transmissões sociais são partes significativas do processo de socialização. Segundo Bock (1991), o indivíduo torna-se, nesse processo, membro de determinado conjunto social, aprendendo seus códigos, suas normas e regras básicas de relacionamento, incorporando-se, assim, um conjunto de crenças, valores, atitudes e significados da sociedade na qual está inserido. Assim, a personalidade da criança é formada ao longo do tempo, por meio de processos construídos socialmente, e não inatos, estando sempre em formação e transformação no interior da representação de cada ser humano.

Barreto (2001) ressalta ainda que o ambiente social e o estímulo que este proporciona são fundamentais para o desenvolvimento do comportamento social, que se modifica à medida que a criança amadurece. Nessa relação entre ambiente social e o estímulo proporcionado por ele, Silva e Soares (2003) afirmam que as instituições de educação infantil devem ser consideradas um espaço de relações sociais e não somente um espaço cognitivo.

As instituições de educação infantil ocupam um lugar fundamental na vida das crianças, pois é também através das interações e das transmissões sociais que a sua personalidade vai sendo construída. Nesses espaços sociais, as crianças ampliam e intensificam seu processo de socialização que irá refletir na sua vida adulta. Cada fase do crescimento da criança é a preparação para as fases subseqüentes do seu desenvolvimento e considerada o primeiro degrau de um período de preparação para a vida adulta (DAHLBERG et al., 2003).

Dessa forma, a experiência social de uma criança é um fator que exerce grande influência sobre o seu desenvolvimento. Mas não é o que impulsiona o desenvolvimento (BARRETO, 1996, p. 36). De acordo com Piaget, existem quatro fatores que influenciam o desenvolvimento cognitivo da criança: maturação e hereditariedade; exercício e experiência; interações e transmissões sociais e equilíbrio.

Ao se referir à maturação e hereditariedade, o autor lembra que os fatores biológicos ligados aos sistemas genéticos se manifestam pela maturação do sistema nervoso e endócrino. Proporcionalmente ao avanço dessa maturação e dependendo das

ações da criança sobre o seu meio, ocorre o desenvolvimento cognitivo. Exercício e experiência decorrem das ações da criança sobre os objetos e são representados pela experiência física e pela experiência lógico-matemática. Na experiência física, a criança age sobre os objetos, a partir da “abstração empírica”, observando-os e diferenciando-os pelas suas propriedades. Pela experiência lógico-matemática, a criança age sobre os objetos, atribuindo-lhes significados em função das ações sobre eles, a partir da “abstração reflexiva”. No terceiro fator, o das interações e transmissões sociais, o intercâmbio entre as pessoas é importante para a construção do conhecimento social. É a partir das ações e interações das crianças com seus pares e com os adultos que ocorre essa construção. Equilíbrio constitui o fator central e interno no desenvolvimento mental da criança e é considerado o eixo que liga e sustenta os demais fatores (BARRETO, 2001).

Segundo Piaget, de acordo com o nível de desenvolvimento da criança, a interação que ela mantém com o meio social é muito diferente, ou seja, há modificação no nível de interação social de acordo com a estrutura mental. Entretanto, cada estágio de desenvolvimento da criança se integra ou se incorpora às estruturas dos estágios seguintes, evoluindo em direção a uma equilíbrio mais completa. Assim, na teoria piagetiana a construção das estruturas da inteligência compreende os períodos sensoriomotor (0 a 2 anos), pré-operacional (2 a 6 anos), operações concretas (7 a 12 anos) e operatório formal (12 anos em diante) (Ibid, 2001).

No período sensoriomotor a criança, por meio da percepção e dos movimentos, passa a interagir com esse novo mundo que a rodeia. Durante os dois primeiros anos de vida, a construção do conhecimento da criança ocorre a partir da sua manipulação sobre os objetos, e é na sua maioria identificado como conhecimento físico. Conseqüentemente, o desenvolvimento cognitivo da criança evolui a partir da sua ação sobre o meio ambiente.

No período pré-operacional, a criança passa de um funcionamento sensoriomotor, caracterizado pelas suas ações sobre os objetos, para um funcionamento das representações. Caracterizado pela aquisição da linguagem e pelo desenvolvimento da capacidade simbólica, as crianças passam a substituir um objeto ou acontecimento por uma representação. As relações sociais de cooperação ainda não estão presentes, caracterizando uma fase denominada egocêntrica (BARRETO, 2001).

A mesma autora ressalta que a ausência de relações de cooperação, característica do período pré-operacional, ocorre pela centralização da criança em si própria e em sua

própria atividade, denominada por Piaget o “egocentrismo infantil”. O pensamento egocêntrico impossibilita a criança de pensar considerando o ponto de vista do outro, impedindo-a, portanto, de manter relações de reciprocidade.

Egocentrismo significa que a criança ainda não tem domínio de seu “eu” e que, longe de ser autônoma, ainda é heterônoma nos seus modos de pensar e agir. Para Piaget, as noções do Eu e do Outro são construídas conjuntamente, num longo processo de diferenciação (DE LA TAILLE, 1992, p.11).

No estágio operatório concreto, a criança raciocina de forma coerente, desde que ela possa manipular os objetos, ou imaginar-se executando essa ação de forma concreta. A lógica da criança depende do conteúdo que deverá ser extremamente concreto. As trocas intelectuais são mais efetivas, e paralelamente a criança alcançará o que Piaget denominou personalidade. Finalmente, no período operatório formal a criança é capaz de raciocinar de forma coerente, resolvendo problemas mentalmente, sem necessitar manipular objetos (BARRETO, 1996).

De acordo com Piaget, existem três tipos de conhecimento: conhecimento físico; conhecimento lógico-matemático e conhecimento social. O conhecimento social é fruto das informações fornecidas pelos adultos e outras crianças. Dessa forma, por meio dos processos de interação e transmissão social, a criança constrói o conhecimento social. Diferentemente do conhecimento social, no conhecimento físico a criança age sobre os objetos, identificando-os por meio da observação e de suas relações, a partir da “abstração empírica”. No conhecimento lógico-matemático, a criança age sobre os objetos, atribuindo-os significados em função das ações sobre eles, a partir da “abstração reflexiva” (BARRETO, 2001).

Malaguzzi considerou que a criança pequena emerge como co-construtor do conhecimento, da cultura e da sua própria identidade. Assim, a criança não deve ser considerada como objeto reduzido a categorias separadas e mensuráveis, por meio do isolamento de processos, mas sim entendida como um “sujeito único e individual”. Nessa estrutura, é produzida uma nova construção da primeira infância e também da criança pequena: *rica em potencial, forte, poderosa, competente* (MALAGUZZI apud DAHLBERG et al., 2003, p.71).

Esses mesmos autores ressaltaram que, nessa nova representação da criança pequena, a aprendizagem passou a ser vista de forma cooperativa e comunicativa, na qual as crianças constroem conhecimentos, dão significado ao mundo constituído pelos adultos e pelos pares, tornando-as ativas em seu processo de socialização, ou seja, a

criança faz parte de um mundo, incorpora-o, é influenciada por ele, influencia-o e constrói significado a partir dele. Uma infância de muitos relacionamentos e de muitas oportunidades tem implicações profundas para a construção do processo de socialização da criança. Os conflitos construtivos, resultantes dessa interação, transformam a experiência cognitiva da criança e promovem aprendizagem e desenvolvimento. Assim, tanto as famílias quanto as instituições dedicadas à primeira infância têm papéis importantes e complementares, porém diferentes a representar nesse processo.

Para Piaget, o sujeito traz o social para dentro de si na forma de experiência com o outro, socializando o pensamento. Desta forma, a socialização é intelectual (BARRETO, 1996, p.32).

Verifica-se, portanto, que as instituições de educação infantil consideradas espaço de interação e de transmissão social que visa ao atendimento da criança de 0 a 6 anos de idade têm papel fundamental no desenvolvimento integral da criança. O direito de toda e qualquer criança a um atendimento de qualidade nessas instituições ocupa lugar importante nas reivindicações da sociedade contemporânea. Essas instituições são complementares à ação das famílias, participando diretamente no processo de construção do conhecimento da criança a partir de uma nova filosofia, em que o educar e o cuidar se tornaram indissociáveis. Enquanto sujeito da história, a criança deve ser respeitada e ter oportunidades de uma educação direcionada para o seu desenvolvimento integral.

Entendendo que a instituição é um espaço onde ocorrem relações com diferentes expectativas e, por sua vez, varia em função das atribuições sociais e dos papéis que as mães e as profissionais do Laboratório de Desenvolvimento Infantil ocupam no cotidiano deste, a Teoria das Representações Sociais foi relevante como instrumental teórico-metodológico apropriado para a apreensão desses saberes coletivos, que são partilhados por esses sujeitos sociais e que, na maioria das vezes, não são explícitos. Assim, na busca por uma valorização do aspecto comunicativo e relacional entre as mães e as profissionais desse Laboratório, essa teoria permitiu apreender os elementos representativos da uniformização escolar, por meio da transmissão das mensagens, que estão sendo construídas socialmente e, necessariamente, ancoradas no contexto social dos indivíduos que as emitem.

3.5. A Teoria das Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais surgiu, em 1961, a partir do estudo realizado por Serge Moscovici sobre a representação social da *psicanálise*, intitulado *La psychanalyse: son image et son public*. Além de inaugurar um novo conceito, a obra de Moscovici, de caráter inovador no campo da psicologia social, possibilitou uma renovação temática, teórica e metodológica contrária a uma epistemologia do sujeito “puro”, assim como a uma epistemologia do objeto “puro”. A Teoria de Moscovici *centra o seu olhar sobre a relação entre o sujeito e o objeto, recuperando assim um sujeito que, através de sua atividade e de sua relação com o objeto-mundo, constrói tanto o mundo como a si próprio* (SILVA, 1998, p. 109).

Na construção da Teoria das Representações Sociais, Moscovici buscou um abrigo no conceito de representações coletivas, de Durkheim. Entretanto, para Moscovici, esse conceito não era suficiente para explicar as relações informais, cotidianas e dinâmicas nas sociedades contemporâneas, uma vez que o modelo que fundamentava a concepção durkheimiana era de uma sociedade tradicional. Assim, apesar de Moscovici preservar o termo “representação”, a noção de “coletivo”, de conotação mais cultural, estática e positivista, foi substituída por “social”: daí o conceito de representações sociais (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2002).

Na busca de romper com o individualismo teórico característico das abordagens dominantes na psicologia social, Moscovici propôs uma visão dos fenômenos psicológicos numa perspectiva mais social e coletiva. Para ele, as representações sociais devem ser consideradas verdadeiras teorias do “senso comum”, pelas quais se processa a interpretação e, mesmo, a construção das realidades sociais, objetivando compreender como o saber é representado na sociedade e como é partilhado pelos grupos sob a forma de teoria do senso comum relativa a diversos aspectos da vida e da sociedade. Relatou ainda que *as representações sociais, por seu poder convencional e prescritivo sobre a realidade, terminam por constituir o pensamento em um verdadeiro ambiente onde se desenvolve a vida cotidiana* (SÁ, 1995, p. 26). Segundo Spink (1995), as representações sociais acontecem em todas as ocasiões e lugares onde as pessoas se encontram informalmente e se comunicam, quer seja: nas escolas, nos bares, nos supermercados e padarias, no almoço e no jantar, nas filas de bancos, ônibus e hospitais etc., ou seja, essas representações fazem parte da vida em sociedade.

Na busca de conceituar as representações sociais, Moscovici passou a situá-la da seguinte forma:

Por representações sociais entendemos um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas da vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crença das sociedades tradicionais: podem também ser vista como a versão contemporânea do senso comum (OLIVEIRA; WERBA, 1998, p. 106).

Segundo Oliveira e Werba (1998), talvez seja Jodelet quem melhor definiu as representações sociais, como sendo: *uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social* (OLIVEIRA; WERBA, 1998, p.106). Buscando ampliar e clarificar ainda mais o campo das representações sociais, Jodelet ressaltou que:

São imagens compartilhadas que condensam um conjunto de significados; sistemas de referência que nos permitem interpretar nossa realidade e inclusive dar um sentido ao inesperado; categorias que servem para classificar as circunstâncias, os fenômenos e os indivíduos com os quais mantemos relação; teorias que permitem estabelecer fatos entre eles; e tudo isso em conjunto (JODELET apud VERÍSSIMO, 2001, p. 23).

Segundo Abric, o sucesso da teoria das representações sociais está relacionado a uma nova visão de mundo, renovando o interesse geral pelos fenômenos coletivos e especialmente pelas regras que regem o pensamento social. Nesse contexto, a visão de mundo que os indivíduos ou os grupos têm e que utilizam para agir e tomar posição é indispensável para entender o processo das interações sociais e os determinantes das práticas sociais (MADEIRA; PESSOA, 2003).

Na perspectiva psicossociológica de uma sociedade pensante, os indivíduos não são apenas processadores de informações, nem mesmo portadores de ideologias ou crenças coletivas. São seres ativos que, por meio do processo de interação social e acontecimentos do cotidiano, produzem e comunicam suas próprias representações e soluções específicas para as questões que são colocadas para si mesmo no seu dia-a-dia (MOSCOVICI apud SÁ, 1995). Para Moscovici, essa descrição não é aplicada a todas as formas de conhecimento que são produzidas e mobilizadas em uma sociedade. Coexistem nas sociedades contemporâneas duas classes distintas de universos de pensamentos: os universos consensuais e os universos reificados (OLIVEIRA, WERBA, 1998).

Os universos reificados são mundos restritos, onde circulam as ciências, o pensamento com sua objetividade, seu rigor lógico e metodológico, sua teorização abstrata, sua compartimentalização em especialidades e sua estratificação hierárquica. A sociedade é percebida como um sistema de diferentes papéis e classes, cujos membros são desiguais (OLIVEIRA; WERBA, 1998).

Aos universos consensuais correspondem as atividades intelectuais da interação social das teorias do senso comum, em que são produzidas as representações sociais. A sociedade é vista como um grupo de pessoas que são iguais e livres, onde cada membro tem liberdade de se expressar em nome do grupo e não na sua individualidade (OLIVEIRA; WERBA, 1998).

Moscovici ressaltou, ainda, que a matéria-prima para a construção dessas realidades consensuais, que são as representações sociais, provém dos universos reificados, e ambos os universos atuam simultaneamente para moldar a nossa realidade. Nas sociedades contemporâneas, o novo é comumente gerado por meio dos universos reificados da ciência, da tecnologia, ou das profissões especializadas. São descobertas novas ou teorias, invenções e desenvolvimentos técnicos, produções de fatos políticos e econômicos, inovações classificatórias e analíticas etc. A exposição a esse novo, o não-familiar, situa-se e é gerado, muitas vezes, dentro do universo reificado das ciências, devendo ser transferido para o universo consensual do dia-a-dia através dos meios de comunicação de massa (OLIVEIRA; WERBA, 1998).

A partir da exposição do novo, percebe-se uma necessidade de tornar familiar o não-familiar. Esse movimento, que ocorre internamente, vem em benefício do nosso bem-estar, pois o homem tende a rejeitar o estranho, o diferente, à medida que passa a negar as novas informações, sensações e percepções que lhes trazem desconforto. Por isso criamos as representações sociais. Para assimilar o não-familiar, dois processos formadores das representações sociais são identificados: o processo de ancoragem e o processo de objetivação (Ibid, 1998).

A ancoragem é o processo pelo qual se procura classificar e encontrar um lugar para encaixar o não-familiar. Consiste na integração cognitiva do objeto representado (sejam idéias, acontecimentos, pessoas, relações etc.) a um sistema de pensamento social preexistente. Significa, então, trazer para categorias e imagens conhecidas, o que ainda não está classificado e rotulado; são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras (SÁ, 1995).

No processo de objetivação, procura-se tornar concreto, visível, uma realidade, ancorando o desconhecido em uma realidade conhecida e institucionalizada, que na maior parte das vezes a sociedade luta para manter. A imagem deixa de ser signo e passa a ser uma cópia da realidade. Dessa forma, *objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma idéia ou ser imprecisos, reproduzir um conceito em uma imagem* (MOSCOVICI apud SÁ, 1995, p. 40).

Dessa forma, as representações sociais são um importante instrumental de pesquisa pela abrangência e dinamismo de seu conceito, favorecendo o entendimento das diversas dimensões da realidade, sejam física, social, cultural e cognitiva, de forma objetiva e subjetiva, uma vez que é considerada uma representação de um grupo social e não de uma única pessoa. Assim, nas relações que os indivíduos estabelecem entre si em determinado grupo social, as representações sociais são produzidas, por meio da integração de seus valores, das suas experiências, das informações que circulam no seu meio sobre um objetivo social. Tais representações se manifestam no modo como os sujeitos apreendem a vida cotidiana, ou seja, nos saberes que expressam ao fazer afirmações sobre a realidade e sobre sua interação com os outros (OLIVEIRA; WERBA, 1998).

Apesar da importância da teoria das representações sociais na identificação dos saberes consensuais presentes na sociedade, Silva (2000) destaca que a apreensão das representações sociais é um processo complexo:

Apesar de inúmeros e frutíferos esforços realizados no estudo das representações sociais, Donnay e Charlier (1990) sublinham que é uma ilusão pensar que é possível apreender todo o conteúdo da representação de um objeto. Segundo ele, apreendemos apenas um aspecto fragmentário das representações que o sujeito queira nos comunicar. Os autores acrescentam, ainda, que as representações sociais variam não somente em função do objeto, da pessoa ou do grupo, mas também da situação de referência, do projeto na qual elas se inscrevem e do momento no qual elas são formuladas (SILVA, 2000, p.47).

A partir das abordagens teóricas apresentadas, foi possível delinear a metodologia que subsidiou o desenvolvimento dessa pesquisa, de forma significativa, para a compreensão das representações sociais apreendidas pelas mães e equipes técnica e de apoio técnico do Laboratório de Desenvolvimento Infantil sobre o uso do uniforme pelas crianças.

4. METODOLOGIA

Neste tópico apresenta-se a metodologia utilizada no estudo, que se trata especificamente de uma pesquisa qualitativa, tendo como referencial teórico-metodológico a Teoria das Representações Sociais. Apresenta-se, inicialmente, justificativa sobre a metodologia selecionada para o desenvolvimento da pesquisa e, em seguida, o local para a realização do estudo, assim como o conjunto de procedimentos técnicos utilizados na coleta e análise dos dados nas diferentes etapas de operacionalização da pesquisa.

4.1. A pesquisa qualitativa

Nas ciências sociais, a pesquisa qualitativa parte do pressuposto de que o mundo social não é um dado natural. É um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, construído por pessoas em suas vidas cotidianas, em que as palavras são o meio de troca de idéias e significados a partir de realidades e percepções exploradas e desenvolvidas no cotidiano dos indivíduos. Assim, a pesquisa qualitativa fornece dados para mapear e compreender o mundo da vida dos entrevistados, buscando apreender as narrativas dos sujeitos sociais, por meio das crenças, atitudes e valores, em relação ao comportamento das pessoas em um contexto social específico (BAUER; GASKELL, 2002).

Uma abordagem qualitativa, segundo Laperrière (1993), caracteriza-se por algumas peculiaridades, que são comuns no processo de investigação de determinado fenômeno, ressaltando que:

Trata-se de um investimento maior na qualidade da interação entre pesquisador e os sujeitos envolvidos na investigação; uma ênfase numa perspectiva muito mais compreensiva que hipotético-dedutiva, favorecendo assim o estudo dos fenômenos sociais em contexto natural; e uma preferência por instrumentos de pesquisa abertos, de maneira que as categorias e as hipóteses desenvolvam-se indutivamente ao longo das análises que, por sua vez, são realizadas a partir de uma amostra teórica que orienta as investigações em direção à construção das diferentes dimensões do fenômeno (LAPERRIÈRE apud SILVA, 2000, p.49).

A opção por uma pesquisa qualitativa como uma metodologia para realizar uma investigação justifica-se pela possibilidade de apreender o fenômeno pesquisado, garantindo amplitude na sua descrição, explicação e compreensão, além da abordagem utilizada para a sua análise, a Teoria das Representações Sociais. Segundo Filstead, *métodos quantitativos e qualitativos são mais que apenas diferenças entre estratégias de pesquisa e procedimentos de coleta de dados. Esses enfoques representam, fundamentalmente, diferentes referenciais epistemológicos para teorizar a natureza do conhecimento, a realidade social e os procedimentos para se compreender esses fenômenos* (FILSTEAD, apud BAUER; GASKELL, 2002, p. 29). Gaskell (2002) ressalta ainda que toda pesquisa contém aspectos qualitativos e quantitativos. Portanto, não há quantificação sem qualificação e vice-versa.

A utilização da pesquisa qualitativa possibilitou abordar as representações das mães e das profissionais do LDI sobre o uniforme escolar pelas crianças, de maneira a agregar a produção de conhecimento à realidade vivida por esses sujeitos sociais específicos, através de um diálogo entre o entrevistado e o pesquisador. Nessa interação, surgem novas dimensões do objeto de estudo para que, através de um quadro real, seja possível reformular pressupostos e hipóteses sobre o uso do uniforme escolar pelas crianças.

Em uma pesquisa qualitativa, os entrevistados expressam o que pensam sobre determinado objeto, como percebem determinada situação, a opinião construída sobre esse objeto, as expectativas desenvolvidas a respeito de um fato ou acontecimento, seja por meio da linguagem oral ou escrita, através do uso de palavras. Assumir, portanto, essa concepção metodológica de pesquisa significa compreender, sob um enfoque científico, a representação da uniformização escolar no Laboratório de Desenvolvimento Infantil.

4.2. O projeto-piloto

A realização de um projeto-piloto implementado no Centro de Desenvolvimento da Criança Passo a Passo, na cidade de Viçosa, MG, teve como objetivo testar os critérios previamente definidos para a seleção das crianças no LDI e os roteiros das entrevistas que foram aplicados às mães e às profissionais desse Laboratório. A escolha da instituição de educação infantil, Passo a Passo, justifica-se pela semelhança da filosofia de trabalho proposta com a filosofia do LDI.

Os procedimentos adotados na definição dos critérios de seleção das crianças, para a realização do projeto-piloto, constituíram-se de três etapas. Uma primeira etapa foi a identificação e caracterização das crianças por sala, através de um roteiro pre-estabelecido contendo os seguintes tópicos: sala, nº da família; criança; mãe; pai; nº de dependentes; data de nascimento; idade da criança; data de matrícula (frequência); telefone da mãe e do pai; escolaridade da mãe e do pai; e profissão da mãe e do pai (Anexo 2). A segunda etapa compreendeu, a partir da análise das informações anteriormente obtidas, da definição de critérios de seleção das crianças por sala. Após essa análise, definiu-se que seria selecionada a criança com maior tempo de frequência. A amostra para a realização do projeto-piloto foi constituída por quatro crianças, sendo uma de cada sala.

A partir da seleção das crianças, a terceira etapa consistiu-se da definição dos entrevistados, ou seja, a mãe seria a entrevistada, o pai o entrevistado, os pais entrevistados em conjunto ou os pais entrevistados separadamente. Escolhidos através de sorteio, a composição da amostra ficou assim definida: para a Sala de 1 ano foi sorteada a mãe da criança para participar da entrevista; para a Sala de 2 anos foram sorteados o pai e a mãe da criança, em conjunto; na Sala de 3 anos o pai da criança e, na Sala de 4 anos, foram sorteados para participar da entrevista os pais da criança, separadamente.

A etapa seguinte, de natureza também exploratória, constou da realização da entrevista com as profissionais da mesma instituição representados pela diretora e por uma educadora infantil com maior tempo de serviço. O objetivo da definição da amostra foi alcançar maior precisão da forma de abordagem das questões de interesse da pesquisa.

4.3. O local de estudo

A pesquisa foi realizada no Laboratório de Desenvolvimento Infantil do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, MG. O Laboratório, criado em maio de 1988 com o nome de “Creche UFV”, atende atualmente os filhos de servidores, nas três categorias funcionais existentes na UFV, a saber: nível superior, representado por professores e técnicos de nível superior; nível médio e nível de apoio. Atende também os estudantes de graduação e pós-graduação da UFV; os filhos de servidores de órgãos vinculados à Universidade; e os filhos de pessoas da comunidade de Viçosa, visando ao desenvolvimento integral da criança. São oferecidas 84 vagas para crianças de 03 meses a 04 anos de idade, em horário integral, totalizando 11 horas de atendimento.

Segundo Neves (2004), a equipe de profissionais do LDI constituía-se de: 1 coordenadora, 1 supervisora pedagógica, 1 supervisora da área de serviços (alimentação e limpeza), 7 educadoras infantis³, 13 auxiliares de sala⁴, 3 auxiliares de serviços gerais, 2 cozinheiras/lactaristas, 1 porteiro e 1 secretária. A carga horária de trabalho dos funcionários era de 8 horas diárias, exceto a da coordenadora, que tinha uma carga semanal de 20 horas. O LDI conta, ainda, com estagiários do Curso de Economia Doméstica e estudantes bolsistas de diferentes áreas (NEVES, 2004, p.57).

No Laboratório de Desenvolvimento Infantil, a seleção das crianças ocorre mediante processo seletivo, a partir de 03 meses de idade e quando há disponibilidade de vagas por sala. No preenchimento de vagas, os estudantes carentes de graduação têm direito a 05, cuja seleção é de responsabilidade do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitário (PAC). Os filhos de servidores de outros órgãos vinculados à UFV só tem direito de concorrer a vagas quando não houver filhos de servidores da UFV, na mesma faixa etária, inscritos. Já os filhos de estudantes de graduação (que não foram selecionados pelo DCE e pela PAC) e os de pós-graduação farão parte do processo seletivo, caso não haja inscrições de filhos de servidores da UFV e de órgãos vinculados. Finalmente, caso as vagas não sejam preenchidas o LDI as disponibiliza para crianças da comunidade de Viçosa (NEVES, 2004).

³ A expressão “educadora infantil” é designada às professoras do LDI.

⁴ A expressão “auxiliar de sala” refere-se às profissionais que auxiliam os trabalhos da educadora infantil.

Para a seleção das crianças por sala, o Laboratório utiliza a tabela de pontuação, na qual tem como critérios: a menor renda familiar, o maior número de dependentes dos pais ou responsáveis e o maior tempo de serviço na UFV. Essa tabela de pontuação apresenta peso diferenciado para cada um desses critérios, e a criança que alcançar o maior número de pontos será selecionada em primeiro lugar e as demais, chamadas por ordem decrescente de pontuação (Ibid, 2004).

4.4. A seleção dos entrevistados

A pesquisa qualitativa não tem por finalidade quantificar opiniões ou pessoas, mas, ao contrário, explorar o espectro de opiniões e as diferentes representações sobre o objeto de estudo, maximizando a oportunidade de compreender as diferentes posições manifestadas pela população de determinado meio social (BAUER; GASKELL, 2002).

A valorização da relação sujeito-objeto torna-se fundamental, formando um conjunto indissociável. O objeto não existe por si mesmo, mas apenas em relação a um sujeito. Essa relação sujeito-objeto é que determina o próprio objeto. O sujeito, ao representar um objeto, constitui-o, reconstrói-o em seu sistema cognitivo, adequando-o aos seus valores, o qual, por sua vez, depende de sua história e do contexto social ao qual está inserido. Segundo Thiollent (1996),

A representatividade expressiva ou qualitativa é dada por uma avaliação da relevância política dos grupos e das idéias que veiculam dentro de uma certa conjuntura ou movimento. Trata-se de chegar a uma representação de ordem cognitiva, sociológica e politicamente fundamentada, com possível controle ou verificação de suas distorções no decorrer da investigação (THIOLLENT, 1996, p. 63).

Em uma abordagem qualitativa, a seleção dos entrevistados será definida segundo critérios relevantes à pesquisa, buscando valorizar a análise dos sujeitos de maneira a obter uma compreensão rica do objeto de estudo. Para a seleção dos entrevistados foi utilizada uma amostra intencional, formada por sujeitos escolhidos em função da sua relevância no fenômeno estudado (THIOLLENT, 1996). Reforçando essas colocações, Gil (1999) ressalta que a amostragem intencional constitui uma amostragem não-probabilística e a seleção dos entrevistados, de determinada população, depende de critérios definidos pelo pesquisador.

As entrevistadas da pesquisa foram representadas pelas mães e profissionais do LDI. A equipe técnica desse Laboratório era composta pela coordenadora e pela técnica

responsável pelo setor de atendimento à criança e a equipe de apoio técnico, pelas educadoras infantis e pelas auxiliares de salas. Esses sujeitos sociais específicos foram definidos em razão dos objetivos propostos para a realização deste estudo, que buscou analisar a temática da uniformização escolar em uma instituição de educação infantil, especificamente o LDI. Entretanto, após essa definição foi necessário definir critérios para que se pudesse proceder à seleção dessas entrevistadas.

4.4.1. A seleção das mães

Na realização da seleção das mães foi feita uma identificação a partir da caracterização da criança por sala, através de um roteiro reformulado contendo as seguintes informações: sala; nº da família; nome da criança; nome da mãe; nome do pai; data de nascimento; idade da criança (base mês de outubro/2005); tempo de frequência no LDI; categoria funcional/mãe; categoria funcional/pai; início/uso uniforme (Anexo 3).

Partindo dessas informações, mapeou-se primeiramente a totalidade de crianças por sala, considerando a categoria funcional do responsável para seleção da amostra (Quadro 1).

Quadro 1 – Caracterização das crianças por sala e categoria funcional da mãe – Viçosa, MG – 2005

Sala	B.A	B.B	S1	S2	S3	S4	Total de mães/ categoria
Categoria Funcional							
Nível Superior	3	1	5	2	6	4	21
Nível Médio	4	-	2	1	4	1	12
Nível Apoio	-	-	-	1	-	4	5
Estudante Graduação	1	6	5	6	2	1	21
Estudante Pós-Graduação	1	4	2	2	2	3	14
Comunidade	-	1	1	-	1	-	3
Outros*	2	-	-	-	1	1	4
Total Criança/Sala	11	12	15	12	16	14	80

Fonte: Dados da pesquisa/setembro 2005.

*Categoria representada por outras pessoas responsáveis pela criança, que não seja a mãe.

Berçário A – atende criança na faixa etária entre 3 e 11 meses.

Berçário B – atende criança na faixa etária entre 1 e 1,5 ano.

Sala 1 – atende criança na faixa etária entre 1,5 e 2,2 anos.

Sala 2 – atende criança na faixa etária entre 2,2 e 3 anos.

Sala 3 – atende criança na faixa etária entre 3 e 4 anos.

Sala 4 – atende criança na faixa etária entre 4 e 5 anos.

A partir desse mapeamento foi estabelecido, como primeiro critério de seleção da amostra, que a **mãe/responsável** pela criança seria a entrevistada. O critério de seleção da mãe foi definido em função das entrevistas realizadas no projeto-piloto, que apresentaram um perfil de maior participação em relação à participação do pai, ou seja, as suas colocações e os esclarecimentos sobre a temática da uniformização foram ricos em detalhes, atendendo aos objetivos propostos pela pesquisa. Percebe-se nesse contexto que a mãe tem maior participação e domínio quando a questão envolve o uso do uniforme escolar pela criança. Totalizou-se o número de crianças por sala em função da categoria funcional da mãe/responsável, representada pelos níveis superior, médio e de apoio; pelos estudantes de graduação e pós-graduação; pela comunidade; e outros. A **categoria funcional da mãe/responsável** foi o segundo critério de seleção da amostra. Analisou-se a concentração de crianças por **sala** em função da categoria funcional da mãe, representando o terceiro critério dessa seleção. Usou-se como base o maior número de crianças presentes em cada sala, e a partir desse universo retiraram-se as categorias que participaram da pesquisa. Após essa definição, foi considerado como quarto critério de seleção da amostra **o maior tempo de freqüência da criança no LDI**.

A partir dos critérios apresentados, a amostra das mães que participou da pesquisa ficou distribuída segundo o Quadro 2.

Quadro 2 – Caracterização da amostra da pesquisa – Viçosa, MG – 2005

Sala	Responsável	Categoria funcional	Tempo de freqüência*
B.A	Mãe 1	Nível Médio	8 meses
B.B	Mãe 2	Estudante Pós-Graduação	1 ano
S1	Mãe 3	Comunidade	1 ano 8 meses
S2	Mãe 4	Estudante Graduação	2 anos 5 meses
S3	Mãe 5	Nível Superior	3 anos 7 meses
S4	Mãe 6	Nível Apoio	4 anos 6 meses

Fonte: Dados da pesquisa/setembro 2005.

* Foi tomada como referência para o cálculo de maior freqüência da criança no LDI a data de matrícula até o mês de outubro de 2005.

4.4.2. A seleção da equipe de apoio técnico

Para realizar a seleção das entrevistadas, considerou-se o maior tempo de frequência das educadoras infantis e auxiliares de sala no LDI, a partir da totalização das profissionais, como apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Caracterização da equipe de apoio técnico do Laboratório de Desenvolvimento Infantil por sala – Viçosa, MG – 2005

Sala	Educadora infantil	Auxiliar de sala
B.A	1	3
B.B	1	3
S1	1	3
S2	1	2
S3	1	1
S4	1	-
Eventual	1	-
Total Geral	7	12

Fonte: Dados da pesquisa/setembro 2005.

Ficou definido ainda que, na amostra das profissionais dessa instituição, 50% seria representada por educadoras infantis e 50% por auxiliares de sala. A partir desses critérios, iniciou-se a seleção desse grupo de entrevistadas por meio de sorteio. Assim, a primeira profissional a ser sorteada foi uma auxiliar de sala, que seria a entrevistada e representante do Berçário A. Conseqüentemente, o Berçário B foi representado por uma educadora infantil, a Sala 1 por uma auxiliar de sala, a Sala 2 por uma educadora infantil, a Sala 3 por uma auxiliar de sala e a Sala 4 por uma educadora infantil. A caracterização da amostra pesquisada está descrita no Quadro 4.

Quadro 4 – Caracterização da amostra de pesquisa – Viçosa, MG – 2005

Sala	Educadora infantil	Auxiliar de sala
B.A	-	Profissional 1
B.B	Profissional 2	-
S1	-	Profissional 3
S2	Profissional 4	-
S3	-	Profissional 5
S4	Profissional 6	-

Fonte: Dados da pesquisa/setembro 2005.

4.4.3. A seleção da equipe técnica

Do total de trabalhadoras da equipe técnica do LDI, selecionaram-se para participar da amostra a coordenadora e a técnica responsável pelo setor de atendimento à criança, pelo envolvimento no processo de decisões com as mães, no que se refere ao uso do uniforme pelas crianças.

A heterogeneidade da amostra figurou como um dos fatores prioritários, uma vez que as convergências e divergências das representações sociais das mães e profissionais do LDI, sobre o uso do uniforme escolar pelas crianças, são fundamentais para o estudo, à medida que é o objeto de análise a própria visão desses sujeitos específicos. O instrumento técnico utilizado para a coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada.

4.5. Procedimento técnico de coleta dos dados

Antes de iniciar a coleta propriamente dita, a pesquisa constou de uma fase exploratória. Segundo Thiollent (1996), a fase exploratória em uma pesquisa qualitativa possibilita ao pesquisador realizar levantamentos mais fidedignos da situação a ser estudada. Nos primeiros contatos, cabe ao pesquisador identificar, dentre outros aspectos, as características da população que fará parte da pesquisa, coletando todas as fontes de informações possíveis, como: documentos arquivados, jornais e relatórios, dentre outros.

Essa fase foi caracterizada pela realização de contatos mais estreitos da pesquisadora com as mães e as profissionais do LDI, informando-os sobre a pesquisa a ser realizada no Laboratório e sobre a temática do uniforme escolar, bem como destacando a relevância da colaboração desses sujeitos sociais para a coleta dos dados. Outro objetivo foi conhecer o trabalho desenvolvido pelas profissionais do LDI, com relação ao atendimento às crianças e às especificidades do local de realização da pesquisa. Paralelamente, as mães usuárias do Laboratório foram identificadas e caracterizadas por meio de fichas de informação sobre a criança existentes no Laboratório. Para a identificação e caracterização das profissionais foram utilizados cadastros pessoais disponíveis no LDI. A caracterização das mães e das profissionais do LDI, na fase exploratória, foi de fundamental relevância para a definição de critérios utilizados na seleção das entrevistadas para composição da amostra.

Segundo Franco (2004), conhecer as condições do contexto em que os indivíduos estão inseridos é fundamental para a realização de uma análise contextual, acreditando que as representações sociais são historicamente construídas e estão estreitamente vinculadas aos diferentes grupos socioeconômicos, culturais e étnicos, refletindo as condições contextuais dos sujeitos que as elaboram. Daí a importância de conhecer os grupos participantes da pesquisa não somente em termos de suas condições de subsistência e situação educacional ou ocupacional, mas, sobretudo, entendendo que o sujeito é um ser histórico, inserido em determinada realidade social, com expectativas diferenciadas, dificuldades vivenciadas e diferentes níveis de apreensão crítica da realidade.

Concluída a fase exploratória da pesquisa, iniciou-se o desenvolvimento dos trabalhos da fase sistemática. Para a realização dessa fase, utilizou-se como instrumento técnico de coleta dos dados a entrevista semi-estruturada. Na análise dos dados foi utilizado o método de análise de conteúdo, proposto por Bardin (1977).

4.5.1. As entrevistas

Na entrevista semi-estruturada, embora o conteúdo mais amplo seja estruturado pelas questões da pesquisa, Bauer e Gaskell (2002) ressaltam que a idéia não é fazer um conjunto de perguntas padronizadas ou esperar que o entrevistado traduza seus pensamentos em categorias específicas de resposta. As perguntas direcionam a entrevista, levando o entrevistado a falar longamente, com suas próprias palavras e com tempo para refletir, permitindo ao pesquisador obter esclarecimentos e acréscimos em pontos importantes. Reforçando essas colocações, Thiollent (1996) enfatiza que as pessoas se expressam e falam de forma espontânea sobre o que é importante para elas, fornecendo outras informações que permitirão aumentar a riqueza das descrições do fenômeno.

A entrevista semi-estruturada, segundo Triviños apud Silva (2000), é um instrumento técnico que se desenvolve a partir de um roteiro básico, caracterizado por sua flexibilidade na condução das entrevistas, permitindo, assim, maior interação entre o pesquisador e o entrevistado. Esse instrumento permite aos entrevistados fluidez das informações, tornando-as ricas de detalhes sem, contudo, perder o controle dos temas a serem abordados.

Para a coleta dos dados foram utilizados três roteiros de entrevistas (Anexo 4), que direcionaram as questões propostas, visando alcançar o máximo de informações das mães e das profissionais do LDI, a fim de atender aos objetivos da pesquisa.

As entrevistas, de natureza mais sistemática, foram realizadas no LDI entre os meses de setembro e novembro de 2005. Durante a coleta dos dados não foram observadas, pela pesquisadora, diferenças de atitude com relação aos grupos entrevistados. Em geral, o tempo médio das entrevistas foi de 45 minutos, evidenciando, portanto, um interesse pelo assunto abordado. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, à medida que eram concluídas, facilitando significativamente a transcrição dos dados coletados.

As questões orientadoras das entrevistas foram decorrentes da delimitação dos seguintes temas e respectivos objetivos:

Caracterização das mães e profissionais do LDI. Essas informações foram levantadas com o objetivo de realizar uma caracterização socioprofissionais das mães e profissionais do LDI, de maneira a traçar um perfil desses sujeitos sociais, identificando os grupos de informantes.

As representações sociais das mães e profissionais do LDI sobre o uso do uniforme escolar pelas crianças. Este tema foi central na entrevista e buscou relatos das experiências vividas pelas mães e pelas profissionais do LDI, representadas pelas equipes técnica e de apoio técnico, sobre a temática da uniformização escolar. O objetivo foi permitir as entrevistadas falar de forma discursiva e com liberdade de expressão a respeito do significado do uniforme e do uso deste no Laboratório, no que se refere à padronização na vestimenta das crianças, identificação das crianças dentro e fora do Laboratório, diferenças nos níveis socioculturais, organização e divulgação do Laboratório. Perguntou-se sobre os pontos positivos e negativos do uniforme escolar.

A satisfação das mães quanto ao uso do uniforme. O objetivo foi estimular a mãe descrever experiências que estão sendo vivenciadas com o uso do uniforme escolar pelas crianças em relação: ao modelo, modelagem, confecção, cor, praticidade, durabilidade das peças, higienização das peças, conforto, consumo de roupas comuns – não-uniforme – para uso no Laboratório, conflito na escolha e definição de roupas comuns – não-uniforme – para uso no Laboratório e troca diária das peças; comparação

entre as experiências anteriores e a da uniformização; tempo de uso do uniforme; dificuldades na uniformização da criança; e pontos positivos e negativos da uniformização.

Estratégias utilizadas pela equipe do LDI. O objetivo foi identificar estratégias de comunicação utilizadas pela equipe técnica do Laboratório, para informar às mães sobre o uso do uniforme escolar pelas crianças. Foram buscadas informações sobre tipos de estratégias e percepção sobre o uso do uniforme.

O custo do uniforme escolar. Este tema teve como objetivo avaliar o custo de aquisição do uniforme escolar pelas mães, para uso das crianças, comparando-o com roupas comuns – não-uniforme – até então usadas no Laboratório. Foi solicitado às mães que comparassem a aquisição do uniforme, em termos econômicos, com a aquisição das roupas comuns – não-uniforme.

O uso do uniforme escolar pelas crianças e a realização de atividades no LDI. Buscou-se identificar, por meio de experiências vivenciadas no cotidiano da equipe de apoio técnico do Laboratório, a relação entre o uso do uniforme escolar e a realização de atividades quanto a: praticidade, liberdade de movimentos, conforto, troca diária das peças, segurança da criança nas atividades desenvolvidas, interação entre as crianças, interação entre as crianças e a equipe de apoio técnico e experiências percebidas na área interna e na área externa do Laboratório. Perguntou-se sobre os pontos positivos e negativos da uniformização.

4.6. Procedimento técnico de análise dos dados

A opção por utilizar, nesta pesquisa, o método de análise de conteúdo foi decorrente dos objetivos propostos para a realização do trabalho, tendo em vista que esse método possibilita a realização de análises tanto individuais quanto comparativas das categorias sociais em estudo.

4.6.1. A análise de conteúdo

Na análise dos dados qualitativos, obtidos por meio das entrevistas, foi utilizado o método de análise de conteúdo proposto por Bardin, que pode ser assim definido:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 42).

O campo de aplicação da análise de conteúdo torna-se cada vez mais amplo, como instrumento de análise interpretativa utilizado nas pesquisas sociais com abordagem qualitativa. Henry e Moscovici afirmaram que *tudo o que é dito ou escrito é susceptível de ser submetido a uma análise de conteúdo* (HENRY; MOSCOVICI apud BARDIN, 1979, p. 33). Ou, ainda, como ressaltaram Lasswell et al., *a análise de conteúdo deve começar onde os modos tradicionais de investigação acabam* (LASSWELL et al. apud BARDIN, 1979, p. 13).

A abordagem da análise de conteúdo tem por finalidades, a partir de um conjunto de técnicas parciais, porém complementares, explicitar e sistematizar o conteúdo da mensagem, bem como o significado desse conteúdo em construtos representacionais, tendo como referência sua origem, o contexto e os efeitos dessa mensagem. É um instrumento utilizado quando o objetivo é entender uma comunicação. É fundamental que ela seja expressa por meio de código verbal, escrito ou falado, e não seja um símbolo, representado por desenho (BARDIN, 1979).

Considerada por muitos autores como um método privilegiado para a análise das entrevistas, a análise de conteúdo constitui uma perspectiva metodológica e epistemológica fundamentada no reconhecimento do papel ativo assumido pelo sujeito no processo de construção do conhecimento (FRANCO apud SILVA, 2000, p. 58).

Segundo Berelson (1952), a análise de conteúdo *é uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações* (BERELSON apud GIL, 1999, p. 165).

A partir desses pressupostos teóricos, a opção em utilizar o método de análise de conteúdo para analisar o material obtido por meio de entrevistas fundamenta-se na possibilidade de identificar a significação do conteúdo manifesto ou oculto das

informações coletadas, bem como na realização de análises comparativas entre os conteúdos das mensagens.

Para que a análise dos dados pudesse ser iniciada, as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, permitindo uma leitura flutuante do material coletado. Para que houvesse a apropriação e compreensão total do texto, a pesquisadora estabeleceu uma relação de idas e vindas às informações coletadas nas entrevistas, com o objetivo de eliminar vícios de linguagem e algumas interferências ocorridas durante as entrevistas e, consideradas nesse momento, dispensáveis. O objetivo dessa etapa, segundo Bardin (1979), não é simplesmente descrever os conteúdos das mensagens, mesmo que esta fase seja considerada inicial para se fazer a interpretação, mas tratar os dados para submetê-los à análise temática.

Entretanto, foi realizado o recorte temático das entrevistas a partir dos temas orientadores destas, com os diferentes sujeitos sociais, resultando na constituição de um novo “corpus” para serem submetidos a uma análise temática. Segundo Veríssimo (2003), a opção pela análise temática, dentre as várias técnicas de análise de conteúdo, *possibilita descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado* (VERÍSSIMO, 2001, p. 35).

Na primeira fase da análise temática, os dados foram analisados separadamente nos três grupos, a saber: mães, equipe técnica e equipe de apoio técnico do LDI, possibilitando analisar os diferentes discursos, identificar as tendências gerais representadas pelo sujeito específico e estabelecer algumas comparações entre eles a partir das categorias espontâneas presentes nas mensagens.

A segunda fase da análise temática constou de uma análise intergrupo buscando identificar as tendências do grupo nos subtemas propostos pela pesquisa. A partir dessas tendências, verificou-se a concentração de categorias mais recorrentes nos grupos de mães, da equipe técnica e da equipe de apoio técnico do LDI, resultando em uma nova categorização. Essa etapa foi importante no processo de análise, à medida que ela permitiu apreender a representação presente em cada um dos grupos de sujeitos. A partir dessas análises, foi definida as categorias analíticas que passaram a fazer parte da apresentação e da discussão dos resultados.

E, finalmente, na terceira fase da análise temática, realizou-se uma análise intragrupo, relacionando as categorias analíticas representadas pelos diferentes sujeitos sociais, apreendendo, assim, as convergências e divergências identificadas nos

universos representacionais das mães, das equipes técnica e de apoio técnico do LDI sobre o uniforme utilizado pelas crianças neste Laboratório. Portanto, a análise de conteúdo permitiu assinalar e classificar, de maneira objetiva, as informações existentes no conteúdo das entrevistas, alcançando maior sistematização, objetividade e generalização dos resultados obtidos.

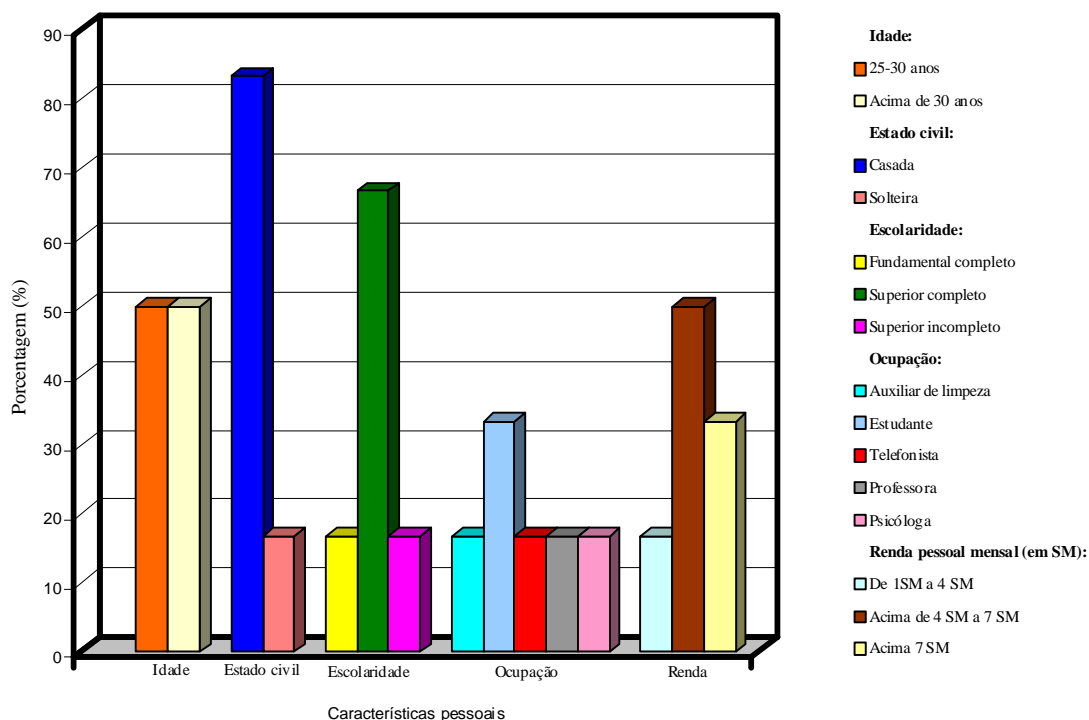
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo deste tópico é apresentar as representações sociais e avaliações das mães, das equipes técnica e de apoio técnico do Laboratório de Desenvolvimento Infantil sobre o uniforme utilizado pelas crianças nessa instituição de educação infantil. Inicialmente, foi feita uma caracterização das entrevistadas, para em seguida identificar as representações sociais expressas em cada grupo específico.

Buscando apreender essas representações, identificou-se a necessidade de partir de uma contextualização geral sobre a temática da uniformização, elaborada segundo os temas desenvolvidos pelo roteiro de entrevista e a partir dos diferentes sujeitos sociais, para em seguida situá-la em um contexto específico, possibilitando descrever os aspectos relacionados às opiniões e avaliações das mães e das profissionais sobre o uso do uniforme pelas crianças no LDI. A partir da descrição dessas contextualizações, presentes nos grupos entrevistados, apresentaram-se as convergências e divergências oriundas desses discursos.

5.1. Caracterização das mães

A Figura 2 apresenta as características pessoais das entrevistadas, quais sejam: idade, estado civil, escolaridade, ocupação e renda pessoal mensal.



Fonte: Dados da pesquisa.

Obs.: O valor do salário mínimo vigente no 2º semestre de 2005 era de R\$300,00.

Figura 2 – Características pessoais, socioeconômicas e demográficas das mães das crianças freqüentadoras do LDI – Viçosa, MG – 2005.

Conforme apresentado na Figura 2, o grupo de entrevistadas que participou da pesquisa foi composto por seis mães com idade média de 32,67 anos. Destaca-se que a maioria das mães, ou seja, 83,33% da amostra pesquisada, era casada. Outro aspecto a ser ressaltado é que cerca de 67,00% delas tinham nível superior completo e renda média mensal de 7,92 salários mínimos. Percebe-se, também, grande diversidade nas ocupações das mães, sendo que 33,33% eram estudantes de graduação e de pós-graduação. Com relação à ocupação, havia um equilíbrio nos valores percentuais entre as seis entrevistadas, já que a seleção foi intencional e um dos critérios definidos foi a categoria funcional da mãe. Assim, era esperado que, entre as entrevistadas, haveria maior número de mães com superior completo, já que engloba desde profissionais graduados até estudantes de pós-graduação.

5.2. Representações sociais e avaliações das mães

O objetivo deste tópico é apresentar os resultados obtidos por meio das entrevistas realizadas com as mães sobre o uso do uniforme escolar. Inicialmente, buscou-se situar a temática da uniformização a partir de um contexto mais amplo, direcionado pelos temas definidos na pesquisa, até alcançar questões específicas relacionadas a essa temática. As questões subjetivas permitiram identificar elementos formadores das representações sociais das entrevistadas sobre o uso do uniforme, enquanto as questões objetivas possibilitaram descrever os aspectos relacionados às opiniões e avaliações das mães sobre o uso dessa vestimenta pelas crianças no LDI.

5.2.1. Palavras, idéias e imagens

Nas representações sociais das mães sobre o “uniforme escolar”, percebeu-se no conjunto das palavras, idéias e imagens, a partir das falas das mães, que a expressão “uniforme escolar” estava relacionada a duas grandes tendências: a primeira relacionou o uniforme à idéia de uma roupa específica e a segunda, à imagem de escola. Essas tendências se basearam em argumentos que reforçaram a importância da uniformização em uma instituição de educação infantil. Assim, o uniforme usado pela criança tem seu modelo e suas cores padronizados caracterizando determinada instituição e ao mesmo tempo identificando o local que ela frequenta. O depoimento de uma das mães revela essas tendências:

É... Padrão. Padronização. Cores específicas, que no caso seriam padronizadas. E assim, uma maior caracterização da escola. Definição da escola. Visualização da escola também. Tudo isso porque... Quando, por exemplo, eu saio pra comprar pão e que ele [criança] está de uniforme todo mundo já olha e sabe de onde é. Entendeu. E, quando não tinha o via completamente sujo e... Saiu da escola ou o menino está sujo mesmo? Com o uniforme você já sabe que veio da escola. Até pra isso é interessante o uniforme (Mãe 5).

O Quadro 5 ilustra as representações das mães sobre o uniforme escolar, apontando as questões que se fizeram mais presentes nos depoimentos das entrevistadas e explicitaram, de modo geral, as palavras, idéias e as imagens construídas sobre o uniforme escolar.

Quadro 5 – Representações das mães sobre palavras, idéias e imagens do uniforme escolar – Viçosa, MG – 2005

Categorias	Subcategorias	%
Roupa específica	Padronização	66,67
	Economia de roupas comuns	33,33
Total		100,00
Escola	Organização da instituição	50,00
	Caracterização da escola	33,33
	Lembranças da infância	16,67
Total		100,00

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em relação à roupa específica e à imagem de escola, emergiram, na sua maioria, aspectos relacionados à padronização da criança e à organização da instituição, respectivamente. Essa concepção da uniformização vinculada à idéia da padronização da criança assume contornos mais específicos e direcionados tanto para a escola quanto para a família, evidenciando o processo de objetivação nas representações das mães, no sentido de segurança da criança, da sua identificação com a instituição, da minimização das diferenças socioeconômicas em termos das vestimentas e do sentimento de valorização da própria criança por estar freqüentando uma escola.

Olha é... Identificação. (...) tanto pra escola quanto pra família, no caso. A questão de segurança. (...). E tem a questão social também. De não estar diferenciando. Se todas [crianças] estão usando aquela roupa, não tem... A questão vamos dizer assim... As diferenças socioeconômicas não ficam visíveis entre elas (Mãe 1).

(...). Então, quando a gente fala de uniforme dá aquela idéia que a criança está começando mesmo. (...). Dá uma alegria. Eu também lembro muito assim de quando eu comecei a estudar. Vem aquela imagem quando os pais chegam e falam: este ano você vai começar a estudar. Eu acho que lembra bem isso sim. A minha infância mesmo (Mãe 6).

A representação da uniformização apoiada na idéia de organização da instituição revelou-se também nas falas das mães, indicando uma ligação entre o uso do uniforme e a organização do local, ou seja, da escola. Nesse contexto, pode-se inferir que o uso do uniforme pelas crianças que freqüentam uma instituição de educação infantil interfere significativamente na imagem da escola, a ponto de ser esta percebida pelas próprias mães como um aspecto que, num primeiro momento, diferencia uma escola de outra.

(...). É... Organização. Que o uniforme dá muito aquela idéia de organização da instituição. Se você entra num lugar onde está todo mundo uniformizado... Eu acho que... Num primeiro momento parece assim, uma coisa organizada. Eu acho organização que vem mais na minha cabeça. Que é mais forte (Mãe 4).

Também foi possível perceber certa ligação da expressão “uniforme escolar” com a idéia de economia das roupas comuns. Apesar de ocorrida com menor frequência nas representações das entrevistadas, essa idéia estava relacionada com a redução nas despesas da família com o vestuário, à medida que as roupas que não são usadas pela criança para ir à escola passam a apresentar maior durabilidade e, conseqüentemente, podem ser usadas em outras ocasiões. Outro aspecto com a mesma intensidade de ocorrência, ou seja, 33,33 %, estava relacionado à idéia de caracterização da escola. Foi possível apreender que o uniforme utilizado pela criança em atividades escolares identifica a criança em qualquer lugar em que ela esteja e ao mesmo tempo caracteriza a sua escola, através do uso da roupa específica.

(...). Economia de roupas comuns. (...). Identidade da escola. Caracterização da escola. (Mãe 3).

(...). E assim, uma maior caracterização da escola. Definição da escola. Visualização da escola também. (...). Com o uniforme você já sabe que veio [criança] da escola. Até pra isso é interessante o uniforme (Mãe 5).

5.2.2. Significado do uniforme

Em relação ao significado do uniforme escolar, identifica-se nos depoimentos de 50,00% das mães entrevistadas que o uso da roupa específica em uma instituição de educação infantil está diretamente relacionado à palavra “praticidade” (Quadro 6).

Quadro 6 – Representações das mães sobre o significado do uniforme escolar – Viçosa, MG – 2005

Categoria	Subcategorias	%
Roupa específica	Praticidade	50,00
	Momento escolar	33,33
	Padronização	16,67
Total		100,00

Fonte: Dados da Pesquisa.

Ser prático nesse contexto e na visão das mães significou que o uso da roupa específica, o uniforme, evita sujar outros tipos de roupas, além do fato de a mãe não ter a preocupação de ficar selecionando roupas comuns para serem usadas na escola.

(...). Além do mais tem a parte prática também, né. É... Evita sujar outro tipo de roupa. É uma roupa específica para aquela atividade que você faz. (...). Eu acho que é interessante pra isso porque a partir do momento que você põe aquela roupa define isso pra mim: momento escolar (Mãe 5).

(...). Ele é prático no sentido de que você tem que se preocupar só com o uniforme. Não tem preocupação com a roupa. Se a criança vem com a roupa boa ou ruim. (...) (Mãe 6).

Ao analisar também o significado do uniforme na perspectiva da padronização da criança, verificou-se, apesar de ser uma representação da minoria das entrevistadas, que a preocupação das mães converge para o aspecto de segurança da criança. Para as mães, a criança que usa o uniforme escolar passa a pertencer a um grupo específico, identificando-a em qualquer lugar que ela esteja, e isso transmite uma sensação de segurança para a própria mãe. No depoimento da entrevistada sobre a relação positiva entre o significado do uniforme e o pertencimento a determinada instituição, observou-se que ocorre uma associação representativa entre eles e que o não-uso do uniforme leva a um estranhamento dessa situação.

Eu acho que é a questão da identificação com a instituição mesmo. (...). Uniforme é como se desse uma sensação maior de pertencimento aquela instituição. (...). Quando a gente chega no LDI e vê as crianças uniformizadas dá mais essa sensação de que de fato a criança pertence aquele lugar. De que faz parte daquele grupo de crianças. Tanto que quando você vê alguma criança que não está uniformizada... (...). Dá uma sensação esquisita, sabe. De algo errado. De a criança estar fora daquele grupo. Eu acho que o significado maior do uniforme é esse que fica pra mim: pertencimento ao grupo (Mãe 3).

Na avaliação das mães, encontrou-se um percentual de 33,33% das entrevistadas que relacionam o significado do uniforme com o momento escolar. Nessa interação, pôde-se inferir também que as mães trazem consigo as representações sobre o uniforme como um requisito ou, mesmo, uma condição para a criança frequentar a escola.

Escola. Relacionado a escola. Ter uniforme me lembra escola. Ir pra escola tem que ter uniforme (Mãe 2).

(...). Significa que você está indo à escola, entendeu. É uma coisa mais definida. É o horário escolar de ir pra aula. (...). É uma roupa específica para aquela atividade que você faz: ir pra escola. (...) a partir do momento que você põe aquela roupa define isso pra mim: momento escolar (Mãe 5).

Tais idéias sobre o uniforme escolar mostram-se condizentes com as concepções de Mendonça (1999) acerca do vestuário. Esse autor ressalta que a roupa é um elemento simbólico e, portanto, reflete a identificação de determinado grupo social. Considerada ainda como um elemento de proteção, a roupa possibilita a troca de informações entre os indivíduos, caracterizando-se como um objeto de comunicação não-verbal.

5.2.3. Uso do uniforme no Laboratório de Desenvolvimento Infantil

Nas opiniões das mães sobre o uso do uniforme pelas crianças no LDI, as entrevistadas apontaram, unanimemente, para sua obrigatoriedade. A fala de uma das mães sintetiza essa idéia de regulamentação no uso do uniforme pelas crianças no Laboratório da seguinte forma:

(...). Eu acho até que deveria cobrar isso de todo mundo, porque (...). Nós já tivemos [uniforme] outras vezes aqui, quando a minha filha mais velha começou. Tinha aquele uniforme verde. (...). Na época era importante, mas, nunca conseguiu levar isso à frente. Deveria ta todo mundo usando. Todo mundo cobrando. Como uma escola mesmo que exige o uniforme. Eu sempre achei muito importante (Mãe 6).

Assim, emergiram desse contexto questões relacionadas à padronização, aos níveis socioeconômicos, à segurança da criança e à organização do Laboratório, que vieram complementar a objetivação das mães ao se referirem à obrigatoriedade do uso do uniforme pelas crianças.

Na percepção da maioria das mães, a padronização estava relacionada à idéia de identificação da criança e de minimização das diferenças socioeconômicas ao considerar que a própria palavra uniforme já indica padronização. Acreditavam que a padronização do ponto de vista da identificação da criança é indispensável para que nas atividades realizadas com as crianças fora do Laboratório as profissionais tenham maior controle destas. Através dos relatos das mães, foi possível perceber também que a padronização na vestimenta das crianças representa uma relação de igualdade entre os pares, através da roupa usada, repercutindo em benefícios para o convívio das crianças no cotidiano do Laboratório:

(...). Quando você [mãe] sai com a criança e vai para um outro ambiente e outras escolas estão, você já sabe definir: aquele grupo é daquela escola. Então, eu acho interessante pra isso. (...). (Mãe 5).

Eu acho importante a padronização das crianças em termos de controle das professoras. (...). Eu acho que é pra identificação da criança. (...). É um pouco o crachá da criança. A criança é de qual escola? É do LDI ou senão, é... ? Você sabe de onde a criança veio, sabe. (...) (Mãe 4).

Porque o uniforme padroniza. Então, você não tem diferença do que está com a roupa mais nova, mais bonitinha, né. Então, eu acho que é importante sim pra que não haja diferenciação em termos do que pode mais. O que está com a roupa mais bonitinha é o que pode mais... O outro pode menos, né. (...) (Mãe 3).

Paralela a essa percepção da identificação da criança, as mães foram unânimes em relacionar o uso do uniforme com as diferentes vestimentas usadas até o presente momento pelas crianças no LDI. Nos depoimentos das entrevistadas, essa questão foi vinculada à imagem de que algumas crianças vêm para o Laboratório vestidas com roupas mais caras e outras com roupas mais simples. Percebe-se que isso foi um fato constante no período em que não existia o uniforme e pode ter sido decorrente das diferentes categorias funcionais dos responsáveis pelas crianças atendidas no Laboratório. Todavia, isso não significou que aquele com melhor condição econômica trazia a criança mais bem vestida nem vice-versa. Pôde-se inferir, desse universo representacional, que a padronização da vestimenta das crianças minimizou as diferenças socioeconômicas em termos do vestuário, diminuindo as distâncias entre seus pares e melhorando talvez o próprio relacionamento do grupo. Outro aspecto considerado pelas mães tem um sentido mais amplo, que é a necessidade de a instituição trabalhar os valores que são comuns às crianças a partir do uso do uniforme. Nos relatos a seguir é possível apreender que a padronização da vestimenta homogeneizou o grupo de crianças que freqüentam o LDI:

Eu acho que é mais importante a padronização das crianças por essa questão (...) de diferenças socioeconômicas. Isso parece que fica minimizado com o uniforme. Eu acho que isso é bom até pra convivência dos alunos. E até para trabalhar a questão de igualdade. (...) a questão de valores. (...) porque não tem essa coisa da criança está com uma roupa muito diferente. Mais bonita. Que chama mais atenção do que a outra vem com uma roupa toda... Pra não despertar essa coisa entre as crianças, essa diferença. Eu acho que o uniforme ajuda a não ter essa discriminação entre as crianças. (...). Não que todos sejam iguais. Mas, igualdade nas vestimentas. Igualdade na questão de respeito. De tratamento. Exatamente nessa questão de trabalhar o comum (Mãe 1).

(...). O LDI tem uma heterogeneidade muito grande em termos de renda familiar. Você tem desde alunos de graduação até professores nos mais altos cargos da Universidade. Então, eu acho que a roupa, que não é uniforme, causa uma diferenciação muito grande. Alguns vão mais arrumados do que outros. Com roupas mais novas do que outros. O uniforme diminui essa possibilidade de diferenciar. (...). Caracteriza um grupo homogêneo (Mãe 3).

Além da identificação da criança e da minimização nas diferenças socioeconômicas, conforme indicado pelas mães, outro componente representativo desse universo da padronização das crianças foi a sua segurança. A maioria das entrevistadas afirmou que o uso do uniforme pelas crianças trouxe segurança para elas dentro e fora do Laboratório. As mães expressaram em suas falas que a criança uniformizada é facilmente identificada fora do Laboratório em atividades que envolvem grande número de escolas e até mesmo quando se encontram em determinadas situações de perigo. Essas situações podem ocorrer quando a criança se afasta do seu grupo de referência, por exemplo em excursões ou quando está a caminho do Laboratório ou de casa sob a responsabilidade dos responsáveis.

(...). Uma das coisas boas, das vantagens do uniforme é a segurança. Eu sei que a creche tem todo o cuidado de está tomando conta mesmo das crianças. A porta está sempre fechada. Mas num imprevisto, elas estando uniformizadas, qualquer adulto que vê eu acho que vai identificar. (...). Elas são pequenas pra sair andando sozinha. Mas, pode acontecer. (...). Essa questão do uniforme é uma segurança. É pra identificar mesmo as crianças. (...). E fora eu vejo não só na questão de uma criança sair, mas, eu posso sair com o meu filho daqui e chegar na rua, indo embora pra casa, e acontecer qualquer coisa. Que vai identificar porque ele está uniformizado. (...) (Mãe 1).

Quanto à segurança da criança dentro e fora do laboratório eu acho pra mim o primeiro ponto que a escola deve oferecer, é a segurança. A partir do momento que elas estão uniformizadas, se caso acontece de uma criança sair, é mais fácil identificação de onde a criança veio. (...) Esse uniforme é da creche. É do LDI. Leva. Então, eu acho que o uniforme veio trazer segurança. É a identificação da criança. (...) (Mãe 4).

Ainda no que diz respeito à segurança da criança é interessante destacar, a partir das falas das mães, que o uso do uniforme proporciona também a segurança da criança dentro do Laboratório. Parece, ao olhar da mãe, que a criança uniformizada é mais facilmente identificada pelas profissionais quando estão chegando ou saindo do Laboratório, trazendo certa tranquilidade para os responsáveis.

É claro que quando identifica a criança você traz segurança dentro do laboratório. (...). Sabe que aquela criança entrou... A que ta de uniforme, ela é do LDI. (...). Você fica menos preocupado quanto ao entrar e sair. (...). Ao contrário que se estiver com uma roupa normal. Você tem que ficar vendo que criança que é. Se ela sai, vamos supor. Sai correndo aqui na rua. A pessoa vê. Como você vai saber se é daqui ou não? (...) (Mãe 2).

(...). Eu acho que a segurança dentro do laboratório é assim... Ela se sente feliz com o uniforme. Mas, de uma certa forma ela se sente mais segura de estar usando uniforme. Eu acho que ela se sente importante (Mãe 6).

Tais representações condizem as da pesquisa realizada por Alcade (1997) sobre a uniformização em instituições de ensino, na qual o uso do uniforme foi, em sua maioria, visto como um aspecto positivo da cultura escolar. Estudantes e profissionais, ao se referirem sobre a relação entre o uso do uniforme pelos alunos e a redução das diferenças individuais, justificaram que usar roupas iguais nivela a turma e democratiza o ensino, porque os estudantes menos favorecidos não se sentem oprimidos diante das diferenças no vestuário. Os entrevistados consideraram, também, que o uniforme, por ser uma roupa específica, favorece a economia das roupas comuns usadas nas escolas, minimizando os “desfiles de moda”. Do ponto de vista da mãe, essa economia representou uma praticidade porque não gasta as roupas de festa. Outro ponto destacado pelos estudantes foi que o uniforme favoreceu a segurança ao identificá-los entre si e ao diferenciá-los dos demais grupos. Contradizendo essas colocações, apenas um entrevistado considerou que o uso do uniforme nas escolas se remete à idéia de disciplina e rigidez.

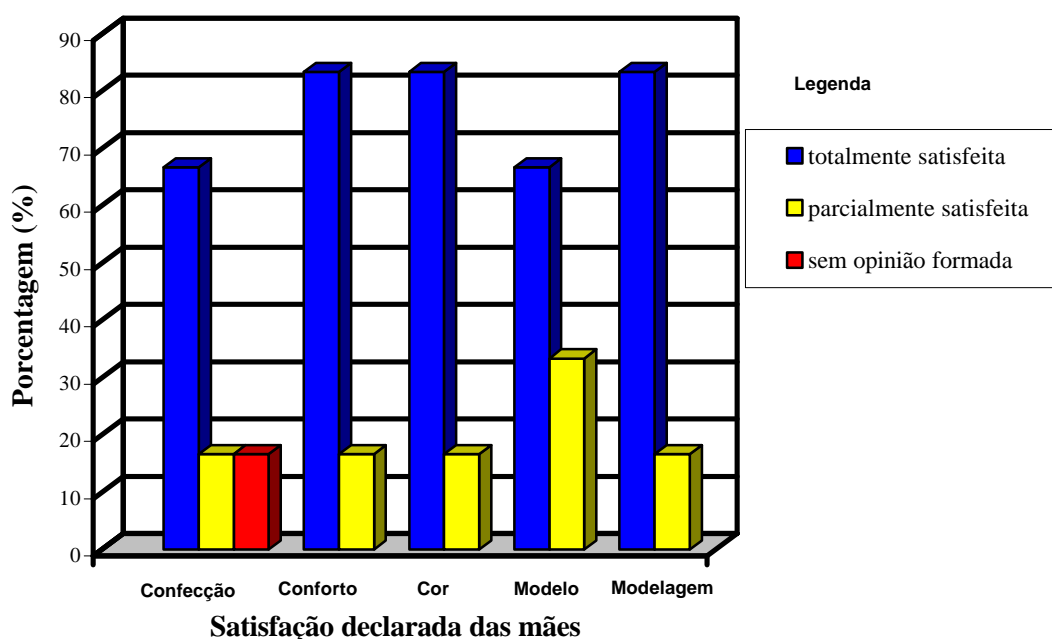
A representação das mães em relação ao uso do uniforme pelas crianças no LDI estava relacionada também à idéia de organização da instituição. A metade das entrevistadas apontou que o uniforme usado pelas crianças proporcionou uma nova aparência ao Laboratório, passando uma imagem de mudança na sua organização, enquanto a outra metade ressaltou, além do uniforme das crianças, a influência do uniforme usado pelas profissionais interferindo positivamente nessa representação. Para as mães, essa mudança na aparência refletiu também na sua própria segurança quanto a deixar a criança no Laboratório. Pode-se inferir, a partir das falas das entrevistadas, que a mudança visual na organização do LDI estava vinculada ao uso do uniforme pelas crianças e também pelas profissionais.

Em termos de organização da instituição o impacto e o visual com certeza mudaram. Até o uso do uniforme pelas professoras também. (...). É possível que quando a gente tem um impacto de uma sensação de uma organização maior isso deu uma sensação de segurança, pra nós pais. Quando você encontra uma instituição que está organizada, uniformizada, é possível que a gente... (...). Se sinta assim até mais seguro no sentido de você deixar seu filho num local organizado, num local coeso, num local identificado (Mãe 3).

Eu acho que a organização da instituição faz parte mesmo da questão do significado. Como eu gosto do uniforme... (...). Eu vejo que está mudando sim. (...). Eu acho que dá outro visual. (...). Eu acho que além de ficar mais bonito também, dá uma sensação de coisa mais organizada (Mãe 1).

5.2.4. Avaliação das mães sobre satisfação do uniforme escolar no LDI

Ao avaliar a satisfação com a confecção, com o conforto, com a cor, com a modelagem e com o modelo do uniforme escolar usado pelas crianças no LDI, a maioria das mães entrevistadas indicou total satisfação com todos os aspectos mencionados, conforme mostrado na Figura 3.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 3 – Satisfação das mães com a confecção, o conforto, a cor, o modelo e a modelagem do uniforme escolar usado pelas crianças no LDI – Viçosa, MG – 2005.

Percebe-se que as entrevistadas, ao considerarem as características que compõem uma roupa adequada, quais sejam: confecção, conforto, cor, modelagem e modelo, expressaram total satisfação com o uniforme implantado no LDI. Pela avaliação das mães, pode-se inferir a importância do planejamento na indicação das vestimentas escolares quando se buscou atender às especificidades do grupo de crianças desse Laboratório. Os depoimentos revelaram que a boa qualidade das peças é decorrente da seleção dos materiais estruturais e não-estruturais, da adequação dos

modelos, das costuras e acabamentos, do tamanho das peças e das cores usadas na confecção dos uniformes.

Eu achei o uniforme muito confortável. Assim... A malha da blusa muito gostosa. Muito levinha. O de frio esquenta mesmo. O moletom flanelado. Viçosa é muito frio. Eu achei muito bom porque geralmente sem o uniforme a criança tem que ir com outro casaco. Com outro casaco por cima. Com esse [uniforme], colocando só uma blusinha por baixo vai resolver o problema. Ele é bem quentinho (...). Bem gostoso (Mãe 4).

Em relação ao modelo eu estou muito satisfeita. A bermudinha ficou bonitinha. A calça. Não tenho nada a reclamar. A blusa. Eu gostei, sim (Mãe 4).

A parte de confecção está tranqüila. Nada até hoje. Não rasgou. Não descosturou. Não soltou (Mãe 1).

A modelagem eu achei que está boa. Acho que está no tamanho bom(...). Não precisa mudar nada porque normalmente elas reclamam quando tem alguma coisa incomodando. Se você achou que está bom, eu também (Mãe 6).

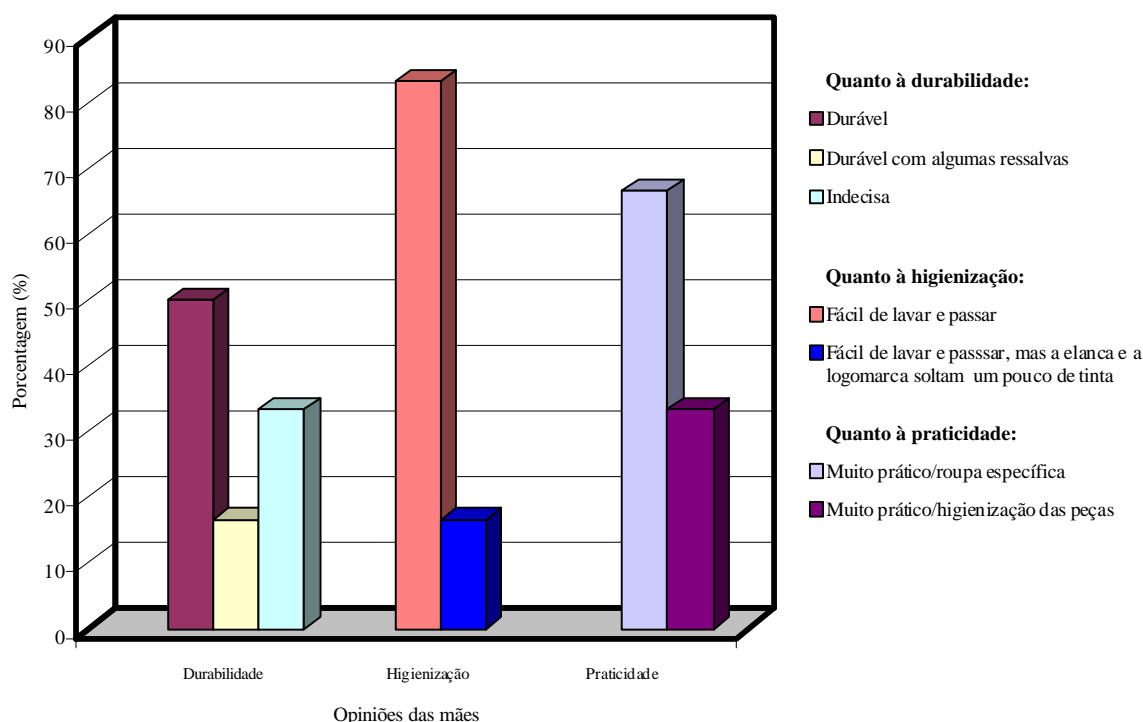
A cor eu gostei do tom. Achei que ficou assim bem leve. Suave. (...). Combinou muito bem ali. Tanto o slogan quanto o branco com o azul achei que ficou muito bom (Mãe 6).

É interessante destacar também nos depoimentos das mães, especificamente no que diz respeito ao modelo do uniforme, que 33,34 % das entrevistadas afirmaram estar parcialmente satisfeitas, sugerindo alterações. Dentre essas sugestões, citaram a necessidade de adaptar o atual modelo de short, transformando-o em short-saia, para ser usado somente pelas meninas e a substituição do decote atual da blusa de malha pelo decote tipo V. Percebe-se, no entanto, que a forma como a minoria das mães sugeriu alterações revelou, além de aspectos relativos ao gosto pessoal pela roupa, a concepção de praticidade ao vestir e tirar as peças do uniforme, conforme constatado nos extratos das falas das entrevistadas:

Eu gostei do modelo, porém eu achei que daqui pra frente que vocês vão aperfeiçoando que poderia ter... (...). O short saia. Porque no berçário B eles [profissionais] não gostam que coloca nada no cabelinho pra criança não ficar puxando e tal. Então, eu acho que poderia ficar mais feminino, pras meninas. Agora tirando isso eu acho que ele é muito bonitinho. (...) (Mãe 2).

Eu estou satisfeita com o modelo. Não tem problema não. (...). Mas, talvez se a gola fosse com decote V fosse menos calorenta. Como não tem eu optei por comprar um número maior porque ele não gosta de nada apertado. Mas eu estou satisfeita (Mãe 5).

A Figura 4 contém a opinião das mães em relação ao uso do uniforme pelas crianças no Laboratório, considerando-se a durabilidade, a higienização e a praticidade das peças. Pôde-se perceber que mais da metade das mães entrevistadas afirmaram que o uniforme é uma vestimenta durável e de fácil conservação.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4 – Opinião das mães em relação à durabilidade, à higienização e à praticidade das peças do uniforme escolar usado pelas crianças no LDI – Viçosa, MG – 2005.

Depoimentos das entrevistadas apontaram que a praticidade do uniforme está ligada a duas características: ser uma roupa específica e de fácil higienização. Na opinião das mães, essas características refletem positivamente nas tarefas desempenhadas pelos adultos diariamente em casa. Para elas, o uso do uniforme pela criança evita a seleção das roupas comuns; facilita no dia-a-dia as trocas de roupas na criança e a arrumação da bolsa que leva para o Laboratório, reduzindo, consideravelmente, o volume das peças transportadas. Além do mais, a lavagem, bem como a passadoria das peças, também foram facilitadas. Verificou-se que, no caso específico do LDI, o uniforme está sendo prático no dia-a-dia das famílias e vêm atendendo às suas necessidades, particularmente por economizar o tempo das mães.

A vantagem do uniforme é essa: praticidade. A vantagem maior é que você não tem que preocupar com as roupas porque ela fica o dia inteiro aqui. (...). Minha filha vai precisar disso. Minha filha vai precisar daquilo. Chego em casa já lavo, coloco de molho e seca rápido. Principalmente a blusa. Em termos de praticidade eu gostei (Mãe 4).

O uniforme claro que é prático. (...). É uma comodidade porque você já sabe o que colocar na bolsa. (...). Já levanta em cima da hora pra sair e tem que providenciar a bolsa... (...). É o uniforme que vai e... Sabe. Agiliza a minha vida. Nesse sentido eu estou também satisfeita. Eu achei bom (Mãe 1).

Elas [peças do uniforme] são muito fáceis de lavar. A camiseta não agarra sujeira. (...). Ela chega em casa imunda. É só esfregar e deixar de molho que sai tudo. E tanto o moletom quanto a elanca são muito fáceis de lavar. E, de passar é super fácil, também. Você passa o ferro rapidinho e... Ele nem amarrotta. A gente passa só pra... Ela não fica a marca do varal. Então, quanto ao tecido é excelente tanto pra lavar quanto pra passar (Mãe 2).

Ao mesmo tempo em que 83,33% das mães opinaram que o uniforme é fácil de lavar e passar, 16,66% comentaram que a logomarca da blusa de malha e a elanca azul soltam um pouco de tinta. É possível que essa ocorrência se deva às lavagens sucessivas, seguidas de molho, dependendo do tipo de sujeira encontrada nas peças. Nos depoimentos das mães entrevistadas, essas representações ficaram claras:

Na verdade a gente passa. Mas, é um tecido que se não passar não tem necessidade. (...). O branco às vezes eu coloco molho, mas, nem sempre. Depende se ela mexe com alguma tinta... Suja um pouco mais. (...). O branco apesar que suja bastante... Pra criança não tem coisa melhor que o branco porque você vê logo a sujeira. E eu não achei difícil de lavar. E a bermuda também. A cor é boa. Tem facilidade de lavar (Mãe 6).

A elanca solta um pouco de tinta. O interessante que outro dia um pai comentou que soltava tinta e eu comentei com a minha secretária. (...). Realmente está soltando um pouco de tinta. E, por exemplo, lá em casa a gente só usa sabão de coco pra lavar a roupa do meu filho. Os pais comentaram que desbota a logomarca. Mais assim... (...). É uma roupa que lava muito. Uma roupa que tem de esfregar porque é suja. Uma roupa suja. Então assim, não tem jeito de não gastar essas roupas (Mãe 3).

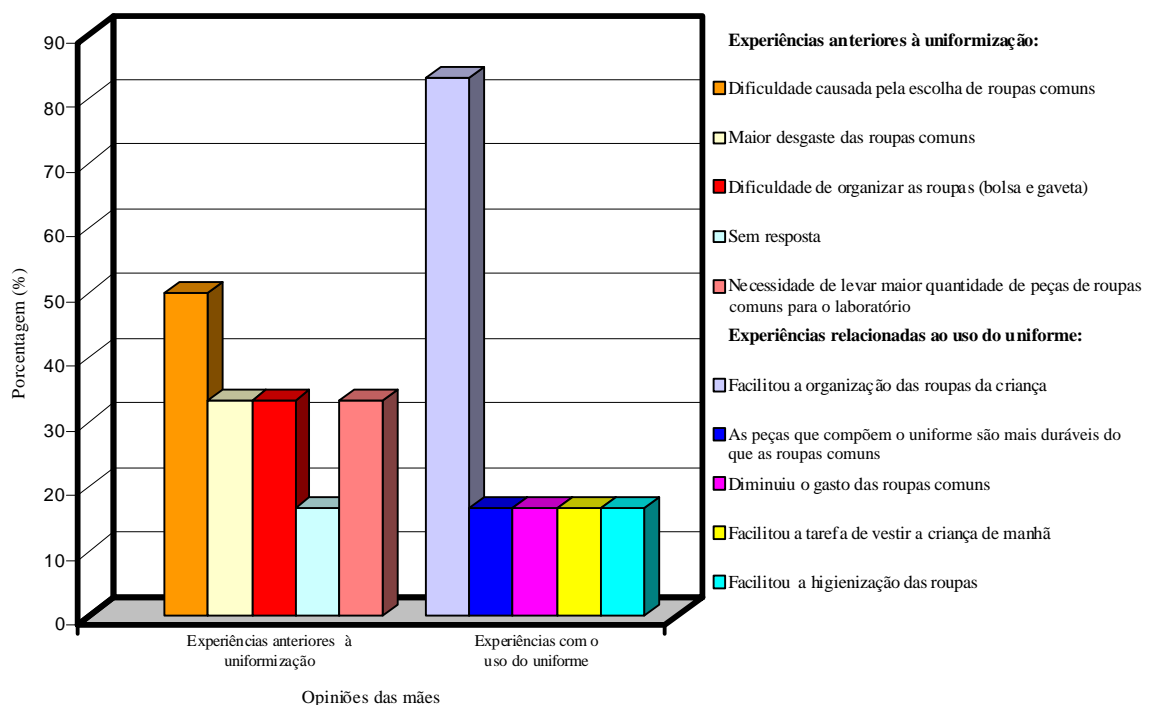
(...). A única coisa que os pais estão comentando é o silk da blusa. Mas, a blusa de malha. Nem é da elanca, não. É da blusa de malha que ela já vem desbotando (Mãe 1).

Outro fato relevante foi a forma como as mães se remeteram ao aspecto da durabilidade das peças do uniforme. Considerando que o tempo médio de uso deste até o momento da pesquisa havia sido de apenas 47 dias, aproximadamente, metade das entrevistadas afirmou que são peças duráveis. Compreendiam que a rotatividade no processo de lavagem das peças é muito intensa, porque a criança usa todos os dias e que, mesmo assim, estão mantendo a aparência inicial.

Eu acho que as peças vão ser peças duráveis. E a minha filha usa todos os dias. (...). Eu acho que vão ser peças duráveis sim, porque eu lavo todos os dias. E, tem mais de um mês que ela está usando. Deixo de molho. Passo escova. Então... Acho que vão ser duráveis, sim (Mãe 2).

(...). Como ela está só com dois, por enquanto, a gente tem lavado muito. E não tenho sentido diferença, não. Eu acho que ele [uniforme] vai durar um tanto bom. Nesse período ele ainda não teve desgaste. Todos os dias eu chego à noite, ela tira e a gente lava (Mãe 6).

As declarações das mães sobre as experiências vivenciadas no período em que as crianças não usavam uniformes possibilitaram entender que naquela época o grande desafio era escolher as roupas comuns com as quais a criança iria para o LDI e que usaria durante todo o tempo de permanência naquele local. A partir do momento em que foi implantada a uniformização nessa instituição, as mães revelaram uma atitude bastante positiva em relação ao uso do uniforme, conforme se observa na Figura 5.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 5 – Opinião das mães em relação às experiências anteriores à uniformização e experiências relacionadas ao uso do uniforme escolar pelas crianças no LDI – Viçosa, MG – 2005.

Os depoimentos das mães em relação às experiências anteriores à uniformização apontaram que, para 50% das entrevistadas, a maior dificuldade era escolher as roupas comuns usadas pela criança no Laboratório, enquanto para 33,34 % se relacionava com a inadequação dessas vestimentas para as atividades escolares. Essa inadequação esteve relacionada ao maior desgaste das roupas comuns; às dificuldades na organização das roupas na bolsa e gavetas e ao maior volume de roupas levado para o uso diário da criança no Laboratório. No entrelaçamento dessas idéias, pôde-se entender que esses contratempos são decorrentes do uso de roupas na escola sem um planejamento específico para essa atividade e, portanto, refletiu negativamente no uso final das roupas comuns:

Quando ela começou no laboratório, no Berçário A, eu tinha que trazer muitas roupas. Enchia muito a bolsa. Tem que ficar selecionando várias roupas pra usar. (...). Mais volume. Se tivesse com o uniforme desde o início eu acho que tinha ajudado muito a gente nesse sentido, de não ter que trazer tanta coisa. Você traria só o uniforme. (...). A falta de uniforme dificulta bastante. (...). Eu acho que o uniforme é essencial, sabe, em qualquer escola. Seja creche. Seja... Em qualquer escola eu acho que deve ter (Mãe 6).

Pra mim foi excelente porque ela gastava muito as roupas. As roupas estragavam com muito mais facilidade porque tinha que lavar muito (Mãe 2).

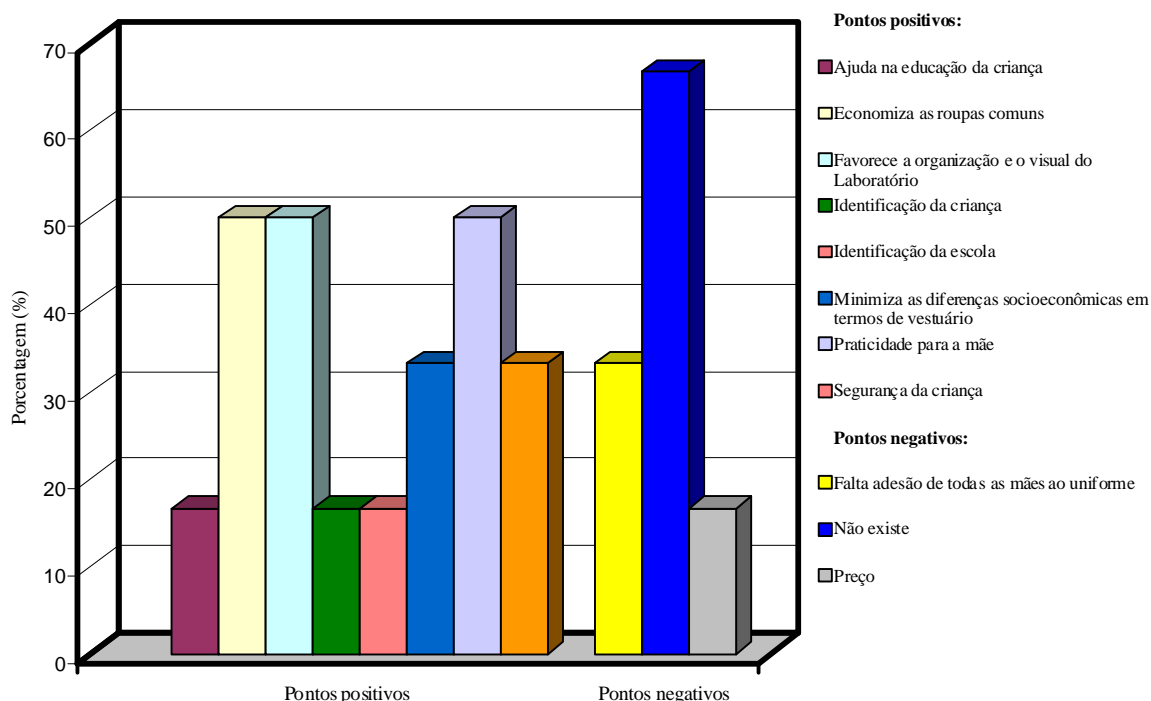
Quanto à preocupação de que roupa vou mandar... Já que é uniforme é aquele e pronto. Não precisa ficar escolhendo. Quando ela usava roupa comum e estava na época de frio os agasalhos dela desbotaram todos. As blusinhas de lã encheram de bolinha de tanto lavar. Porque era uma a cada dia basicamente. (...) (Mãe 2).

Na avaliação das mães sobre o uso do uniforme pelas crianças, as entrevistadas foram quase unânimes em considerar que a uniformização facilitou a organização das roupas das crianças para uso no LDI. Nesse sentido e de forma bastante clara, as entrevistadas expressaram que a organização se deve ao uso de uma roupa específica para a escola, evitando a escolha de outros tipos de vestimentas, o que facilita o processo de higienização das peças, reduzindo, significativamente, o volume de roupa colocado na bolsa que é levada para o Laboratório. A idéia de roupa específica para ser usada na escola, conforme explicitado no relato a seguir, é um componente importante da representação construída pelas mães sobre a uniformização:

(...). Arrumar a bolsa ficou muito mais fácil porque não tem de ficar pensando tanto... Com que roupa que vai mandar? Em casa o planejamento ficou muito mais fácil na hora de lavar a roupa porque já sabe que aquela roupa é... Por exemplo, a gente já separou uma gaveta, que é a gaveta do

uniforme. Então, durante a semana praticamente sai só pra levar a escola. Não tem passeio. Não tem essas coisas. Só usa aquela gaveta. Ficou muito mais fácil pra arrumar a bolsa. Normalmente arruma no dia anterior porque eu já sei que é aquela roupa que eu vou colocar. Ficou mais fácil arrumá-lo de manhã, porque eu não tenho que ficar pensando que roupa que vai colocar. (...). Hoje é muito mais prático sem dúvidas. A bolsa fica até mais leve. Eu percebo isso (Mãe 3).

A Figura 6 apresenta as opiniões das mães entrevistadas em relação ao uso do uniforme pelas crianças no LDI. Convém salientar que o número de pontos positivos citados por elas ultrapassa consideravelmente os negativos.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 6 – Pontos positivos e negativos da uniformização na opinião das mães das crianças frequentadoras do LDI – Viçosa, MG – 2005.

É interessante destacar que a maioria das mães relacionou os pontos positivos do uniforme aos aspectos de economia de roupas comuns, de mudanças na organização e na aparência do Laboratório e de praticidade dessa vestimenta. A opinião das mães em relação à economia das roupas comuns refletiu positivamente na redução das despesas

da família com o vestuário, porque elas passaram a ter uma durabilidade maior, à medida que estão sendo usadas com menor frequência.

Eu achei que alterou demais o consumo de roupas comuns para uso no laboratório porque as roupas dela é o antes e o depois. Porque quando eu vim pra cá eu gastava roupa demais. Eu comprava roupa com muito mais frequência. Depois que ela passou a usar o uniforme eu não comprei roupa porque precisou. Só porque eu achei bonitinha e tal. (...). O consumo [roupas comuns] era muito. Excessivamente (Mãe 2).

A praticidade estava associada à organização da atividade de higienização das roupas em casa e à redução de tempo e de conflitos na escolha de roupas comuns para serem usadas pelas crianças no LDI. É interessante destacar que a existência de conflitos foi evidenciada, segundo depoimentos das mães, nas crianças que estão nas salas 2, 3 ou 4, ou seja, crianças maiores que participavam do processo de escolha de roupas para uso próprio. Pôde-se inferir que o uniforme proporcionou essas vantagens para as mães por ser uma roupa adequada para ser usada em uma instituição de educação infantil.

Outro aspecto presente nas falas das mães, em relação à praticidade, foi quanto ao tempo de realização de algumas atividades em casa. Considerando que todas as entrevistadas realizam alguma atividade fora de casa, manter o uniforme diariamente limpo e organizado para a criança ir para o LDI significou reduzir o tempo para a sua conservação. Nesse sentido, as mães podem estar utilizando desse tempo para a realização de outras tarefas.

Eu achei muito prático porque... (...). A blusa como ele sua mais, no banheiro mesmo eu lavei. Fica lá pendurada e seca muito fácil. (...). E porque, como eu já falei uniforme é uniforme. (...). E o short pelo tipo de material ele não suja com facilidade e você pode usar até 2 dias. Agora a blusa que é mais complicada por causa da cor. Mas, é fácil de lavar e é fácil de secar. Então, é prático por isso (Mãe 5).

A praticidade está muito boa. (...). Tem as roupas separadas de ir pra creche. Não precisa ficar passando. (...). Porque antes ficava muito confusa essa questão de roupa. Tinha que lavar roupa pra secar roupa... Então, em casa organizou. (...) (Mãe 3).

O conflito na escolha e definição de roupas existe porque muitas vezes ela [criança] escolhe a roupa. Às vezes eu vou pegar uma roupa pra arrumar a bolsa... Não! Eu não quero essa roupa! Eu quero outra. Eu quero vestido. Não filha, o vestido não fica bem pra ir pra creche. Deixa pra usar em casa. (...). Nesse sentido é que eu achei que o uniforme ajuda muito. É aquela roupa e não tem essa escolha. E a criança gosta do uniforme. Então, eu acho que foi muito bom. Uma coisa que eu sempre senti muita falta aqui nessa creche foi essa falta de uniforme. Eu sempre achei que era importante ter (Mãe 6).

Foi possível identificar também, pelos depoimentos das mães entrevistadas, que a partir da implantação do uniforme o LDI apresentou uma imagem de maior organização no ambiente físico. Entretanto, essa idéia de organização não está associada apenas ao uso do uniforme pelas crianças, mas também ao uso do uniforme pelas profissionais. Portanto, é possível inferir que essa imagem de organização transmite às mães uma sensação de uma instituição esteticamente mais bonita:

Em termos de organização da instituição o impacto e o visual com certeza mudaram. Até o uso do uniforme pelas professoras também. Eu acho que dá uma sensação de organização. (...) (Mãe 3).

Eu acho que a organização da instituição é um dos pontos mais forte. (...). A uniformização dos professores também é muito importante. Quando você entra dá um ar de organização, dá um ar de limpeza quando você vê até pelo visual. Quando você vê todo mundo assim é mais bonito. Então, isso chama a atenção. Eu acho isso importante (Mãe4).

No conjunto de opiniões sobre os pontos negativos da uniformização, emergiram dois aspectos de grande relevância. O primeiro aspecto, representado por 33,33 % das entrevistadas, refere-se à falta de adesão à totalidade das mães quanto à aquisição do uniforme, uma vez que o LDI enviou a todas uma correspondência comunicando que os uniformes se encontravam à disposição dos pais para compra. As mães não deixaram claro os motivos pelos quais existiram no primeiro momento essa falta de interesse na aquisição do uniforme, mas acreditavam que essa adesão total levaria todo o grupo a manter o uso diário e freqüente do uniforme pelas crianças.

Eu acho que tinha que ser obrigatório. Quem vem fazer a matrícula... Obrigatório comprar uniforme. Porque outras escolas são assim. Qualquer escola. Aqui também devia ser. (...). A gente recebeu uma carta que é obrigatório. Eu comprei. Mas, tem uma porção de crianças que não estão usando. (...). Eu acho assim, que é falta de conscientização geral dos pais. (...). Vai fazer matrícula... É obrigatório o uso do uniforme pro ano que vem. Eu acho que eles deveriam ser um pouco mais rígidos. (...). Um dia ou outro a criança vem com uma roupinha diferente... Tudo bem. Não é assim também. (...) (Mãe 4).

(...). A única coisa que me incomoda é o fato de que nem todos adquiriram. Então, por exemplo, eu ainda não comprei blusa de manga longa meia malha. E pelo fato de nem todas as crianças estarem uniformizadas eu acabo acomodando e mandando nesse frio agora, com blusa comum. (...). Eu acho que a partir do momento que aderir todo mundo, vai ser muito melhor até por aquilo que eu falei. (...). Então, eu acho que o problema é só esse. Que não é a questão do uniforme, mas sim, de adesão por parte dos pais. (...) (Mãe 2).

O segundo aspecto negativo evidenciado pela minoria das mães entrevistadas estava relacionado ao custo de aquisição do uniforme:

Negativos pra mim por enquanto eu acho que é só o preço. Mas, como você já esclareceu um pouco pra mim que tem a questão da qualidade da elanca... Sinceramente, eu não vejo pontos negativos (Mãe 1).

Quando interrogadas sobre o consumo das roupas comuns para uso da criança no LDI e as dificuldades encontradas para uniformizar as crianças, as mães entrevistadas declararam, consensualmente, que o consumo de roupas diminuiu muito e que não encontraram nenhuma dificuldade para uniformizar a criança. Nos depoimentos apresentados a seguir, observou-se que há uma tendência maior de relacionar a redução do consumo das roupas comuns ao fato de elas não estarem sendo usadas pelas crianças no Laboratório.

O consumo de roupas comuns para uso no laboratório diminuiu com certeza porque nesse período as roupas não estão sendo usadas. Só vem de uniforme mesmo, a não ser que... Dia de chuva, essa coisa de secar. Mas, tirando isso ele só está usando o uniforme (Mãe 1).

(...). O consumo das outras roupas diminuiu demais. Muito. Mas, muito mesmo! Eu lembro que o ano passado não tinha uniforme... Chegava em casa... Todos os dias a gente lavava roupa dela. (...). Porque ela tinha que voltar no outro dia pra creche. Moletom, eu tive que comprar uns 20 conjuntinhos. Aí estragava e não dava pra aproveitar em outro lugar. (...). Eu acho que o uniforme melhorou muito isso. As roupas que ela usava na creche eu agora só uso pra dormir porque estão muito desgastadas. (...). Pra sair não tem jeito (Mãe 4).

Pelas representações das mães não existiram dificuldades em estar uniformizando as crianças. Esse fato foi relacionado ao aspecto de valorização da própria criança pelo uso do uniforme, ou seja, esta vestimenta representou para a criança pertencimento a uma escola, e isso, na visão das entrevistadas, facilitou a aceitação do uniforme por ela.

Eu não encontrei dificuldades em estar uniformizando o meu filho. Foi tranqüilo. Ele gostou. Se sentiu orgulhoso. Ele gostou sim. Teve aquela coisa de tirar retrato de uniforme. (...). Quando ele foi de uniforme completinho já tinha criança indo. Então, ele comentava: igual o de fulano de tal. Igual o de fulano. Então, ele gostou (Mãe 3).

Eu não encontrei nenhuma dificuldade em uniformizar a minha filha. Ela adorou. Achou ótimo. Desde o primeiro dia ela não questionou. Vamos por uniforme? Ela fica feliz. Acha bonito. Ela põe o uniforme com a bota e acha lindo. (...). Então assim... Não deu trabalho nenhum nesse sentido (Mãe 6).

No conjunto das representações das mães em relação aos conflitos ocorridos na escolha das roupas comuns, observaram-se dois pontos: o primeiro, na opinião de 50,00% das entrevistadas, foi que esse conflito não existiu, provavelmente devido à idade em que as crianças se encontravam. São crianças menores e que ainda dependem das mães para definir as roupas de uso diário. O segundo ponto, na opinião da outra metade das entrevistadas, relacionou-se à existência de conflitos. Esse fato pôde ser explicado, segundo as mães, em função da idade das crianças, uma vez que esses conflitos passaram a existir no grupo representado pelas crianças maiores, ou seja, crianças que estavam nas salas 2, 3 e 4. Dessa forma, infere-se que as crianças a partir de aproximadamente 2,2 anos já começaram a participar da escolha, junto com o adulto, da roupa que vai usar. Os extratos das falas das mães expressaram essas idéias de forma clara:

O conflito na escolha e definição de roupas comuns para uso no laboratório não tenho ainda. Ele até gosta, porque ele gosta muito daqui. Então, quando ele vê que está vestindo o uniforme, ele já sabe que está vindo pra cá. Ele já percebe. Já fica todo alegre. Não tem resistência nenhuma (Mãe 1).

O conflito na escolha e definição de roupas comuns são duas partes. (...). Na primeira, eu coloco a roupa nele dormindo, porque ele dorme muito tarde, e vou embora. Agora a personalidade dele: ele é quem escolhe. Em situação normal ele quem escolhe. (...). Realmente existia isso quando ele ia acordado: se ele não quer, não quer! (...). Agora o uniforme ele gosta. Ah! Que bom! Vai ter uniforme e tal... Ele gosta. Fica satisfeito (Mãe 5).

Quando questionadas sobre a troca diária das peças do uniforme, 66,67 % das mães revelaram que as trocas se tornaram muito fáceis. São peças práticas porque não têm detalhes que dificultam essa tarefa e também evita a seleção de outras roupas comuns. Pode-se inferir, a partir das falas das mães, que o uniforme usado no LDI é fundamental não somente para as pessoas que trocam as peças de roupa na criança, como também para a própria criança, quando esta demonstra interesse em ajudar nessas trocas ou quando as fazem sozinhas:

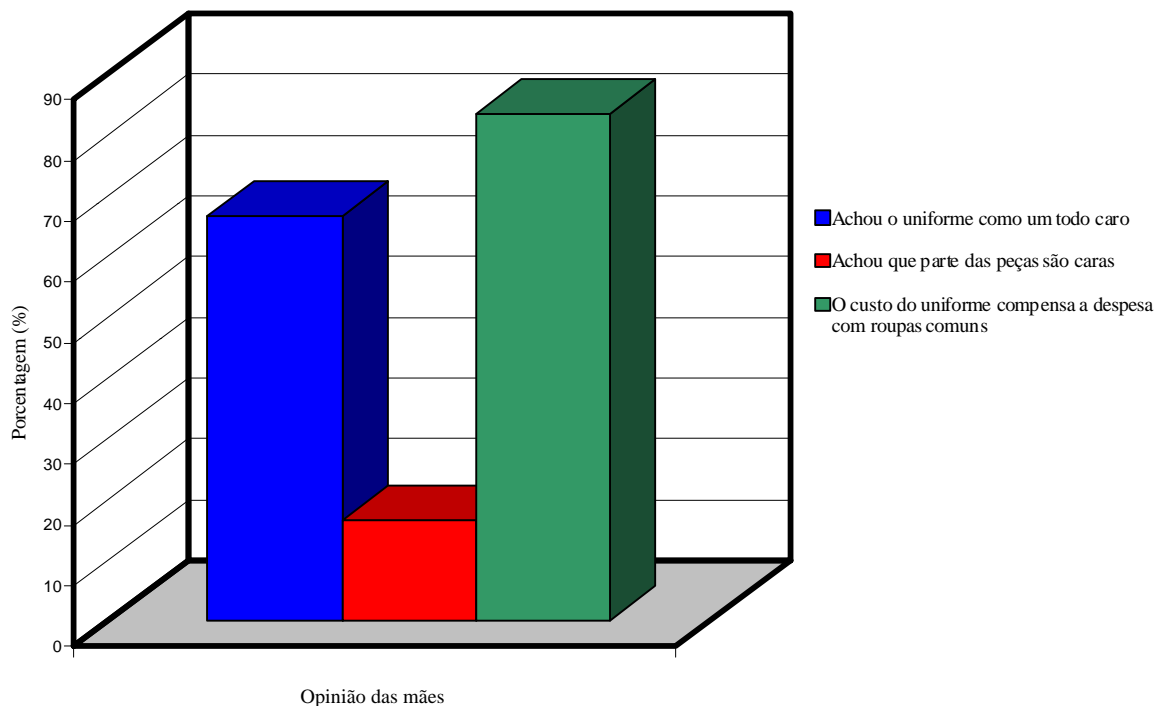
O uniforme com certeza veio facilitar a troca diária das peças. (...). Pensando em termos de detalhes das outras roupas eu notei sim. Tanto que, por exemplo, quando eu tenho que colocar outra roupa por algum motivo para ele ir ao laboratório... Eu pensei nisso porque tem de dobrar mais as mangas, tem o zíper, tem bolsos. Então, realmente o uniforme é muito mais prático (Mãe 3).

Eu acho que o uniforme facilitou a troca diária das peças. (...). Ele gosta de trocar sozinho. Ele sabe qual é a frente, as costas. Não mãe! Eu quero trocar (Mãe 5).

A troca diária das peças... (...). Ela mesma troca sozinha. Com o uniforme ela tem bem mais facilidade porque a roupa é fácil da criança vestir, né. É bem mais rápido até pra gente mesmo. (...). Então eu falo: filha vai colocando o uniforme pra andar rápido. Então, ela já sabe que é o uniforme. Eu não tenho que ficar indo lá... Não. Não põe essa roupa. Ela vai e coloca sozinha (Mãe 6).

5.2.5. Opinião das mães sobre custo do uniforme escolar no LDI

A opinião da maioria das entrevistadas em relação ao custo de aquisição do uniforme foi de que esse custo era alto, mas compensatório, quando comparado com as despesas com as roupas comuns. Essa representação foi identificada na maior parte do grupo entrevistado, como apresentada na Figura 7.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 7 – Opinião das mães das crianças freqüentadoras do LDI sobre o custo do uniforme escolar, comparado com o custo das roupas comuns – Viçosa, MG – 2005.

Na compreensão da maioria das mães, a aquisição do uniforme compensou as despesas com o vestuário da família, proporcionando-a economia das roupas comuns porque, durante o período em que foram usadas pelas crianças no LDI, desgastaram significativamente, não podendo ser usadas em outras ocasiões. Além disso, as mães tinham restrições em repetir a mesma roupa comum usada hoje na criança para o dia seguinte, mesmo que voltassem limpas para casa. Pressupõe-se que repetir a roupa na criança trazia um desconforto para a mãe em função de não saber como as pessoas iriam interpretar essa situação. Observa-se que isso é uma preocupação exclusivamente da mãe, e não da criança.

Olha. Falar assim: tem diferença de preço? Não tem muita diferença de preço, não. (...). Mas, acontece que olhando por esse outro lado da durabilidade... (...). Parece que o uniforme dura mais do que a roupa comum, pelo o que eu estou percebendo nesses 2 meses que foi lavado e que está praticamente novinho. Então, eu acho que está caminhando para uma vantagem, sim. Econômica(...). Sem contar que a roupa tem que estar variando. Se você trás todos os dias com a mesma roupa... Ele pode até estar com a roupa limpinha. Mas, ele está com a mesma roupa. (...). Mas, eu acho que a roupa você acaba sempre comprando mais. E o uniforme é aquilo ali, não tem aonde você sair daquilo. (...) (Mãe1).

Outro ponto presente nas falas das mães é de que o uniforme, por ser uma roupa específica para a escola, é de fácil conservação e são peças duráveis, o que vem comprovar mais uma vez que a sua aquisição é compensatória. Diante disso, pode-se dizer que na opinião das mães entrevistadas o uso do uniforme pelas crianças vem minimizando as despesas com a aquisição de roupas comuns para uso no Laboratório:

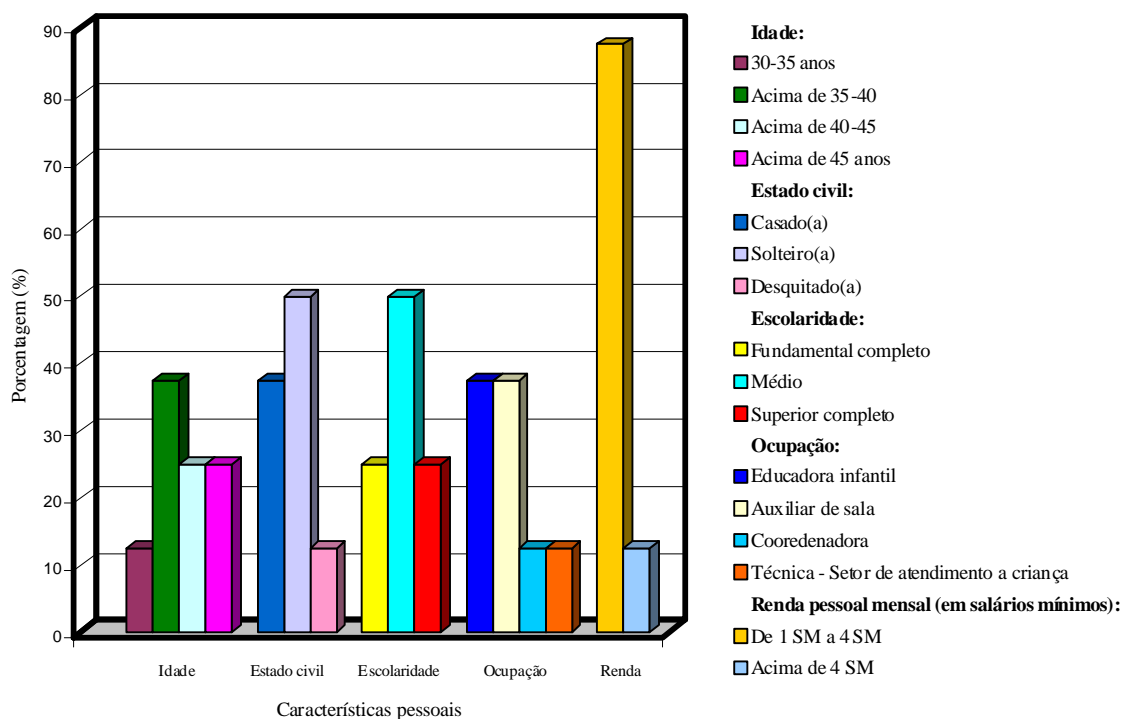
(...). Porque as roupas dela que não estão vindo mais pra cá, estão ficando bem mais conservadas. Se eu for comparar o tanto de roupa que eu comprava tanto pra mandar pro laboratório quanto pra usar normalmente... O que eu gastei com o uniforme... Eu estou muito no lucro. Entendeu. Desde que eu comprei uniforme eu não comprei nenhuma roupa pra ela, basicamente. Ao passo que se ela não estivesse de uniforme eu já teria comprado. Todo mês eu estava comprando: calça, blusa. Isso é porque tem pouco tempo de uso. Até o ano que vem eu vou economizar muito mais. (...). A aquisição beneficiou bastante (Mãe 2).

5.3. Caracterização das equipes técnica e de apoio técnico do LDI

A Figura 8 apresenta as características pessoais das equipes técnica e de apoio técnico do Laboratório de Desenvolvimento Infantil que participaram da pesquisa.

Buscou-se realizar uma caracterização pessoal das entrevistadas em relação a idade, estado civil, escolaridade, ocupação e renda pessoal mensal.

No conjunto das características ocupacionais das profissionais do LDI, pode-se observar, conforme mostrado na Figura 8, que esse grupo foi composto por três educadoras infantis, três auxiliares de sala, uma coordenadora e uma técnica responsável pelo setor de atendimento à criança com idade média de 42 anos. Verificou-se também que 50,00% das entrevistadas que participaram da pesquisa eram solteiras. No conjunto das características pessoais das entrevistadas, ressalta-se que a metade das profissionais tinha nível médio completo e renda média mensal de 2,12 salários mínimos.



Fonte: Dados da pesquisa.

Obs.: O valor do salário mínimo vigente no 2º semestre de 2005 era de R\$300,00.

Figura 8 – Características pessoais, socioeconômicas e demográficas das equipes técnica e de apoio técnico do LDI – Viçosa, MG – 2005.

5.4. Representações sociais e avaliações da equipe de apoio técnico do LDI

Este item apresenta as análises obtidas por meio das entrevistas realizadas com as educadoras infantis e auxiliares de sala do LDI sobre o uso do uniforme escolar. Inicialmente, buscou-se situar essa temática a partir de um contexto mais amplo, direcionado pelos temas definidos em função dos objetivos propostos pela pesquisa, até alcançar questões específicas relacionadas com o uso do uniforme pelas crianças nesse Laboratório. Emergiram, desse contexto, questões subjetivas e objetivas que permitiram compreender a representação dessas profissionais sobre o uso do uniforme escolar, bem como avaliações da relação entre o uso dessa vestimenta e a realização de atividades pelas crianças nas áreas interna e externa do LDI.

5.4.1. Palavras, idéias e imagens

As representações sociais da equipe de apoio técnico do Laboratório de Desenvolvimento Infantil apresentadas no Quadro 7 sobre palavras, idéias e imagens do uniforme escolar basearam-se, na sua maioria, em opiniões que relacionaram essa roupa específica à idéia de padronização.

Quadro 7 – Representações sociais da equipe de apoio técnico do LDI sobre palavras, idéias e imagens do uniforme escolar – Viçosa, MG – 2005

Categoria	Subcategorias	%
Roupa específica	Padronização	66,67
	Marketing	16,67
	Escola	16,66
Total		100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

A padronização é uma característica importante da uniformização que reflete positivamente na organização da instituição, na praticidade dessa vestimenta e na própria segurança da criança. Pôde-se inferir, a partir das falas das educadoras infantis e das auxiliares de sala, que a padronização é importante em uma instituição de educação infantil e pode ser vista a partir de três perspectivas: a padronização do ponto de vista da criança oferece uma segurança para ela; a padronização do ponto de vista da instituição

leva a uma mudança na aparência do ambiente, e a padronização do ponto de vista da família facilita a higienização das peças do uniforme.

Eu penso uniforme escolar na caracterização mesmo da criança, (...). Quando você vê uma criança uniformizada, sabe que ela está na escola e também você sabe que escola que é. Se você conhece. Se não conhece você vai procurar saber. Isto é uma segurança. (...) (Profissional 2).

(...). A segurança da criança. Praticidade pra lavar e passar. Ele é prático (Profissional 3).

(...). Como se fosse assim, de estar organizando também. Eu acho que o uniforme vê muito a parte de organização. Porque as crianças ficam mais organizadinhas ali. Mais bonitinhas. (...) (Profissional 1).

5.4.2. Significado do uniforme

Nas representações das educadoras infantis e das auxiliares de sala sobre o significado do uniforme escolar emergiram com igual frequência dois aspectos relevantes, quais sejam: liberdade de movimento e praticidade. A compreensão das entrevistadas sobre a liberdade de movimento estava associada às atividades realizadas pela criança em uma instituição de educação infantil e o uniforme utilizado por ela foi considerado fundamental para a realização dessas tarefas, como apresentado no extrato:

Uniforme pra mim eu acho assim... Que é liberdade pra criança que está uniformizada poder agir mais livremente, explorar mais livremente o espaço sem preocupação de estar estragando roupa. De ta... Sabe, presa aos movimentos. (...) (Profissional 2).

Com um percentual também de 50,00% de frequência, a praticidade foi mencionada nas perspectivas da criança, da instituição e da família. Na perspectiva da criança, as profissionais lembraram que o tecido utilizado na confecção dos uniformes do LDI proporciona conforto para as crianças durante a realização das atividades e relacionaram essa característica ao significado do uniforme. Destacaram, também, que a praticidade do uniforme proporciona à criança certa independência durante as trocas das peças, porque tem aquela roupa específica para ir à escola.

(...). Eu acho também a parte de conforto. Porque... Imagina se meus filhos fossem com outra roupa pra escola? Sei lá... O uniforme deles é um pano mais ou menos igual ao uniforme das crianças do LDI. Então, deixa mais flexíveis. Eles podem brincar. Correr (Profissional 1).

(...). Eu vejo a praticidade do uniforme. (...). A criança com a roupa comum fica escolhendo roupa. (...). O uniforme é uniforme. A criança com uniforme, dependendo da faixa etária, fica com uma certa independência porque já sabe o que vestir para ir pra escola. Não perde tempo para escolher roupa (Profissional 4).

Stone (1994) postula que o cuidado com a seleção na vestimenta da criança é fundamental nos primeiros anos de vida. O autor ressalta a importância de se planejar o vestuário infantil, com o objetivo de atender às suas especificidades, considerando que, além de a criança ter o crescimento acelerado nessa idade, ela passa a despertar interesse em se vestir e despir-se sozinha. Explica ainda que essa experiência pode contribuir para a construção da autonomia da criança a partir do momento em que passa a vestir-se sozinha, tornando-se independente nesse processo.

Na perspectiva da instituição, as educadoras infantis e auxiliares de sala destacaram aspecto ligado à segurança das profissionais na realização das atividades diárias com as crianças. Ao trabalhar com a criança uniformizada, a preocupação de estragar o uniforme não existe, porque é um tecido apropriado para a realização das atividades oferecidas pela escola e, conseqüentemente, a sujidade fica também mais fácil de ser removida com as lavagens. Essa facilidade no processo de manutenção dos uniformes beneficia também as famílias.

(...) É prático. Sem se preocupar em sujar porque é feito com pano de acordo com que você vai estar usando na escola. Uma tinta. Às vezes o próprio xixi mesmo que a criança faz. É mais fácil pra lavar, pra secar, pra isso tudo. (...). É a segurança mesmo de estar sujando, de estar molhando. Dependendo do material da tinta agarrar. Você fica com medo de sujar a roupa. Aí já vai usar um pano ou um tecido que tem facilidade de estar soltando aquela tinta. Eu acho que envolve isso tudo. (...) (Profissional 3).

5.4.3. Uso do uniforme no LDI

No universo representacional das educadoras infantis e auxiliares de sala destaca-se, pelos relatos, maior frequência de relacionar o uniforme usado pelas crianças no LDI ao conforto da roupa. O Quadro 8 mostra também a relação do uso do uniforme escolar com o sentimento de valorização e importância da criança, representada por 33,33% dessas profissionais. E, finalmente, com menos significância, ressaltou a praticidade do uniforme quanto à facilidade de higienização das peças pela família. Pôde-se inferir que essa representação foi baseada nas experiências da entrevistada enquanto mãe.

Quadro 8 – Representações sociais da equipe de apoio técnico sobre uso do uniforme no LDI – Viçosa, MG – 2005

Categoria	Subcategorias	%
Roupa específica	Conforto	50,00
	Valorização da criança	33,33
	Praticidade	16,67
Total		100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Esse ponto da pesquisa foi central na representação social sobre o uniforme escolar, porque foi implantada no LDI uma nova proposta de uniformização para as crianças. Percebe-se pelos depoimentos das educadoras infantis e auxiliares de sala que o uso do uniforme vem acrescentando, à proposta pedagógica desse Laboratório, uma nova avaliação do trabalho desenvolvido pelas profissionais com as crianças, associando o uso do uniforme às idéias de ação e liberdade de movimento nas atividades realizadas pelas crianças no cotidiano dessa instituição. Pôde-se inferir que a relação do corpo com o uso da roupa confortável levou a criança agir de forma mais livre e ter autonomia para realizar as suas atividades, contribuindo com o seu desenvolvimento.

Eu acho que foi muito boa a idéia, já deveria ter tido a mais tempo (...). E às vezes a criança vem com muita roupa boa, roupa de grife e tem pais que não gostam que suja e cobra mais isso da gente. E nossa proposta de trabalho é justamente de deixar a criança explorar. Dar autonomia pra ela. (...). Então, o uniforme dá uma liberdade de ação muito grande pra gente, como professor. (...). Sendo assim você fica mais livre pra poder fazer o que a proposta aqui do LDI pede: que é dar autonomia pras crianças. Elas podem comer sozinhas. Tomar água. Sem essa preocupação. Porque elas estão uniformizadas. Uniforme simples. Seca rápido. Nossa! É uma conformidade enorme (Profissional 2).

De forma bem objetiva, destacaram a importância do uso do uniforme para a valorização pessoal da criança. Essa valorização foi percebida, pelas educadoras infantis e auxiliares de sala, pela alegria demonstrada pelas crianças no cotidiano do LDI. Entenderam que para a criança estar vestida igual a seus pares é de extrema relevância, porque passa a fazer parte de um grupo homogêneo, em termos da vestimenta que usa, marcando a sua transição para um grupo com identidade própria da cultura escolar. Assim, pôde-se inferir que uniformizar foi proporcionar à criança um espaço de pertencimento a um grupo específico.

Pra mim o uniforme é uma valorização pra criança. Tem uma criança, hoje, que falou tanto do uniforme semana passada que a mãe comprou uma camisa pra ele. O menino ficou tão feliz! E tem uma outra também que chegou lá e falou assim pra mim (...): a minha mãe e mais o meu pai vão comprar pra mim. Só que está esperando o meu pai receber(...). Eu vou vim igual aos meus colegas. Me chamou tanto a atenção. E, o que mais me chamou a atenção é a felicidade, aquela expressão no rosto da criança de usar o uniforme. Ele se sentiu tão importante no meio dos colegas. Estava todo mundo de uniforme (Profissional 5).

Quando interrogadas sobre a relação do uniforme escolar com a padronização e a segurança das crianças, as diferenças nos níveis socioeconômicos das famílias atendidas pelo LDI e a sua organização, as educadoras infantis e auxiliares de sala, ressaltaram que estas questões foram consideradas pontos fortes da uniformização no LDI. Nesse sentido, avaliaram de forma positiva a implantação do uniforme, apontando as facilidades de realizar atividades com a criança uniformizada, tanto para as profissionais quanto para as próprias crianças, conforme mostrado no Quadro 9.

Quadro 9 – Padronização, segurança, níveis socioeconômicos e organização do LDI – Viçosa, MG – 2005

Tema	Subtemas	Categorias	%
Uniforme no LDI	Padronização	Facilita o trabalho das profissionais com a criança	83,33
		Não justificou	16,67
	Segurança/Identificação	Na realização das atividades dentro e fora do Laboratório	83,33
		Na realização das atividades fora do Laboratório	16,67
	Níveis socioeconômicos	Minimiza as diferenças entre as crianças em termos do vestuário	100,00
	Organização	Mudança na aparência do Laboratório	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

No conjunto das representações das educadoras infantis e auxiliares de sala sobre a relação entre o uniforme e a padronização das crianças, detectou-se, na sua maioria, que o conforto do uniforme facilita as trocas diárias das roupas na criança, agilizando o trabalho realizado pelas profissionais, como também essas trocas passaram a ser feitas com mais segurança, porque os uniformes são desprovidos de detalhes que possam trazer perigo para a criança. Outro ponto levantado pelo grupo é de que o conforto do uniforme proporciona à criança liberdade de movimento. Foi possível

perceber que as crianças têm estado mais soltas e livres durante a realização das atividades propostas pelo LDI. Pôde-se considerar que usar uniforme é proporcionar à criança conforto:

(...). Eu trabalho com bebês. Então, às vezes a gente dá o banho na criança e veste a roupa. Aí, daí a pouco a criança golfa naquela roupa e você tem de trocar. (...). O uniforme como ele é leve eu acho mais fácil pra lidar com a criança. (...) eu acho mais fácil de trocar e na hora de vestir. (...). Tornou o nosso trabalho mais fácil (Profissional 1).

A padronização é importante pelo tipo de roupa pesada que eles vinham. Com muito botão, zíper, elástico apertado. Às vezes cheia de costura e dependendo do local, incomoda a criança. É bonito, mas, não é confortável. (...). Com a padronização essas preocupações foram eliminadas (Profissional 3).

(...). Nas atividades fica bem melhor porque não atrapalha em nada. (...). Muito mais prático. Bem mais. Dá mais liberdade pra criança se movimentar. Por isso eu sou favorável a padronização (Profissional 4).

Afonso (1999) esclarece que a criança pequena deve usar roupas confortáveis que facilitem os seus movimentos e sejam desprovidas de detalhes, que possam fazê-la sentir-se frustrada quando não consegue vestir-se e despir-se. Assim, o ideal é que a roupa planejada para a criança ofereça características que a façam sentir-se confortável quando em contato com a vestimenta e que associada a isso proporcione facilidade e independência durante as trocas das peças.

Avaliou-se, positivamente, a relação entre o uso do uniforme e a segurança da criança dentro e fora do Laboratório. Para 83,33% das educadoras infantis e auxiliares de sala, o uniforme é importante para a criança dentro da instituição para a identificação entre os iguais, em termos de grupo de referência; para a imagem diferenciada que as crianças transmitem às pessoas que visitam o Laboratório e para a própria valorização da criança, quando veste uma roupa que a identifica com a da sua professora. Assim, conseguiram fazer uma relação positiva do uso do uniforme com a segurança da criança, fortalecendo a implantação da uniformização no LDI.

Eu acho a identificação da criança no laboratório importante porque você chega ali... Vamos supor... Vem um grupo de visitantes. (...) (Profissional 1).

Com certeza é importante. Eu creio que chega uma visita e a criança já está uniformizada. (...) (Profissional 5).

(...). Para a criança esta segurança é também muito importante porque quando a criança está uniformizada ela vê que o grupo está todo ali. (...) (Profissional 6).

Com o uniforme [identificada] a criança se sente muito mais importante. Porque outro dia eu estava com a minha blusa de uniforme igual a das crianças e elas chegaram para mim e falaram: a minha professora também está com a mesma blusa. Com o uniforme igual ao meu. (...). Igual a professora o meu uniforme. (...) (Profissional 6).

A representação das educadoras infantis e auxiliares de sala sobre a segurança da criança fora do Laboratório estava relacionada aos passeios que o LDI realiza com essas crianças. Para elas, o uniforme trouxe segurança para as crianças durante as excursões e mesmo quando estão sob a responsabilidade de seus familiares. É possível inferir que essas profissionais se ancoravam na idéia de que uniformizar as crianças significou identificá-las, proporcionando maior segurança para as profissionais e para as próprias crianças nesses momentos específicos. Suas falas são reveladoras da responsabilidade e da preocupação de quem trabalha em uma instituição de educação infantil atendendo crianças de três meses a seis anos de idade:

O uniforme trouxe segurança pra criança principalmente fora do laboratório. (...). Às vezes excursões que acontecem... Quando você sai com as crianças uniformizadas fica mais fácil de você identificá-las. Por exemplo, se uma separa do grupo facilmente você consegue visualizá-la e saber aquela criança é do LDI. O grupo às vezes é grande e se cada um tiver com uma roupa e até você gravar... (...): que roupa que fulano estava vestindo? Isto te dá um desgaste muito grande. É uma responsabilidade muito grande quando tem uma excursão, passeio. E a medida que está uniformizada você olha assim e... Ta lá, oh! Às vezes nem é a criança que você está procurando no momento, mas você se direciona. Então isso é segurança (Profissional 2).

Se uma criança se perde mesmo não estando com o professor ou auxiliar do laboratório, estando com os pais, ela é identificada facilmente porque está com o uniforme. Então, rapidamente essa criança pode ser encaminhada de volta para o laboratório porque ela está uniformizada. Olha a segurança que é! (...). Quando você identifica você assegura a criança (Profissional 6).

Quanto à relação entre o uso do uniforme e as diferenças nos níveis socioeconômicos das famílias atendidas pelo LDI, as educadoras infantis e auxiliares de sala foram unânimes em afirmar que o uniforme usado pelas crianças favoreceu dois aspectos: minimizar as diferenças nos níveis socioeconômicos e diminuir o consumo excessivo de outros objetos. Em relação ao primeiro aspecto sustentaram a idéia de que o uso do uniforme escolar minimizou as diferenças socioeconômicas, em termos das vestimentas que as crianças estavam usando no dia-a-dia do Laboratório. Para algumas mães pareceu ser mais conveniente deixar a criança em uma instituição de educação infantil onde todas estão vestidas de maneira idêntica, eliminando a preocupação de que

possam existir diferenças no tratamento em relação ao cuidar e educar oferecido pelas profissionais do Laboratório, como expresso na fala a seguir:

As diferenças nos níveis sócio-econômico pra mim está muito claro. (...). São níveis diferentes e infelizmente alguns pais às vezes pensam que o profissional age de forma tendenciosa a beneficiar pessoas de classe econômica mais alta. Já aconteceu um caso que eu vou relatar que uma mãe sentiu humilhada porque ela era inferior as outras. A mãe! Não a criança! Aí ela ficou preocupada porque da mesma forma que ela se sentiu assim, se a criança não seria também tratada dessa forma? Eu falei com ela que não. (...). Porque a nossa postura de trabalho é muito profissional. A partir do momento que a criança está na sala ela é uma criança como a outra qualquer. Não existe diferenciação de classe. A criança está aqui para ser trabalhada com ela o seu desenvolvimento da mesma forma que trabalha com as outras crianças. E que ela poderia ficar tranqüila que isso não acontece, não. As normas que são dadas são para todos. Aí ela ficou tão feliz. Desde essa época ela mudou. Mudou a cabeça dela (Profissional 2).

No que diz respeito ao segundo aspecto, ou seja, que o uniforme diminui o consumo excessivo de outros objetos, as educadoras infantis e auxiliares de sala acreditavam que vestir as crianças iguais a seus pares, em uma instituição de educação infantil, minimiza o desejo de querer comprar o que é diferente e usado por outras crianças. Essa tendência foi presente nas Salas 3 e 4. Para algumas famílias tem significado uma situação constrangedora, à medida que a criança pede para comprar o objeto igual ao da outra criança, porque nem sempre é possível a sua aquisição. Pode-se pressupor que a criança uniformizada facilita a interação entre os pares porque todas estão no mesmo padrão, evitando, assim, que haja comparação entre as diferentes roupas usadas no cotidiano do LDI. Extrato da fala da profissional retratando essa situação:

(...). A criança chega com uma roupa mais bonita; aquela bolsinha; sapatinho todo bonitinho. Aí, aquela criança já olha com aquele olhar assim, falando... Minha mãe podia comprar pra mim, mas, ela não tem dinheiro! Aí, o que acontece? A criança estando uniformizada não tem essa criança que é mais ou menos do que a outra. Todo mundo ta igual. Ela se sente mais tranqüila. Tem criança que é assim... Fica naquele cantinho o tempo inteiro pensando naquela sandalhinha que a outra veio; naquela camisa que o outro veio. Ah! Meu pai podia comprar um boby esponja pra mim. Podia comprar um batimam. Assim que elas ficam quando a criança vem toda produzida. Eles chegam a falar assim: meu pai vai comprar pra mim amanhã! Aí a outra criança fala assim: cadê a sua que seu pai não comprou? Aí ela fala assim: depois ele trás! Pra mim o uniforme é bem melhor porque a criança não se sente desse jeito. Não se sente inferiorizada (Profissional 5).

Há um consenso presente nas falas das educadoras infantis e auxiliares de sala de que a uniformização trouxe também mudanças na organização do ambiente do LDI. Essa percepção representou uma nova imagem desse espaço educacional, sinalizando

uma valorização dessas profissionais quanto aos papéis desempenhados nessa instituição. Complementando essa percepção, as profissionais destacaram que, a partir do momento que as crianças passaram a usar uniforme, o Laboratório passou a ser visto como uma “escola” e não um espaço para as mães deixarem as crianças.

A organização do laboratório com as crianças uniformizadas mudou. (...). É até bonito de se olhar, sabe. E você olha assim e... Você pensa que tá numa escola. Às vezes faltava isso. Parecia que a gente não estava numa escola. Quando você vê cada aluno com uma roupa diferente não dava aquela conotação de escola. Que eu acho que muitos pais ainda não dão essa conotação para o laboratório. (...). Tem pais que chegam e falam assim: eu trouxe o meu filho pra brincar um pouquinho. Então, o uniforme já muda até a visão dos pais, também. **Aqui é uma escola! Uma instituição de ensino!** Mudou muito. (...). O uniforme dá aquela característica de escola. **A criança uniformizada na minha opinião é uma valorização do profissional.** (...). Isso pra mim é um valor saber que você está numa instituição de ensino. Se você não está uniformizada às vezes ninguém nem sabe que você está numa instituição (Profissional 2) (Grifo meu).

As educadoras infantis e auxiliares de sala, ao usarem a terminologia “escola” para identificar o Laboratório, não relataram nos depoimentos que esse espaço deve ser considerado uma instituição de educação infantil, que tem como objetivos cuidar e educar de forma indissociável. Nesse sentido, pode-se afirmar que não é só um espaço para cuidar, mas também para educar, e isso, simbolicamente, pode estar associado ao uso do uniforme.

5.4.4. Uso do uniforme e a realização de atividades pelas crianças no LDI

Na compreensão das educadoras infantis e auxiliares de sala sobre a relação entre o uso do uniforme pelas crianças e a realização das atividades no cotidiano do LDI, privilegiaram-se quatro grandes categorias, a saber: crianças, profissionais, segurança/conforto e identificação (Quadro 10).

As educadoras infantis e auxiliares de sala expressaram, majoritariamente, a praticidade que o uniforme oferece à criança, quanto à liberdade de ação e de movimento, durante as atividades desenvolvidas por ela nas áreas interna e externa do LDI.

Quanto às atividades realizadas com as crianças na área interna, essas profissionais foram unânimes em afirmar que a criança uniformizada passou a ter movimentos mais livres, interferindo positivamente no seu desenvolvimento físico-motor. Evidenciaram que, nas atividades de som e movimento e de artes, a criança passou a explorar muito mais o ambiente a partir do uso do uniforme.

Quadro 10 – Representações sociais das profissionais sobre o uso do uniforme e a realização das atividades no LDI – Viçosa, MG – 2005

Categorias	Subcategorias	%
Crianças	Praticidade/Liberdade de ação e movimento	100,00
Profissionais	Praticidade/Na realização das atividades diárias	83,33
	Minimiza as diferenças socioeconômicas	16,67
Segurança/Conforto	Ausência de detalhes e enfeites na roupa	100,00
Identificação	Entre crianças e profissionais/logomarca	50,00
	Entre crianças e profissionais/uniforme	50,00

Fonte: Dados da pesquisa.

As crianças atendidas no LDI, segundo a teoria piagetiana, encontram-se nos estágios de desenvolvimento sensoriomotor e pré-operacional e, pelas próprias características desses estágios, a criança necessita dessa liberdade para desenvolver-se nos aspectos físico-motor, social, afetivo, moral e cognitivo. Através das experiências vivenciadas pelas profissionais no cotidiano do LDI foi possível perceber, segundo os depoimentos, que o uso do uniforme vem influenciando positivamente em todos os aspectos do desenvolvimento da criança. Centrada na proposta político-pedagógica do LDI, que visa o desenvolvimento integral da criança, a uniformização está sendo considerada pelas educadoras infantis e auxiliares de sala um elemento importante e complementar nesse processo, conforme explicitado nos extratos das falas:

O uniforme trouxe muita praticidade porque dá liberdade de movimento. Principalmente nesse aspecto: liberdade de movimento. (...). A criança precisa de liberdade de movimento pra poder pular. Pra poder explorar o ambiente. Então, isso só foi benéfico. (...). E a gente brinca muito de movimentos, de pular, agachar, engatinhar, rolar. São atividades que a gente prepara justamente, porque o sensorio-motor, a gente dá muita ênfase nesse motor também. E nessa parte motora a gente faz muita atividade de rolar, de pular, de agachar, de brincar de marcha soldado. A parte motora mesmo! E nesse aspecto eu acho que o uniforme veio só beneficiar. (...) (Profissional 2).

(...). Ele [uniforme] dá essa liberdade. O professor precisa que a criança tenha essa agilidade, essa mobilidade. Uma liberdade de ação. (...). É uma característica assim que eu observei porque as roupas com fecho, botões, fivelas não são apropriadas pra criança vir pra escola. Então, elas [roupas comuns] limitam o movimento das crianças (...). Eu vejo agora que elas estão mais ágeis. Estão brincando mais de rolar no colchão, de agachar, levantar com mais liberdade. Muitas tentavam porque é característica da idade fazer. Mas, muitas vezes a roupa impedia que eles [crianças] tivessem essa liberdade (Profissional 2).

(...). Nas atividades de artes a gente sempre tem que puxar a manga pra não sujar. O uniforme não tem nada que atrapalha a criança a usar um brinquedo, a manipular um pincel, um giz de cera. Ela tem os braços livres. Não tem roupa incomodando. As crianças vinham com certas roupas que atrapalhavam muito essa atividade (Profissional 4).

Nas representações das educadoras infantis e auxiliares de sala, o uso do uniforme favoreceu o desenvolvimento dos trabalhos realizados por essas profissionais com as crianças. Assim, entenderam que a criança uniformizada participa mais livremente das atividades oferecidas pelo LDI, sem a preocupação de sujar as roupas comuns com que vinha vestida de casa. Segundo as entrevistadas, essa recomendação era feita pelas mães à criança e também às profissionais, atribuindo-lhes a tarefa de vigiar a criança para não sujar essas roupas. Esse fato foi comum no período em que as crianças não tinham uniforme. Pode-se inferir que as mães tinham preocupação com a aparência da criança e não despertavam para a questão de que, ao fazer isso, a própria criança poderia estar sendo prejudicada na realização de suas atividades e, conseqüentemente, em relação ao seu desenvolvimento.

Na atividade de artes as crianças usam o avental para proteger a frente da roupa. (...). Antes da chegada do uniforme as mães faziam várias recomendações pra nós. Como fazem! Ah! É roupa nova. Não pode sujar. É roupa nova. (...). Quando as mães pediam isto a gente conversava com elas mostrando que a criança aqui não pode ficar presa por causa de roupa. Ela tem que ter liberdade de movimentos, fazer as atividades e brincar sem se preocupar com a roupa. (...). É natural que a criança saia suja de terra. É sinal que brincou muito e que participou ativamente das atividades. (...) (Profissional 4).

Outro momento representado e destacado pelas educadoras infantis e auxiliares de sala, durante a realização das atividades com a criança, foi com relação à área de blocos. Revelaram que as roupas comuns usadas pelas crianças no Laboratório traziam perigo e desconforto para a própria criança e entre seus pares durante as brincadeiras com os blocos. Evidenciaram que o vestuário usado pelas crianças em uma instituição deve estar adequado e apropriado às especificidades do grupo e à proposta pedagógica da instituição de educação infantil:

(...). Na sala de atividades pelo próprio movimento do braço mesmo, quando estão manipulando os blocos no colchão. No sentar mesmo eles estão sentando mais à vontade [com o uniforme]. Até no abrir a perninha, você nota a diferença. Eles estão abrindo a perninha com mais facilidade, pra ta colocando aqueles blocos entre meia perna. (...). No levantar o braço pra ta empilhando (Profissional 3).

(...). A primeira diferença foi nos movimentos. (...). Vamos supor quando ta brincando com o bloco. Aí aquela jaqueta toda cheia de coisas. Um passa e agarra naquilo. Até o próprio bloco mesmo pode bater na outra criança que está do lado. (...). Elas ficam mais a vontade [com o uniforme] pra sentar. Na hora de brincar. (...). Aí eles ficam brincando ali à vontade. (...) (Profissional 5).

Embora as educadoras infantis e auxiliares de sala tenham relatado que as roupas comuns dificultavam a realização das atividades com as crianças no cotidiano do LDI, pôde-se inferir, pelo depoimento de uma das profissionais, que também é possível realizar os trabalhos quando as crianças estão sem o uniforme, desde que a criança esteja vestida com uma roupa confortável, permitindo liberdade de ação e movimento durante a realização dessas atividades. Nesse sentido, as profissionais devem estar atentas quanto à orientação passada aos responsáveis pela criança no que se refere ao tipo de vestimenta que a criança deve usar em uma instituição de educação infantil.

(...). Aqueles que vinham com roupas inadequadas mesmo, como o jeans, foi bem visível a diferença na flexibilidade do agachar, do engatinhar, do rolar. Foi assim visível! **Agora, aqueles que vinham sem uniforme, mas, com uma roupa com uma modelagem igual eu pedia que fosse mais macia, não teve diferença por causa do tipo de modelagem.** A gente percebe justamente aqueles que vinham muito inadequados mesmos. Que eram roupas de suspensol, macacão, jeans. Macacão e o jeans é um horror pra criança! Semana passada mesmo veio um de macacão e a gente brincando, uma criança mesmo que já está na idade mesmo de ter a flexibilidade de abaixar e levantar, estava com dificuldade. Nós comentamos na sala: o que estava de uniforme rapidinho fazia. E não era porque um estava mais que o outro não. Eram crianças que estavam no mesmo estágio, no mesmo... Era a roupa mesmo que estava dificultando (Profissional 2) (Grifo meu).

Na representação social das educadoras infantis e auxiliares de sala sobre o uso do uniforme e a realização das atividades no cotidiano do LDI, elas ressaltaram também aquelas que são realizadas na área externa. Na visão da maioria dessas profissionais, o uso da roupa “jeans” pela criança foi considerado o “terror” em termos de vestimenta, atribuindo características indesejáveis para o uso escolar, como: pesado e grosseiro. Assim, consideraram que a criança, ao usar uma peça confeccionada com o tecido “jeans”, passa a ter seus movimentos limitados a ponto de prejudicar a sua coordenação motora grossa.

Na área externa, a criança tem oportunidade de desenvolver os grandes músculos por meio das brincadeiras que são oferecidas a elas, como: correr, subir, balançar, descer e escorregar, dentre outras. As profissionais afirmaram a preocupação que tinham com as roupas usadas pelas crianças no LDI, porque nem sempre lhes

possibilitavam realizar atividades de forma livre e segura. Ficou implícito quanto o uniforme é importante para as atividades realizadas pelas crianças e pelas profissionais nessa instituição, a partir da sua proposta político-pedagógica, que visa ao desenvolvimento integral das crianças. Relatos das falas das profissionais expressando essa preocupação:

Oh! Quanto subir o morro, o morrinho que tem na área externa que eles adoram subir, a gente notou que é mais fácil. O jeans é muito pesado pra eles, né. Muito grosseiro, né. (...) (Profissional 3).

(...). As crianças escalam o famoso barranco. (...). Eles sentam lá e ficam visualizando a área externa lá de cima. A calça jeans prende demais. E o uniforme não prende nada. (...). Pra subir no escorregador, pra descer. De vez em quando a gente vai lá no LDH e os brinquedos são diferentes. Lá tem aquela casa com uma escada bem difícil de subir. Não atrapalha. Eles estão subindo. A gente só fica por perto pra segurança deles. E vão com a maior facilidade. E lá tem aquele escorregador enorme, né... Que tem de subir o barranco pra chegar lá em cima. Eles vão numa maior felicidade. E esse tecido parece que escorrega mais, né. Eles descem igual uma bala (Profissional 4).

(...) elas [crianças] estão se sentindo mais flexíveis com os movimentos. (...). Ela se sente capaz de desenvolver mais os membros. O corpo fica assim mais solto. Elas se sentem mais soltas. E a roupa comum prende mais a criança. (...) (Profissional 6).

A relação da roupa com as atividades desenvolvidas pela criança foi exemplificada e avaliada por uma entrevistada como um aspecto de valorização para a própria criança. À medida que a criança é capaz de realizar as atividades e participar delas com os seus pares, sente-se importante e, conseqüentemente, valorizada. Esse fato ocorreu com uma criança que diariamente estava vestida com roupas inadequadas para realizar as atividades oferecidas pelo LDI. A partir do momento que essa criança passou a usar o uniforme, ela foi capaz de realizar essas atividades livremente, alcançando mais essa conquista. O depoimento a seguir revela que o uniforme está sendo importante também para a auto-estima da criança, e isso tem reflexo no seu desenvolvimento.

A liberdade de movimentos... Eu vejo lá uma criança que ele só vem de calça jeans. Ele vinha sempre de camisa de tecido e calça jeans com cinto. Ele ficava aquela criança presa. Agora ele passou a usar o uniforme. Agora melhorou e muito! O movimento dele está completamente diferente. Ele já se desenvolveu muito melhor E ele está se sentindo importante porque ele via a criança subindo lá na corda no LDH e não conseguia. Ontem mesmo ele conseguiu subir. E eu fui falar com a criança e ele se sentiu realizado. (...) (Profissional 6).

Percebe-se, pelas representações sociais das educadoras infantis e auxiliares de sala, que o uniforme interferiu na atividade de alimentação da criança, garantindo-lhe conforto através do uso dessa vestimenta, particularmente no que se refere às atividades que visam ao seu desenvolvimento físico-motor. Foi importante assinalar que as crianças do “Berçário A” ainda são dependentes dessas profissionais e, portanto, não foi possível observar nenhuma mudança nesse aspecto. Entretanto, a partir do “Berçário B”, nota-se diferenças nos movimentos e flexibilidade da criança durante as refeições, mesmo para aquelas que ainda dependem parcialmente das profissionais.

Nas refeições as crianças comem sozinhas. Algumas ainda precisam de ajuda. Mas, a maior parte come sozinha. Eu notei assim... Que foi muito bom [uniforme] no próprio movimento pra ta comendo. A gente serve as crianças. (...). Deixa esfriar um pouquinho porque vai muito quente e aí a gente vai dando o prato pra criança. (...). E aí eles vão comendo sozinhos. Eu percebi que os movimentos e a flexibilidade mudaram um pouco. (...)
(Profissional 3).

As educadoras infantis e auxiliares de sala verificaram que durante a atividade de higiene das crianças o uso do uniforme passou a ser considerado importante durante as trocas de roupas pelas crianças. As crianças que já se trocavam sozinhas passaram a tirar e a colocar o uniforme, para ir ao banheiro ou na hora do banho, com muito mais facilidade. Com relação àquelas que ainda são mais dependentes dessas profissionais, durante as trocas de roupas foi percebido o interesse em ajudá-las a trocar sua própria roupa ou, mesmo, a trocar sozinha. Pode-se perceber, a partir dos extratos, que a interação das crianças com as profissionais foi de extrema relevância, possibilitando a elas construir sua independência e autonomia:

As crianças desta sala trocam sozinhas durante o banho e com certeza com o uniforme facilitou.(...). A criança passou a colocar e tirar o uniforme muito mais fácil. Eu vejo na criança que vai ao banheiro. Ela vem com uma calça jeans e não consegue desabotoar pra fazer o xixi. Já aconteceu de uma criança até se molhar. E volta pra gente ajudar. A calça com elástico não tem essa dificuldade. Agora o uniforme é uma tranqüilidade pra criança porque ela não vai se sentir mais inferior. Mais humilhada. A criança se sente frustrada quando não consegue (Profissional 6).

E na hora do banho é muito fácil de tirar [uniforme]. As crianças desta sala elas mesmas já tiram a roupa pro banho. Muito mais fácil de tirar e vestir. Às vezes elas precisam de ajuda pra vestir. Mas, já tiram a roupa toda. Tirar, tira toda. Então, na hora de vestir a blusa que elas precisam de uma ajuda. Na calça e no short já puxam sozinhos (Profissional 4).

É oportuno, ainda, relatar que aquelas crianças que despertaram o interesse em vestir-se sozinhas passaram a interagir e identificar com o seu grupo, mostrando que podem fazer o mesmo que fazem outras crianças. Essa “competição” é muito importante para as crianças porque vencer desafios é fundamental ao desenvolvimento da autoconfiança e da auto-estima.

Facilitou [troca diária] com o uso do uniforme. Algumas crianças antes da chegada do uniforme já se trocavam quase sozinhas. Outras não. Depois que o uniforme chegou elas ficaram toda empolgada. Ah! Eu quero vestir sozinha. A primeira vez eu ensinei. Aí na segunda já foram tudo sozinha. (...). Eu acho que melhorou bem mais depois que o uniforme chegou. Cada um ficou... Esse é meu. Tipo assim... Eu sei vestir sozinho. Um querendo mostrar pro outro. Olha, eu também estou de uniforme! Eu sei vestir sozinho. Eu sei vestir igual a você. Antes isso não acontecia porque a roupa não tinha conforto nenhum(...). O uniforme veio pra ajudar. (...) (Profissional 5).

No próximo relato ficou evidenciado que as crianças que estão iniciando a troca das roupas sozinhas não a fazem de qualquer forma. Elas têm a noção, através das etiquetas e da identificação do seu nome nas roupas, de que existem nessas peças frente e costas. Através da orientação das auxiliares de sala, as crianças vão percebendo essas diferenças e passam a criar conceitos, por exemplo de posição espacial. Nesse universo representacional, observou-se que essa interação com as profissionais e o fazer pela própria criança a leva à construção da independência e à autonomia.

(...). Já chega [criança] pra mim e já fala: oh, eu vou tirar esse que está comigo e tem outro na bolsa pra colocar na hora do banho. Aí na hora do banho, eu acabo de dar o banho, eles vão assentar lá e trocar a roupa sozinha. Aí eles começam... Porque o nome está na gola da blusa e no short atrás. O LDI é pra frente ou pra trás? Eles ficam assim. E a etiqueta? O meu short tem etiqueta também. Aí fica assim. O uniforme interfere e interfere muito, mesmo. (...) (Profissional 5).

As educadoras infantis e auxiliares de sala foram unânimes em afirmar que o uniforme trouxe conforto para a criança durante o repouso. Foi relatado que as roupas comuns usadas pelas crianças eram desconfortáveis e dificultavam os movimentos realizados por elas durante o sono, porque eram roupas muito justas e apertadas ao corpo. Pelas representações dessas profissionais, pode-se inferir que o uniforme é confortável porque são peças planejadas, e isso vem proporcionando à criança tranqüilidade e relaxamento durante o sono.

Na hora do sono que a gente coloca eles no berço... Igual tem muitos lá que não ficam no berço. Dorme no carrinho. (...).Eu acho que o carrinho esquenta muito. (...). Estando de uniforme ele vai ficar mais soltinho pra dormir. Mais tranqüilo. E, no berço também é a mesma coisa. (...). Então, eu acho que pra

dormir tem sido bom porque as crianças do B.A [Berçário A] dormem mais vezes no dia e ele veio trazer conforto (Profissional 1).

Durante o sono o uniforme é mais fresquinho. A malha não é aquela malha assim que... Suando a criança. É uma coisa assim bem confortável. Quando não tinha o uniforme a gente às vezes trocava a roupa que a criança estava pra poder dormir. Os movimentos ficavam difíceis e incomodava a criança. (...). Na hora dormir é um conforto danado pra criança. É muito mais tranquilo (Profissional 5).

Nas representações sociais das educadoras infantis e auxiliares de sala sobre a praticidade da uniformização escolar na realização das atividades pelas profissionais com as crianças no cotidiano do LDI, emergiram aspectos positivos que vêm interferindo nesse trabalho diário. Na área interna desse Laboratório consideraram, na sua maioria, que a uniformização facilitou as trocas das roupas nas crianças e, conseqüentemente, diminuiu o tempo de realização dessa atividade. Foi interessante ressaltar que o tempo das trocas foi reduzido porque evita a necessidade de ficar escolhendo, dentre as roupas comuns que eram levadas, a mais confortável para vestir a criança. Pôde-se inferir, pelos depoimentos dessas profissionais, que, apesar de o tempo das trocas do uniforme ter sido reduzido, a qualidade na realização dessa atividade específica não foi comprometida. Ao contrário, a criança passou a ser beneficiada com esse tempo, que pode estar sendo usado em outras circunstâncias e na própria exploração da atividade, ou seja, oferecendo a oportunidade para a própria criança participar mais ativamente dessa ação.

Para as auxiliares de sala na hora de preparar a roupa... Muito mais prático separar só uniforme, do que ficar lá... Escolhendo. Que roupa eu vou pôr hoje? Essa aqui está linda! Ah não! Essa aqui não dá pra ficar. Essa aqui é desconfortável. Olha só o tempo que se perde na hora de escolher e de separar a roupa na bolsa da criança porque a gente olha esses detalhes. Igual, às vezes vinha calça jeans e eu falava com as meninas: não separa nada que tenha botão. Nada que tenha essas pedrinhas de enfeite. Eu não gosto porque trás perigo pra criança nessa idade e desconforto também, de movimento. Então, a gente fica lá analisando roupa por roupa. Que roupa que eu ponho? Que roupa que eu separo pra essa criança depois do banho? (...) (Profissional 2).

A retirada das fraldas, pra gente também foi ótimo! De estar [a criança] tirando e puxando [uniforme]. Mesmo que tenha de falar toda hora porque eles estão iniciando. Pra fazer xixi. Pra secar. Pra ajudar a puxar a roupa. Mas, quando ele está tirando e tem aquela facilidade de tirar pra eles pode contar muito. E até mesmo na hora de estar colocando essa blusa. Bem mais fácil. Não tem aquela quantidade de botão pra abotoar. Zíper. Então, foi muito bom. (...) (Profissional 3).

(...) que a troca também ficou mais ágil. Mais rápido. Eu falo sempre com as auxiliares: nunca deixar de fazer isso sem conversar com as crianças. Sem virar uma atividade. Isso não pode ser mecânico. Não existe. Que faça com todo o carinho! Com toda a paciência! Conversando com a criança. (...). E

esse tempo é muito importante. Infelizmente a gente depende muito do relógio. (...). A gente tem um tempo a cumprir. E eu falo em cumprir sem prejudicar o objetivo nosso: que é o cuidar e o educar ao mesmo tempo. Então, está sendo feito da mesma forma e com mais agilidade. Não é rapidez, não. É agilidade associada ao conforto. Eu acho que seja uma das características do uniforme: agilidade e conforto. São peças planejadas (Profissional 2).

Outro aspecto apresentado pelas educadoras infantis e auxiliares de sala, quanto às suas atividades realizadas com as crianças, foi que elas passaram a vir para o Laboratório, principalmente no período do inverno, vestida com menor quantidade de roupas. Nessa época era comum que a criança viesse de casa com várias peças de roupas, uma sobre a outra, aumentando consideravelmente o tempo das trocas das roupas, além do desconforto. As entrevistadas perceberam que a implantação do uniforme no LDI facilitou essas trocas pelas auxiliares de sala e vem atendendo ao conforto, que é indispensável para a realização dessa atividade. Evidenciou-se, nos extratos das falas dessas profissionais, a importância da uniformização nesse Laboratório a partir da sua proposta político-pedagógica, que é cuidar e educar de forma indissociável.

A troca diária facilitou bastante. Pro banho... Nós tínhamos muitas dificuldades com as roupas comuns. (...). No frio a mãe mandava a criança com muitas roupas, uma em cima da outra, e na hora de tirar a criança ficava nervosa. (...). O uniforme não. (...). O tempo das trocas também interferiu. Hoje troca com um tempo menor. Não é que a gente vai trocar a criança correndo. (...). Então, eu acho que o uniforme facilita muito na hora da troca porque não vai ficar aquela coisa... Desabotoa aqui. Desabotoa ali. Porque aquele macacão de fechar... Aquela coisa toda, né... Facilita muito (Profissional 1).

(...). Então o trabalho meu como educadora ficou mais rápido. Muito mais rápido pra dar uma atividade. Sei que eles vão ter muito movimento. Liberdade de ação de movimentar (Profissional 2).

Nessa lógica de relacionar a praticidade do uniforme com a realização das atividades houve uma tendência, das educadoras infantis e auxiliares de sala, em afirmar que o uso da roupa comum no LDI não é apropriado porque seus modelos elaborados e com muitos detalhes trazem sujidades da área externa para a área interna, aumentando o trabalho da auxiliar de sala. Essa sujidade estava diretamente relacionada à quantidade de areia trazida pelas crianças nos detalhes e enfeites das roupas, como bolsos, dobras de bainhas e outros, espalhando por toda a sala, conforme explicitado nos depoimentos a seguir:

(...). Eles [crianças] com roupa normal tem muito bolso e muitos detalhes que carrega areia pra sala. Aí suja toda a sala de areia. O colchão fica cheio de

areia porque na hora do banho a gente vai pegando de um a um e eles ficam na área silenciosa manipulando os livros. Aí sentam e a areia já vai saindo de bolsos, de barras. E já vai ficando esse monte de areia em cima do colchão. Aí é trabalho a mais porque a auxiliar antes de colocar os colchões pra elas [crianças] dormirem tem que varrer a sala toda. Mais um trabalho. Então, o uniforme não tem nada disso. A criança já vem limpa da área externa. A areia fica na área externa. Que é o lugar dela (Profissional 4).

Eu acho que deve ser bem registrado: o caso da areia. Como que melhorou. Como que diminuiu a areia na sala. Porque cada dobra de calça, cada bolso vinha com uma quantidade de areia. Na hora da troca aí tinha que tirar as areias do chão. E o colchão na sala? Na hora que eles deitavam, viravam, rolavam saía areia pelas dobrinhas das calças, pelos bolsos. Foi uma facilidade com o uniforme (Profissional 2).

Esses depoimentos explicitaram quanto o uso do uniforme pelas crianças diminuiu o trabalho da auxiliar de sala no cotidiano do LDI. É possível inferir também que o uso do uniforme representou uma facilidade para a educadora infantil durante a aplicação das atividades com as crianças. Essa vestimenta proporciona à criança liberdade de ação e de movimento, interferindo positivamente na realização do trabalho dessa profissional com a criança:

(...). Então o trabalho meu como educadora ficou mais rápido. Muito mais rápido pra dar uma atividade. Sei que eles vão ter muito movimento. Liberdade de ação de movimentar (Profissional 2).

Nas representações das educadoras infantis e auxiliares de sala sobre a segurança, relacionaram essa característica à idéia de conforto que o uniforme apresenta em relação às roupas comuns. As entrevistadas reforçaram que as trocas ficaram mais fáceis com o uso do uniforme, porque são roupas confortáveis para vestir e tirar da criança, em razão da modelagem apropriada e dos modelos simples e desprovidos de detalhes. Dessa perspectiva, emerge a imagem da criança protegida pela própria roupa que está vestida, eliminando-se o risco de um acidente no cotidiano do LDI, seja nas áreas interna ou externa. Diante dos depoimentos dessas profissionais foi possível perceber a importância do planejamento da roupa, para uso em uma instituição de educação infantil, tornando-a apropriada para essa atividade.

Na segurança da criança (...). Não tem botão. Não tem zíper. Os botões, os zíperes, as fivelas. Então, essa segurança principalmente na idade que eu trabalho. É um perigo os botões, as fivelas. Botão soltando. Você tem que ficar atento. De vez em quando tem um botão perdido na sala. E se a criança pega e põe na boca? Elas estão na fase ainda de experimentar tudo. De pôr na boca. Então, você tem de ficar atento se tem botão soltando. Uma fivela não colocada. Olha a segurança que foi... De saber que aquele uniforme não tem nada que vai colocar a criança em risco (Profissional 2).

O uniforme trouxe segurança e facilidade pra criança. Por exemplo, uma criança correndo passa perto de uma porta ou de um brinquedo na área externa... O uniforme não agarra em nada. Ela está segura. E agora na roupa normal cheia de detalhes ou com uma alça que pode agarrar? A criança leva um tombo. Machuca a criança. (...). Agarra a perna num brinquedo porque já aconteceu da criança ficar pendurada pela roupa. Pela perna da calça. No velotrol, por exemplo, de agarrar no pedal. (...). Porque também não tem detalhes [uniforme] (Profissional 4).

(...). Eu acho que assim, foi um conforto muito grande pra criança. Porque é uma malha. Não tem nada prendendo. Eu achei a modelagem bem boa. Então, dá um conforto muito grande para as crianças, (...). Eu achei muito confortável (Profissional 2).

Na representação social acerca da identificação entre as crianças e entre as crianças e as profissionais através do uso do uniforme, metade das entrevistadas afirmou que esse aspecto ocorreu pela logomarca do LDI estampada no corpo da blusa e a outra metade afirmou ter acontecido pelo todo, ou seja, pelo uniforme. Observou-se que essa identificação pela logomarca aconteceu com crianças dos Berçários A e B e Sala 1, que estão no estágio de desenvolvimento sensoriomotor e no início do estágio pré-operacional. As crianças nesses estágios de desenvolvimento cognitivo descobrem o mundo pelos sentidos e pela ação motora. Dessa forma, foi possível perceber que o contato que essas crianças tiveram com a logomarca, nesse caso o contato visual, foi explicitado pela ação de colocar o dedo na logomarca, identificando as outras pessoas ao seu redor. É nessa ação que a criança vai construindo o conhecimento e atribuindo significado ao mundo físico. Essa situação foi evidenciada no depoimento da profissional, ao afirmar que a criança identificou a logomarca como o “neném”:

A primeira coisa que eles olham é a logomarca. Chama a atenção deles. Olha. Põe o dedinho. (...) (Profissional 3).

(...). Elas conseguiram assim, por exemplo, identificar a logomarca do uniforme nas outras pessoas e em nós, professores também. Sempre quando tem um [uniformizado], elas mostram para a logomarca do LDI e mostra a dela. E fala que é o neném aquela carinha. É neném! Neném! Na linguagem delas a logomarca foi identificada como o neném. Mas, percebem também quando não tem a logomarca. (...). Mas, elas percebem as diferenças, principalmente de cor. A logomarca é colorida. Chama a atenção. O short azul. Então, eles percebem sim. (...). Isso é uma característica da idade. Tudo que aguça a visão delas, elas percebem. A identificação com as auxiliares e a educadora infantil ocorre também pela logomarca (Profissional 2).

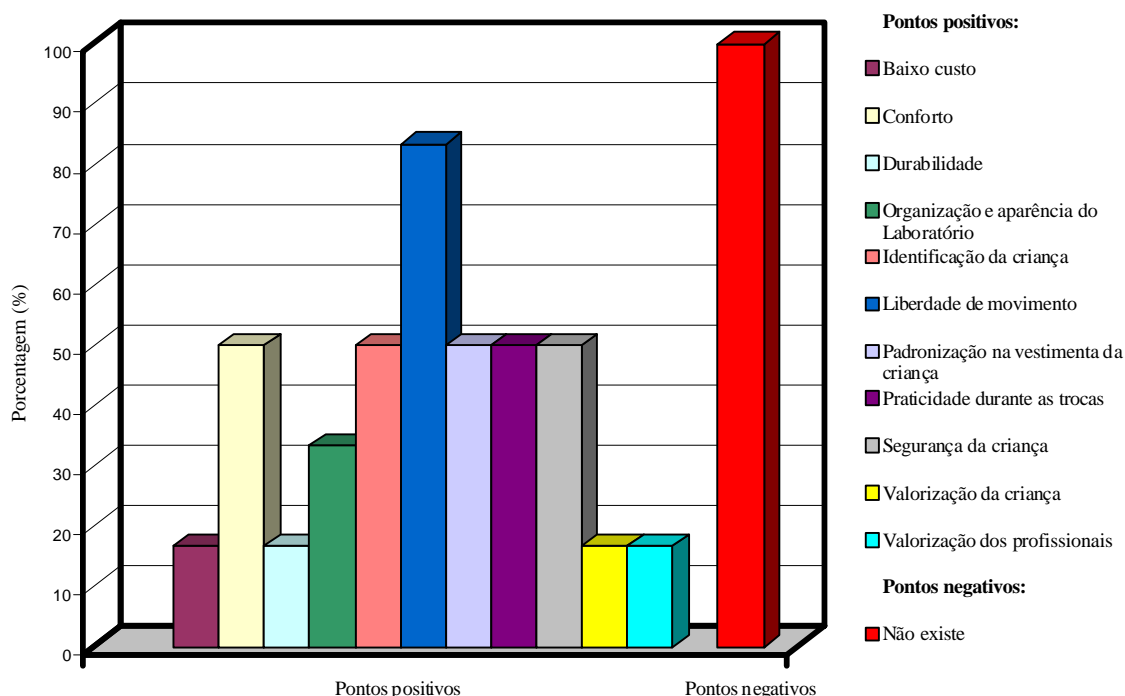
Paralela a essa identificação pela logomarca, também se encontrou presente no grupo das profissionais uma visão de identificação a partir do uniforme. Nela, as crianças das Salas 2, 3 e 4, que se encontram no estágio de desenvolvimento pré-operacional, caracterizado pela representação simbólica, foram capazes de identificar as

outras crianças pelo uso do uniforme simbolizando a identificação com o grupo de crianças e com as profissionais. Essa identificação vai além da percepção de pertencer a um grupo, pois a criança identificou-se também como “pertencente” à instituição LDI.

Nas primeiras semanas estavam [crianças] começando a usar o uniforme e deu pra perceber a identificação entre elas. (...). Elas ficaram assim... Se mostrando. Ficaram todas importantes. Aí a mãe também já chega falando: olha, fulana de tal veio de uniforme hoje pela primeira vez! Aí a criança fica toda vaidosa. Os outros vão também lá e abraçam. E olha. E foi muito interessante. (...) (Profissional 4).

A identificação das crianças com a gente também mudou. Desde o 1º dia que a coordenadora chegou com a blusa pra nós lá... Ah! Igual a minha. Todo mundo falou. (...). Quando a gente vai com roupa comum elas [crianças] perguntam: cadê o seu uniforme? Porque você não veio de uniforme hoje? Eu to de uniforme! (...) (Profissional 5).

Com base nas entrevistas realizadas foi possível conhecer as representações das educadoras infantis e auxiliares de sala, em relação às vantagens e desvantagens do uniforme usado pelas crianças no LDI (Figura 9).



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 9 – Pontos positivos e negativos da uniformização na opinião da equipe de apoio técnico do LDI – Viçosa, MG – 2005.

No conjunto das representações dessas profissionais sobre os pontos positivos da uniformização destaca-se, na fala da maioria do grupo entrevistado, a liberdade de movimento que essa roupa proporciona à criança. Assim, foi possível inferir que a criança uniformizada apresenta maior flexibilidade nos movimentos realizados por ela durante as atividades, no cotidiano do LDI.

O uniforme veio ajudar muito porque não tem nada prendendo a criança. Não tem nada apertado, prendendo. Ela pode correr, deitar, arrastar que o uniforme não prejudica em nada. Não agarra em nada. Com roupa normal tem uma fivela que agarra. Um bolso. Uma alça. Um negócio assim que sempre atrapalha. Com ele [uniforme], não. A criança está sempre livre para os movimentos. Não prende nada. Pra subir. Pra descer. Pra escorregar. Elas estão livres. A criança quer é isto (Profissional 4).

A liberdade de movimentos com o uso do uniforme é ótimo. (...). Como é mais solto e mais leve pras crianças, elas conseguem se movimentar e fazer as atividades tudo tranqüilo. Não tem aquela... Arruma isso aqui pra mim. Amarra isso aqui pra mim (Profissional 5).

Outros pontos apresentados como vantagens da uniformização no Laboratório e com um mesmo percentual de representatividade, estavam relacionados ao conforto da roupa; à padronização e identificação da criança; à segurança da criança; e à praticidade para os profissionais durante as trocas das roupas na criança. Assim, ficou evidente no grupo entrevistado que, ao planejar uma vestimenta para uma instituição de educação infantil, devem-se considerar algumas características que são fundamentais para obter uma roupa de boa qualidade e adequada a esse fim. Diante dos extratos das falas das profissionais, verificou-se que essas características foram alcançadas no uniforme implantado no LDI:

O ponto positivo do uniforme (...) é a padronização da criança (...) em termos de características socioeconômicas. De roupas diferentes. De você olhar determinada criança e... (...). E a identificação mesmo da criança fora e dentro da escola, em termos de segurança. É muita responsabilidade pra nós (Profissional 2).

A troca diária foi beneficiada em relação ao tempo gasto porque agiliza mais o serviço [profissionais]. Porque não tem laços pra amarrar, não tem fitas, não tem fivelas, não tem nada disso. De abotoar fecho. De abotoar um botão na cintura, por exemplo, que tem elástico e ainda puxar o elástico é bem complicado. Toma mais tempo. O uniforme é só vestir e pronto. Não tem que abotoar nada. (...). E pela facilidade que tem, né, pra vestir. As crianças ficam mais independentes (Profissional 4).

Como se observou, o uso do uniforme pelas crianças está associado exclusivamente a pontos positivos, sendo as educadoras infantis e auxiliares de sala

unânicos em afirmar que não existem pontos negativos na uniformização implantada no LDI. Entretanto, cabe ressaltar-se que o tempo de uso dessa vestimenta ainda foi pequeno e aspectos negativos podem ser considerados em outro momento.

5.5. Representações sociais e avaliações da equipe técnica do LDI

Nesse tópico são apresentados os resultados obtidos por meio das entrevistas realizadas com a coordenadora e a técnica responsável pelo setor de atendimento à criança sobre as representações e avaliações do uso do uniforme escolar no Laboratório de Desenvolvimento Infantil. Buscou-se, inicialmente, situar a temática da uniformização a partir de uma contextualização geral, direcionada pelos temas definidos na pesquisa, para em seguida situá-la em um contexto específico, à medida que as questões estavam relacionadas ao uso do uniforme pelas crianças nesse Laboratório. A partir das questões subjetivas, adentrou-se nas questões objetivas, que permitiram identificar elementos da representação social do uniforme em uma instituição de educação infantil.

5.5.1. Palavras, idéias e imagens

No conjunto das representações sociais construídas pela equipe técnica do LDI, destacaram-se, dentre as palavras, idéias e imagens sobre o uniforme escolar, a caracterização da escola e a padronização da roupa. Essas concepções foram evidentes nas falas das entrevistadas e expressaram uma inter-relação entre o uso do uniforme e a identificação da escola que a criança frequenta em qualquer lugar que ela esteja, conforme explicitado nos seguintes depoimentos:

A uma caracterização da escola, da instituição. A forma de caracterizar aquela instituição. De... Informar as pessoas onde aquela pessoa está estudando. Onde aquela criança está estudando (Profissional 1).

Crianças uniformizadas. Todas iguais. Com roupas iguais indo pra escola. Roupas que se usa na escola. É isso que eu lembro. Que eu penso o uniforme (Profissional 2).

5.5.2. Significado do uniforme

Ao mencionarem sobre o significado do uniforme, a coordenadora e a técnica responsável pelo setor de atendimento à criança foram unânimes em relacionar essa vestimenta à idéia de roupa padronizada. Essa padronização se refere à idéia de cores e modelos personalizados, caracterizando a roupa específica usada em uma escola. Assim, essas profissionais relacionaram o significado do uniforme aos aspectos de identificação da criança; a não-diferenciação de uma criança da outra pela roupa que veste; evita a competição entre as crianças em termos da vestimenta; e diminui o consumismo, além da praticidade do uniforme por ser uma roupa planejada e própria para ser usada na escola. O depoimento de uma das entrevistadas é revelador desses significados:

(...). Uniformizar é ficar igual. Porque realmente dentro de uma instituição a intenção do uniforme é exatamente isso... Pra não haver distinção de uma criança com a outra porque quando não existe uniforme acaba acontecendo mais aquela coisa da moda. Da competição. Uma criança tem uma coisa, a outra também acaba tendo interesse por aquilo. (...). Principalmente crianças maiores eu acho que o uniforme ajuda muito. Se você pensar hoje... Principalmente com a moda infantil, ela acaba despertando muito a sexualidade da criança muito precoce. (...). Quando se tem uniforme até isso evita. (...). Quem vai planejar o uniforme vai pensar uma coisa própria pra criança. (...). Porque até essa questão do consumismo diminui bem. Porque é um tal de ver do outro e querer, né. E a família por não ter tempo pra criança acaba compensando com coisas materiais mesmo. (...) (Profissional 2).

Pôde-se inferir, pelo depoimento anterior, a preocupação da profissional quanto à importância do uniforme utilizado pelas crianças em uma escola ao caracterizar a homogeneidade do grupo. Percebe-se, ainda, que o uniforme faz parte da cultura escolar e, portanto, teve grande significância nesse universo por ser uma roupa padronizada, que favorece o melhor relacionamento entre as próprias crianças na escola e entre as crianças e sua família, em razão da minimização de conflitos pela própria vestimenta que a criança usa. Esse resultado contradiz as colocações apresentadas por Dahlberg (2003), quando afirma que no processo de socialização da criança é imprescindível a existência de conflitos resultantes da interação entre os pares, os quais transformam a experiência cognitiva da criança e promovem aprendizagem e desenvolvimento.

5.5.3. Uso do uniforme no LDI

No discurso da coordenadora e da técnica responsável pelo setor de atendimento à criança, apreende-se que o uniforme usado pelas crianças pode ser representado,

segundo a fala de uma dessas profissionais, sob três aspectos. Na perspectiva da criança, ficou evidenciada que a criança uniformizada está identificada entre os seus pares e, ao mesmo tempo, diferenciada das crianças de outras instituições. Tais idéias levaram ao entendimento da entrevistada de que o uso do uniforme pela criança significa a sua própria valorização no sentido de pertencer a um grupo específico, no caso a uma instituição de educação infantil. Ao associar a imagem da criança uniformizada ao LDI, evidencia-se a representação da profissional sobre o “marketing” dessa instituição. Observou-se que o uniforme usado pela criança repercute uma imagem do Laboratório em qualquer lugar onde ela esteja. Finalmente, foi feita uma avaliação positiva do uso do uniforme pelas crianças no LDI, em função da sua proposta político-pedagógica, que é de estimular a construção da autonomia da criança através do uso da roupa. Diante disso, verificou-se que o uniforme implantado nessa instituição foi planejado com o objetivo de atender as necessidades desse grupo específico de crianças.

Em termos da **padronização do ponto de vista da criança** a gente percebe que elas se sentem importantes por estarem vestindo uma roupa que seja igual e que isso as identifica e diferencia de outras crianças também. Então, por exemplo, foi o caso das crianças que elas não querem... As crianças que não tinham adquirido uniforme e que depois que elas viram outras crianças com uniforme, elas pediram. Elas solicitaram a compra, a aquisição desse uniforme porque é uma forma delas se identificarem num determinado local, num determinado espaço. E pra elas eu acredito que isso seja de extrema importância. Que venha assim reafirmar aquele local onde elas estão. Agora a **padronização pegando do ponto de vista do laboratório**, (...). Também não deixa de ser um marketing da escola. Isso aí eu acho que é a primeira coisa em termos de uniforme que vem a cabeça, é isso. Essa escola está identificada em qualquer lugar que aquela criança esteja. E, ao mesmo tempo as pessoas que estão de fora sabem de onde que estão vindo àquelas crianças. **Mas, pensando do ponto de vista pedagógico em relação à criança** que foi o objetivo principal da uniformização, foi justamente pra estimular o desenvolvimento. A construção da autonomia(...). Que com aquele tipo de vestimenta a criança tem a oportunidade de se movimentar e de fazer tudo que realmente é proposto dentro do laboratório. E por isso que foi solicitado que houvesse um estudo lá dentro [no LDI] pra saber qual seria o tipo de vestimenta que se adequaria melhor àquela proposta que a gente apresenta (Profissional 1) (Grifo meu).

Como mais um aspecto positivo do uniforme usado pelas crianças no LDI foi citada a praticidade que essa roupa apresenta tanto para essas profissionais quanto para as famílias. Do ponto de vista da instituição, a praticidade da uniformização foi relacionada à facilidade para trocar as roupas nas crianças, evitando a seleção de roupas comuns pelas profissionais; à segurança das crianças nas atividades realizadas fora da instituição; e aos conflitos que surgem quando as próprias crianças selecionam a roupa para vestir no Laboratório. Do ponto de vista da família, a criança passou a conviver

com algumas regras, como: ir para o Laboratório significa usar o uniforme e facilitar a arrumação da bolsa da criança pelos responsáveis. Evidenciou-se, no entanto, que a interação da criança com essa regra pode estar contribuindo para a sua formação educacional, porque a criança passa a conhecer os limites que fazem parte do cotidiano dessa instituição.

(...). Muito prático para as meninas [profissionais]... Porque as crianças que ficam aqui o dia todo é... A gente sabe que é aquela roupa que ela vai usar. (...). E também se a gente vai fazer um passeio, uma coisa fora e se as crianças estiverem uniformizadas é muito mais fácil de você está localizando as crianças. (...). Pra família. Pro laboratório. (...). Porque às vezes a mãe coloca tanta roupa na bolsa que no final da tarde ela chega e fala: Oh! Mas, não era essa [roupa] que eu queria que ela [criança] saísse. (...). Quer dizer a partir do momento que se tem o uniforme as roupas são todas iguais e então eu acho que o trabalho fica bem mais rápido. Eu acho também... A criança aprende que tem regras. Você está dentro de uma instituição. Você vai estar usando uniforme porque esta instituição tem uniforme! (...). Se uma criança veste uma roupa... Ah! Não quero essa. Eu quero aquela. Na hora do banho... Não quero essa. Eu quero outra. (...). São pequenas regras que já começam a ser introduzidas mais cedo e que pra própria criança no futuro só vai ajudar. (...). Um trabalho que tem de ser feito com a criança aos poucos. (...)
(Profissional 2).

Avaliações consensuais foram apresentadas pela coordenadora e pela técnica responsável pelo setor de atendimento à criança, ao destacarem a importância do uniforme utilizado pelas crianças do LDI em relação aos aspectos da padronização na vestimenta das crianças; da segurança da criança; das diferenças nos níveis socioeconômicos; e da organização e divulgação dessa instituição. Avaliaram, portanto, que a padronização é benéfica em uma instituição por caracterizar um grupo homogêneo e, ainda, passar uma sensação de que a criança pertence a determinado local. Além disso, funciona como propaganda do trabalho realizado pelas profissionais do Laboratório e elimina a competição entre as crianças pela vestimenta que estão usando.

(...). As crianças que não tinham adquirido uniforme e que depois que elas viram outras crianças com uniforme, elas pediram. Elas solicitaram a compra, a aquisição desse uniforme porque é uma forma delas se identificarem num determinado local, num determinado espaço. E pra elas eu acredito que isso seja de extrema importância. Que venha assim reafirmar aquele local onde elas estão. (...). Que também não deixa de ser um marketing da escola. Isso aí eu acho que é a primeira coisa em termos de uniforme que vem a cabeça, é isso. Essa escola está identificada em qualquer lugar que aquela criança esteja, né. E, ao mesmo tempo as pessoas que estão de fora sabem de onde que estão vindo àquelas crianças (Profissional 1).

Com relação à padronização das crianças... (...) tira aquela coisa da competição. De um querer o do outro. E todas estão ali com o mesmo objetivo e não tem de ser diferente. Eu acho que está corretíssimo. (...)
(Profissional 2).

Ao relatarem sobre o aspecto da segurança, as entrevistadas afirmaram que esse uniforme foi planejado para ser usado pelas crianças do LDI e, portanto, tem características próprias que o diferencia de outras vestimentas, proporcionando segurança para a criança dentro e fora dessa instituição. A idéia de segurança expressada pelas profissionais refere-se às atividades realizadas pela criança no cotidiano do Laboratório, mais especificamente àquelas relacionadas com a facilidade de ação e movimento da criança. Assim, qualquer problema que diminui porque a criança está uniformizada melhora a sua segurança. As entrevistadas mencionaram também sobre a segurança fora da instituição. Consideraram que, ao sair com a criança uniformizada em atividades fora do Laboratório, a sua identificação é facilitada, e isso transmite segurança para toda a sua equipe.

Com relação à segurança da criança dentro e fora do laboratório isto não tem nem discussão. Primeiro porque o uniforme... Ele não foi um uniforme que a gente resolveu colocar por ser bonito, por ser isso ou por ser aquilo. Foi uma coisa pensada em função de está oferecendo também essa segurança. E quando eu falo essa segurança seria segurança em termos de uso. Por exemplo, uma criança que está de calça jeans se ela sobe no barranco ela tem muito mais facilidade de acontecer um acidente do que uma criança que está com um uniforme que foi planejado pra isso. Pra dá toda essa possibilidade de movimentos. E, também a questão da segurança externa. E vem aí de novo essa questão da identificação. Em qualquer lugar que esta criança esteja, qualquer pessoa que não conhecer a criança vai saber de onde que ela é (Profissional 1).

Em relação às diferenças nos níveis socioeconômicos dos responsáveis pela criança no LDI, o uso do uniforme minimizou essas diferenças em termos do vestuário que era usado por ela no cotidiano desse Laboratório. O uniforme foi representado na cultura dessa instituição como uma ferramenta que passou a caracterizar a homogeneidade do grupo de crianças a partir do uso da roupa específica:

Quanto às diferenças nos níveis socioeconômicos eu achei muito importante o uniforme. Quando existem vários níveis... (...). Então, havendo uniforme... Quer dizer: está todo mundo homogêneo. (...). Porque aí ninguém é mais nem menos. Todos são iguais(...). Aí é onde que vem o uniforme... (Profissional 2).

Quanto à organização e divulgação do LDI, as profissionais consideraram que as crianças uniformizadas passam uma nova imagem de organização dessa instituição, ou seja, uma imagem de ambiente bonito, tranquilo e mais agradável. Conseqüentemente, essa padronização na vestimenta da criança leva à sua identificação e, paralelamente, ocorre a divulgação desse Laboratório.

No que diz respeito à organização da instituição ficou bem melhor. (...). Até a limpeza visual é maior porque as crianças sem uniforme... É muita cor, muita moda, muita coisa certa, muita coisa errada, muita roupa adequada, outras não adequadas, quer dizer... Ali não. (...). Até pro olhar é mais tranquilo. Quando você vê o uniforme você vê que a coisa funciona... Organizado. Quando você pensa em organização você pensa em uniforme. Quando as crianças estão uniformizadas é lindo! É maravilhoso! Eu acho que descansa mais o olhar também. É menos cansativo (Profissional 2).

(...) a questão da identificação, mesmo. A gente vê claramente a satisfação que eles tem de falar: eu estou de uniforme. Como que... Até agora eu não estava na escola. A partir de agora eu estou na escola. Porque toda escola tem uniforme (Profissional 1).

Ao relatar sobre a divulgação do Laboratório, uma das entrevistadas foi firme ao associá-la à valorização das profissionais e a uma referência aos trabalhos realizados por elas. Pôde-se inferir que, para essa entrevistada, a divulgação do LDI através do uso do uniforme pelas crianças significa o reconhecimento profissional de toda trajetória construída nessa instituição:

O uniforme divulga demais. Porque a gente fica muita escondida aqui. E, principalmente se você fizer referência a creche UFV todo mundo sabe! Mas, há quanto tempo que esse nome foi mudado? (...). O uniforme é uma valorização para os profissionais porque eu acho que nós somos assim... Muitas pessoas que saem do LDI saem satisfeitos e às vezes elogiam. Fala com um e com outro que é um lugar bom de deixar o filho. Então, quando acontece essa divulgação eu acho que aumenta a área de conhecimento do nosso trabalho porque se alguém vê uma pessoa uniformizada... Ah! É daquele laboratório que o fulano teve. Gostou muito. Lá é um local muito bom. Os profissionais são assim... Tem sempre alguém que conhece. Então, quando tem uniforme se alguém falou com alguém, logo identifica. Eu acho que lembra mais às pessoas que nós existimos. (...). Porque quando você fala de tal lugar, você fala do que acha, fala do profissional. Você fala como um todo. (...) (Profissional 2).

A coordenadora e a técnica responsável pelo setor de atendimento à criança relataram que os pontos positivos da uniformização estão relacionados à criança e à instituição, bem como à família. Para a criança, a roupa a identifica em todos os locais como pertencente ao Laboratório, contribuindo para a sua segurança.

Em termos de pontos positivos tem tudo. Pensando na questão da identificação das crianças entre elas, da própria diferenciação delas de outras crianças em outras escolas, que isso ao mesmo tempo em que elas se identificam entre si elas também conseguem se diferenciar das outras escolas, proporcionando segurança para as crianças (Profissional 1).

Outro aspecto associado à criança refere-se ao seu desenvolvimento. Segundo essas profissionais, o uniforme utilizado pelas crianças estimula o desenvolvimento da

autonomia e proporciona liberdade de ação e movimento durante as atividades realizadas por elas no Laboratório, porque são peças planejadas para atender às especificidades desse grupo de crianças.

(...). A questão de estar atendendo aos objetivos do projeto político-pedagógico, isso aí é indiscutível. Porque se a criança tá com uma vestimenta que vai facilitar os movimentos dela, que vai facilitar ela tomar iniciativa de fazer o que é oferecido, das experiências que são propostas pra ela sem ter a barreira da roupa, isso aí já é um grande ponto. (...) Tentando falar numa palavra só, resumindo os objetivos: é estimular o desenvolvimento da autonomia mesmo. E aí ele [uniforme] vem realmente pra poder dar subsídio. Eu o vejo como parte do ambiente. Hoje a gente fala: é importante que o ambiente esteja apropriado para as crianças. O ambiente em termos de ambiente físico, ambiente humano e a vestimenta entra nesse rol. (...) (Profissional 1).

Outra coisa como positiva é que a gente sabe que a criança está usando uma roupa que é adequada pra estar correndo, brincando, subindo, descendo, pulando. No dia a dia é uma roupa que não vai atrapalhar os movimentos dela. Só vai estar realmente liberando a criança pra estar fazendo todas as atividades que ela faz aqui. Atrás desse uniforme houve um estudo (...) (Profissional 2).

Para a instituição, a imagem da criança vestida de uniforme apareceu associada à certeza da divulgação do LDI e que se traduziu em um ponto relevante desse universo representacional, à medida que pouco se conhecia desse Laboratório enquanto instituição de educação infantil.

Até lá fora pra propaganda da instituição é interessante. Porque quem ali fora sabe o que é LDI? Agora que as crianças estão saindo de uniforme... Outro dia mesmo eu estava com a minha blusa de uniforme e entrei em um supermercado... Aí a moça do caixa virou e falou assim: O que é o LDI? Se você pensar ele faz propaganda. Se você vê uma criança na rua uniformizada você sabe de qual colégio é aquela criança por causa do uniforme (Profissional 2).

Do ponto de vista da família, uma das características destacadas pela coordenadora e pela técnica responsável pelo setor de atendimento à criança foi a praticidade que o uniforme apresenta. Foi possível identificar, dentre essas características, a facilidade na higienização das peças e na arrumação da bolsa. Pode-se inferir que arrumar a bolsa ficou mais fácil, porque reduziu a quantidade de peças levadas para uso da criança diariamente no LDI e, conseqüentemente, interferiu também nas despesas da família com o vestuário, porque diminuiu o consumo das roupas comuns usadas no Laboratório.

(...). Que facilidade que é arrumar uma bolsa das crianças que vêm de uniforme. Super prático. Na praticidade você pensando na questão do cuidado, do lavar, do secar. Tudo isto é muito fácil. Facilita muito. Não precisa passar(...). Então, fecha muito nisso: na praticidade (...). E diminui muito o consumo de roupas das crianças. Como diminui. Diminui muito (Profissional 2).

Ao mesmo tempo que essas profissionais apontaram, consensualmente, que o uniforme usado pelas crianças no LDI não tem pontos negativos, abordaram também a questão relacionada ao custo dessa vestimenta. Consideraram que é possível uma revisão nos valores do uniforme que foram propostos para o ano de 2005 e que esse custo pode ser reduzido para atender às necessidades de aquisição dessas peças pelos pais:

Eu sinceramente ainda não consegui vê um ponto negativo no uso daquele uniforme ali. (...). Eu acho que um ponto que seria importante está sendo avaliado é com relação ao custo do uniforme. (...). Porque a escolha de ser dentro da universidade foi justamente pra poder dá uma condição melhor em termos de material que está sendo fornecido ao pai, na questão da durabilidade, mas também pra reduzir o custo. (...). Não é como um ponto negativo que eu coloco, mas, acho que merecia está sendo revisto até pra poder ta... Eu não falo conscientizando os pais porque... Uma coisa é você comprar dois pares de uniforme pra uma criança que fica meio período. Outra coisa é você comprar seis ou sete [pares] porque as crianças ficam o dia inteiro lá. Primeiro porque ela não usa um short só por dia. Dependendo da idade ela vai usar até quatro ou cinco por dia. Então, sinceramente, é uma coisa que a gente precisa está repensando (Profissional 1).

5.5.4. Estratégias utilizadas para comunicação aos pais

No que se refere às estratégias utilizadas pela coordenadora e pela técnica responsável pelo setor de atendimento à criança para comunicar aos pais sobre o uso do uniforme pelas crianças no LDI, o grupo afirmou ser nas reuniões de pais e através de correspondência. Assim que a criança é selecionada para frequentar o Laboratório, os pais são convocados a participar de uma primeira reunião, antes de a criança iniciar a sua adaptação. Nessa ocasião, são passadas informações a respeito do funcionamento e das normas internas vigentes no LDI. Dentre essas informações, é ressaltada a obrigatoriedade do uso do uniforme pelas crianças e as providências que estavam sendo tomadas para a implantação dessa vestimenta na instituição, da forma mais adequada possível.

Assim que o processo da uniformização foi concretizado, houve uma reunião para comunicar aos responsáveis pela criança de que os uniformes estavam prontos para

a aquisição. Segundo as entrevistadas, a adesão foi além das suas expectativas. Enfatizaram que o Laboratório vem passando por algumas mudanças e que, mesmo assim, a aquisição foi bem representativa no universo pesquisado. Outro fato destacado em relação à aquisição do uniforme, por uma das profissionais, foi que um grupo considerável de pais se manifestou inicialmente a favor da uniformização, enquanto os que ainda não tinham adquirido o fizeram por solicitação da própria criança. Stone (1994) ressalta que a criança, ao freqüentar outros grupos sociais, passa a interagir com pessoas vestidas diferentemente, e esse fato representa uma aproximação entre seus pares pela vestimenta e, até mesmo, uma referência na escolha das roupas que passa a usar. Nessa lógica, pode-se inferir que para as crianças “fazer parte de” e “pertencer a determinado grupo” foi de extrema importância, o que foi propiciado pela uniformização. Além disso, a padronização nas vestimentas foi importante para identificação entre as crianças e entre as crianças e a instituição de educação infantil.

(...). Mas, eu estou percebendo que a coisa vai crescendo aos poucos. Quando foi a correspondência do uniforme eu achei que a procura ia ser mínima. Nos surpreendeu. Achei que foi boa a procura. (...). Nós esperávamos deles reagirem e ninguém comprar. Não foi o que aconteceu. Eles procuraram e compraram bem. E as próprias crianças estão se empolgando com a história do uniforme. Então, eu acho que isso ajuda muito (Profissional 2).

(...). No dia que foi colocado o comunicado final de que a partir de tal dia as crianças tinham que vir de uniforme, na minha concepção eles aceitaram muito bem.(...). Quer dizer, um grupo grande de pais se movimentou para isso num primeiro instante e aqueles que ficaram reticentes... O que aconteceu? A própria criança solicitou e aí eles também não queriam que o filho dele se sentisse excluído daquele grupo. (...). Então, eu esperava que isso fosse mais complicado do que está sendo (Profissional 1).

Vale ressaltar, ainda, que a adesão das famílias que estavam iniciando no LDI, quanto à aquisição do uniforme, foi imediata. Esse comportamento pode ser atribuído, segundo o depoimento da profissional, à realização de uma reunião que ocorre entre a coordenadora e a técnica responsável pelo setor de atendimento à criança com as famílias das crianças recém-selecionadas, antes de iniciarem as atividades nesse Laboratório. Dentre os assuntos abordados nessa reunião, ressaltaram a obrigatoriedade do uso do uniforme pela criança. O seguinte extrato da fala da entrevistada justificou essa adesão:

Eu acho interessante que a adesão das famílias novatas foi muito maior. Não sei se eu estou errada nisso... Mais os Berçários e a Sala 1, entendeu. Foi uma adesão em bloco até porque, aí que eu acho que vem... Essa primeira reunião está muito mais fresca na cabeça deles do que daqueles que estão nas Salas 2,

3 e 4. (...). E se a gente for pensar, nos Berçários as crianças usam muito mais roupas e perdem com muito mais facilidade. Então, o custo de aquisição desse uniforme acaba sendo muito maior. E mesmo assim é um grupo grande que adquiriu. Eu não sei se a gente pode pensar... Quem está nos Berçários A e B, as mães ficam muito mais vulneráveis. Então, parece assim que elas também se abrindo pra isso... É como se elas tivessem falando pra elas mesmas: que elas estão fazendo de tudo para o filho ser feliz. Então, tem essa outra parte também. E a questão da segurança também (Profissional 1).

Portanto, pode-se inferir que, para essas famílias, a aquisição do uniforme representou o cumprimento das normas internas de funcionamento do LDI e, ao mesmo tempo, pode estar relacionado com a segurança de deixar a criança em uma instituição que tenha sua própria identificação.

5.6. Uniformização escolar: convergências e divergências

A partir das análises específicas sobre as representações sociais construídas pelas mães e pelas equipes do LDI em relação à uniformização escolar, buscou-se identificar as convergências e as divergências presentes nesses universos representacionais. Nessa perspectiva, constatou-se que foi comum a associação da expressão “uniforme escolar” à idéia de roupa específica, padronizadora das vestimentas das crianças na cultura escolar. Também, foi convergente a representação de que as instituições, escola e família, são beneficiadas com a padronização dessas vestimentas.

As mães, as educadoras infantis e auxiliares de sala consideraram, ainda, que a padronização nas vestimentas das crianças interfere significativamente na organização da instituição escolar, proporcionando mudança no ambiente físico. As mães ressaltaram também que o uniforme utilizado pelas crianças é um diferencial oferecido pelas instituições e de importância fundamental na cultura escolar. Ao contrário, nas representações da coordenadora e da técnica responsável pelo setor de atendimento à criança a tendência foi associar essa padronização à idéia de caracterização de uma escola, possibilitando identificar a criança em qualquer lugar onde ela esteja. É interessante destacar nas representações dos grupos entrevistados a relação constante da expressão “uniforme escolar” quanto à idéia de padronização das vestimentas, orientando as diferentes percepções sobre o uso do uniforme nas escolas.

Na maioria das representações sobre o significado do uniforme escolar, foram identificadas divergências entre os grupos entrevistados. O grupo de mães considerou que o uniforme utilizado pelas crianças é prático, à medida que evita sujar e selecionar

as roupas comuns. Além disso, consideraram que as roupas comuns, quando não estão sendo usadas pela criança para ir à escola, podem ser utilizadas para outras atividades, como os passeios da família. No entanto, foram reveladas nas representações das educadoras infantis e auxiliares de sala que a liberdade de movimento e a praticidade que o uniforme proporciona à criança durante a realização das atividades são essenciais para que as profissionais de uma instituição de educação infantil possam desenvolver os trabalhos com as crianças. A criança uniformizada tem seus movimentos mais livres durante as brincadeiras, e essa característica é fundamental para o desenvolvimento da criança. Além disso, o uniforme proporciona à criança certa independência durante as trocas das roupas e, conseqüentemente, uma segurança, por ser uma roupa específica e apropriada para a realização das atividades propostas por uma instituição.

Para a coordenadora e a técnica responsável pelo setor de atendimento à criança, o significado do uniforme usado pelas crianças na cultura escolar reflete a sua própria identificação e a não-diferenciação entre as crianças pela roupa que veste, evitando, assim, a competição e o consumismo de objetos entre as crianças. Expressaram ainda a praticidade que o uniforme proporciona à criança por ser uma roupa planejada e apropriada para uso em instituições de educação infantil.

Os depoimentos das mães e das equipes do LDI se convergiram, ao afirmarem que a padronização nas vestimentas das crianças é importante para a família, a instituição e a própria criança. A compreensão da forma como essa padronização foi abordada apresenta contornos diferenciados. As mães foram unânimes em afirmar que a uniformização identifica as crianças, facilitando o trabalho realizado pelas profissionais em atividades fora do Laboratório. Acrescentaram, ainda, a responsabilidade das profissionais em sair com um grupo de crianças sem que este apresentasse identificação. Além disso, as diferenças nos níveis socioeconômicos entre as crianças, em termos das vestimentas usadas no Laboratório, foram minimizadas com o uso do uniforme. Porém, as representações das educadoras infantis e auxiliares de sala revelaram a importância do uniforme para o conforto da criança em relação à liberdade de movimento e de ação e à realização das atividades das áreas interna e externa do LDI. Por fim, ressaltaram que a uniformização facilita e agiliza as trocas das roupas nas crianças, pelas profissionais, porque são peças confortáveis e desprovidas de detalhes. Na avaliação da coordenadora e da técnica responsável pelo setor de atendimento à criança sobre a padronização, apresenta-se a valorização da criança a partir da sua identificação entre os seus pares e, ao mesmo tempo, da diferenciação das crianças de outras instituições.

Assim, as crianças uniformizadas passaram a constituir um grupo homogêneo, caracterizando e promovendo “marketing” para o LDI. Do ponto de vista da proposta político-pedagógica do Laboratório, destacaram que o uniforme está atendendo aos objetivos desta, estimulando a construção da autonomia da criança através do uso da roupa, pela praticidade durante as trocas. Essa praticidade proporcionada pelo uso do uniforme tem facilitado também as trocas das roupas nas crianças pelas educadoras infantis e auxiliares de sala, evitando escolher, dentre as roupas comuns, àquelas mais apropriadas para uso no cotidiano da instituição, além de evitar os conflitos com a própria criança nesse processo de escolha. Por fim, acrescentaram que a criança ao estar uniformizada passa a conviver com regras, o que é importante para o desenvolvimento moral.

As representações, no conjunto dos sujeitos entrevistados, sobre a uniformização no LDI se convergem para um elemento comum: a segurança para as crianças dentro e fora dessa instituição. As mães destacaram a segurança relacionada à chegada e saída da criança no Laboratório e também àquela fora da instituição, durante as atividades realizadas pelas profissionais com as crianças ou, mesmo, quando estão em companhia dos responsáveis. Afirmaram que as profissionais passaram a ter maior controle das crianças nesses períodos e, de certa forma, proporcionaram segurança em deixá-las no LDI. Na percepção das educadoras infantis e auxiliares de sala, o conforto do uniforme é relevante para se alcançar segurança. Essa idéia de conforto associa-se a peças simples e desprovidas de detalhes, as quais minimizaram os riscos de acidentes durante a realização das atividades com as crianças no cotidiano do Laboratório. Para a coordenadora e a técnica responsável pelo setor de atendimento à criança, o uniforme por ser uma roupa específica contribui para a segurança da criança durante as atividades realizadas, especificamente àquelas relacionadas com a facilidade de ação e movimento da criança.

As diferenças nos níveis socioeconômicos das famílias atendidas no LDI, além de ser bastante central nos discursos das mães, emergiram de maneira recorrente nos discursos das profissionais do Laboratório, associando-se ao uso do uniforme a homogeneidade do grupo de crianças e, concomitantemente, a uma melhor interação entre os pares, porque evita comparação das diferentes roupas usadas pelas crianças no cotidiano dessa instituição. Nessa perspectiva, o uniforme é valorizado pela sua dimensão educativa.

A opinião geral das mães quanto ao uso do uniforme e à organização do LDI converge-se para uma avaliação positiva. Expressaram que o uniforme utilizado pelas crianças e pelas profissionais reflete em um ambiente mais agradável, mais alegre e mais seguro. Essa visão levou as entrevistadas a relacionar esses aspectos com a segurança para deixar a criança no Laboratório.

A partir dessas concepções apresentadas, os grupos entrevistados foram unânimes em expressar pela obrigatoriedade do uniforme escolar no LDI. Essa obrigatoriedade atribuída à uniformização manifesta-se, entre os grupos, pela importância do uniforme utilizado pelas crianças no Laboratório em relação à família, à criança e à instituição.

Cabe destacar, ainda, a relação entre o uniforme utilizado pelas crianças e a valorização do trabalho realizado pelas profissionais no cotidiano do LDI. Nesse aspecto, as profissionais foram unânimes no reconhecimento de que a uniformização valoriza o trabalho desenvolvido por elas com as crianças, ao considerarem o Laboratório como um espaço educacional e não simplesmente um espaço voltado para o cuidado das crianças. Essas profissionais relacionaram ainda essa vestimenta como promotora de divulgação e “marketing” dessa instituição.

As concepções das entrevistadas sobre os pontos positivos e negativos da uniformização no LDI apresentaram convergências e divergências. Para as mães, os pontos positivos foram àqueles relacionados à praticidade, à economia das roupas comuns e à mudança na organização e aparência do Laboratório. A praticidade do uniforme estava associada à organização das atividades de higienização das peças em casa, além de evitar a seleção das roupas comuns e os conflitos que surgiam na definição da roupa usada pela criança no LDI. Em relação à economia das roupas comuns, as mães mencionaram que essas vestimentas têm apresentado maior durabilidade, porque não estão sendo usadas diariamente pela criança, e, conseqüentemente, reduziram as despesas da família com o consumo do vestuário. Consideraram ainda, como ponto positivo da uniformização, aspectos relacionados ao ambiente físico do Laboratório. As mães relataram que as áreas interna e externa estão mais organizadas, mais bonitas e com aparência mais agradável. Ao direcionar as representações para os pontos negativos da uniformização, a maioria das mães não encontrou. Entretanto, mencionaram que a falta de adesão de todas as mães, nesse processo, pode ser considerada como um aspecto negativo e reforçaram a necessidade

de participação de todas, objetivando manter o uso diário e frequente do uniforme pelas crianças.

Essa associação perpassa, de maneira diferenciada, o conjunto das representações construídas pelas educadoras infantis e auxiliares de sala sobre os pontos positivos da uniformização. Entre essas profissionais destacaram a praticidade do uniforme relacionada ao conforto e liberdade de ação e de movimento para a criança durante a realização das atividades, bem como durante as trocas das peças pela auxiliar de sala, a segurança e a mudança na aparência do ambiente físico do Laboratório. No entanto, foram apresentadas como convergentes as avaliações das mães e destas profissionais quanto ao ambiente físico. Consideraram que a instituição está esteticamente mais bonita com o uso do uniforme pelas crianças. Em relação aos pontos negativos, essas profissionais foram unânimes em afirmar que não existem.

No universo das representações da coordenadora e da técnica responsável pelo setor de atendimento à criança, evidenciou-se que a uniformização integrou a proposta político-pedagógica do LDI, estimulando o desenvolvimento da autonomia da criança através do uso da roupa específica na cultura escolar. Além disso, identificaram como pontos positivos a divulgação do Laboratório e a praticidade para as mães organizarem as roupas na bolsa da criança. Aspectos convergentes foram encontrados nas representações dessas profissionais com as mães, ao considerarem a praticidade na higienização das peças e a diminuição no consumo das roupas comuns. Convergentes também foram as representações dessas profissionais com as educadoras infantis e auxiliares de sala ao relacionarem os pontos positivos da uniformização com a segurança e a liberdade de ação e movimento na realização das atividades pela criança no cotidiano da instituição.

A coordenadora e a técnica responsável pelo setor de atendimento à criança não levantaram pontos negativos em relação à uniformização. Entretanto, fizeram uma consideração em relação ao preço cobrado na aquisição do uniforme, acreditando ser possível uma revisão na planilha dos valores fixados no ano de 2005, com o objetivo de reduzir esses preços.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como tema central as representações sociais construídas pelas mães e pelas profissionais do Laboratório de Desenvolvimento Infantil sobre o uso do uniforme escolar pelas crianças. A partir de reflexões gerais que esses sujeitos sociais representaram sobre o uniforme na cultura escolar, adentramo-nos, especificamente, no universo representacional do uso dessa vestimenta no referido Laboratório. Nesse contexto, a Teoria das Representações Sociais apresentou-se como um instrumento teórico-metodológico importante e adequado para a compreensão e análise dessas representações que, associadas ao método de análise de conteúdo, buscaram apreender os discursos dos grupos entrevistados.

Ao analisar as representações e avaliações elaboradas pelos sujeitos sociais da pesquisa, percebeu-se que a criança, ao estar uniformizada, beneficia as instituições família e escola. Essa percepção foi associada aos seguintes aspectos: identificação, segurança e valorização da criança; minimização das diferenças socioeconômicas entre as crianças, em termos do vestuário; praticidade da vestimenta; e caracterização da instituição e mudanças na organização do ambiente físico da instituição. Nessa perspectiva, a recomendação tanto das mães quanto das profissionais do Laboratório de Desenvolvimento Infantil é de que o uniforme utilizado pelas crianças se torne obrigatório.

A partir das entrevistas, pode-se entender que, para as mães, o uniforme utilizado pelas crianças no LDI facilita o trabalho das profissionais em atividades realizadas com as crianças dentro e fora dessa instituição. Na percepção das educadoras

infantis e auxiliares de sala, o uniforme é uma roupa confortável e, portanto, contribui significativamente para a liberdade de ação e de movimento da criança durante a realização das atividades nas áreas interna e externa do Laboratório. Para a coordenadora e para a técnica responsável pelo setor de atendimento à criança, o uniforme homogeneizou o grupo de crianças, identificando-as entre os pares e, ao mesmo tempo, diferenciando-as das crianças de outras instituições.

Ao avaliar a satisfação das mães quanto à implantação do uniforme escolar no LDI, identificou-se, na sua maioria, a total satisfação com essa vestimenta usada pelas crianças, principalmente em relação à confecção, ao conforto, à cor, ao modelo, à modelagem, à higienização e à praticidade. Verifica-se, portanto, a importância do planejamento do uniforme escolar para uso em instituições de educação infantil, mas, ao fazê-lo, devem-se sempre considerar as peculiaridades dos grupos a serem atendidos. Outro ponto avaliado pelas entrevistadas foi quanto ao custo de aquisição do uniforme. A maioria considera que o valor cobrado é alto, mas compensatório, porque diminuiu o desgaste e o consumo das roupas comuns usadas pelas crianças nesse Laboratório e, conseqüentemente, reduz as despesas do vestuário da família.

As representações sociais das educadoras infantis e auxiliares de sala do Laboratório de Desenvolvimento Infantil revelaram a existência da relação entre o uniforme utilizado pelas crianças e a realização das atividades cotidianas beneficiando, assim, tanto aquelas desempenhadas pelas crianças nas áreas interna e externa, bem como realizadas pelas próprias profissionais ao lidarem com as crianças. Com relação às atividades realizadas pelas crianças foi possível perceber, pelos depoimentos desse grupo, que estas demonstraram melhor liberdade de ação e de movimento, como também independência, através do uso da roupa.

A busca por uma reflexão a respeito da relação entre o uniforme escolar e as atividades desempenhadas pelas crianças no cotidiano do LDI encontra-se fundamentada na Teoria Piagetiana. É importante caracterizar inicialmente que o desenvolvimento das crianças desse grupo, segundo essa Teoria, compreende os períodos sensoriomotor e pré-operacional. No período sensoriomotor, a criança conhece o mundo pela ação motora e pelos sentidos, e no período pré-operacional a criança reconstrói, no nível da representação, o que construiu por meio da ação. Isso significa dizer que toda representação está ligada a uma ação. Portanto, nesses períodos é fundamental que a criança explore o mundo, e para que isso ocorra há necessidade de

liberdade de ação e de movimento, que está ligada diretamente ao seu desenvolvimento físico-motor e indiretamente aos outros aspectos do desenvolvimento.

Assim, agindo sobre o mundo, a criança constrói seu conhecimento. Mas essa construção não ocorre apenas por meio das atividades pedagógicas que são proporcionadas às crianças por uma instituição de educação infantil. É importante ressaltar que outros aspectos influenciam o desenvolvimento da criança. Nesse sentido, retomando os depoimentos das educadoras infantis e auxiliares de sala, fica evidente a importância e a necessidade do uniforme utilizado pelas crianças no LDI, planejado especificamente para esse grupo, proporcionando-as conforto para explorar de maneira livre e com liberdade de ação e de movimento as atividades desenvolvidas no cotidiano deste Laboratório e, conseqüentemente, favorecendo o desenvolvimento físico-motor, por exemplo a coordenação motora grossa e a coordenação motora fina, além do desenvolvimento social, moral, afetivo e cognitivo.

Quanto às atividades realizadas pelas profissionais que lidam diretamente com as crianças, ficou evidente que o uniforme facilita as trocas das roupas nas crianças, reduzindo o tempo dessa atividade e proporcionando maior segurança, estando esta associada ao conforto do uniforme. Assim, essas trocas ficaram mais fáceis em razão da modelagem apropriada, dos modelos simples e desprovidos de detalhes. Nesse sentido, a criança está protegida pela própria roupa que veste, diminuindo o risco de acidentes nas áreas interna e externa do LDI, relacionado ao uso de uma roupa não apropriada.

Diante das representações e avaliações apresentadas e das experiências vivenciadas pela autora, na área de uniformização profissional foi possível inferir que o uniforme utilizado pelas crianças no LDI pode ser considerado um equipamento de proteção individual, à medida que beneficia a criança, a família e a própria instituição de educação infantil, além de atender à proposta político-pedagógica do Laboratório, que, dentre outras, visa ao desenvolvimento integral da criança, ou seja, os aspectos físico-motor, social, afetivo, moral e cognitivo.

Nesse contexto, uma instituição de educação infantil que objetiva à construção do cidadão, a partir do desenvolvimento integral da criança, deve proporcionar ambiente adequado buscando a participação ativa da criança nas atividades oferecidas no seu cotidiano. Assim, aspectos relacionados à experiência, autonomia, sentimentos de independência e autoconfiança são proporcionados à criança através do uso da roupa adequada e que facilita a sua ação de vestir e despir. Reforçando essas considerações, Barreto (2006) ressalta que:

À medida que a criança executa as atividades e é bem sucedida, torna-se mais confiante em sua capacidade de lidar com o corpo em situações que envolvam movimento. Dessa forma, ela começará a realizar atividades de movimento mais complexas. É importante que a criança tenha oportunidade de desenvolver o aspecto físico-motor num ambiente físico e humano eficiente, seguro e responsivo (BARRETO, 2006, p. 1).

No campo das limitações deste estudo, pode-se ressaltar a carência de referências bibliográficas na área de vestuário, especificamente àquelas relacionadas ao uniforme escolar, além da dificuldade deparada pela autora desta pesquisa de encontrar trabalhos de pesquisas, realizados no Brasil, que validassem os resultados encontrados nesta dissertação. Nesse sentido, espera-se que este trabalho seja anunciador de outros estudos, no campo da uniformização escolar, por ser um objeto pouco explorado na sociedade contemporânea, e que efetivas contribuições sejam estendidas às instituições de educação infantil, de modo a adequá-las à nova realidade de atendimento à criança.

Ao longo desse percurso, uma nova questão foi sendo construída, refletida e, portanto, precisa ser verificada: Quais as representações construídas pelas crianças sobre o uso do uniforme?

REFERÊNCIAS

AFONSO, E. T. O vestuário da criança de zero a seis anos. **Falando de Criança**, Viçosa, DED/LDH, v. 16, n. 112, p. 2, 1999.

ALCALDE, L. Uniforme, o conflito. **Revista Isto É**, São Paulo, 19/11/1997.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981. p. 279.

ARRUDA, A. As representações sociais: desafios de pesquisa. **Revista de Ciências Humanas. Representações Sociais: Questões Metodológicas**, Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, v. 1, n. 1, p. 9-23, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1979. 229 p.

BARRETO, M. L. M. **Interação social e desenvolvimento cognitivo**: Um estudo com crianças em jogos em grupo e atividades livres no “Playground”. Campinas, SP: Unicamp, 1996. 269 f. Dissertação (Mestrado em Educação-Psicologia Educacional) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas.

BARRETO, M. L. M. **Acompanhamento do desenvolvimento da criança**. Viçosa, MG: DED/UFV, 2006. (Apostila usada na disciplina ECD-332 – Métodos de Estudo do Desenvolvimento da Criança).

BARROS, F. **O homem casual**: A roupa do novo século. São Paulo: Mandarim, 1998. 220 p.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. 7. ed. Lisboa/Portugal: La Sociéte de Consommation. 1995, 213 p.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som** – Um manual prático. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 516 p.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 178 p.

BIAGGIO, A. M. B. **Psicologia do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BOK, A. M. B. A Psicologia Social. In: _____. **Psicologia** – Uma Introdução ao Estudo da Psicologia. São Paulo: Saraiva, 1991. p. 110-119.

BORGES, T. M. M. O conhecimento social. In: _____. **A criança em idade pré-escolar**. São Paulo: Ática, 1994. Cap. 8, p. 86-171.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989. Cap. 1, p. 6-16.

BOURDIEU, P. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989. Cap. 5, p. 107-132.

BRUSCHINI, C.; RIDENTI, S. **Família, casa e trabalho**. São Paulo, Fev. 1994. 88 p. (Cadernos de Pesquisa).

CARVALHO, A. M.; MACHADO, M. G. M.; SUYAMA, E. Afetividade, cultura e cuidado: possibilidades para o desenvolvimento da criança. In: LEITE, S.A.S. (Org.). **Cultura, cognição e afetividade: A sociedade em movimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 39-84.

CARREIRA, S. S. **Análise dos fatores de sucesso das empresas no ramo de confecções na região noroeste do Paraná** – “Corredor da Moda” período 1990 a 2000. Florianópolis: UFSC, 2001. 177 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CERISARA, A. B. **O Referencial curricular nacional para a educação infantil no contexto das reformas**. Cad. CEDES. [online]. set. 2002, vol. 23, nº 80 [citado 09 Maio 2005], p. 326-345. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=scuarttext&pid=S0101-73302002008000016&Ing=en&nrm=iso>>. ISSN 0101-7330.

CORRÊA, B. C. Considerações sobre qualidade na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 85-112, jul. 2003.

CUNHA, M. V. A escola contra a família. In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 447-468.

DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. **Qualidade na educação da primeira infância** – Perspectivas pós-modernas. Porto Alegre: Artmed, 2003. 264 p.

DE LA TAILLE, I. O lugar da interação social na concepção de Jean Piaget. **Piaget, Vygotsky e Wallon: Teorias psicogenéticas em discussão.** In: _____. São Paulo: Summus, 1992. p. 11-21.

DRAPER, M. W.; DRAPER, H. E. Children's clothing. In: _____. **Caring for children.** Illinois: A Bennett Career Book, 1973. p. 220-247.

BRUSCHINI, C.; RIDENTI, S. Família, casa e trabalho. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, v. 88, p.18, fev. 1994.

ECO, U. (Org.). **Psicologia do vestir.** 3. ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 1989.

ENESCO, I. A representação do mundo social na infância. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DO PROEPRE: CONSTRUTIVISMO E EDUCAÇÃO, 12., 1985, Campinas. **Anais...** Campinas, SP: Unicamp, 1985. p. 109-119.

FISCHER-MIRKIN, T. **O código do vestir: Os significados ocultos da roupa feminina.** Rio de Janeiro: Rocco, 2001. p. 241.

FRANCO, M. L. P. B. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. **Caderno de Pesquisa,** v. 34, n. 121, jan/abr. 2004. p. 169-186. ISSN 0100-1574.

GADE, C. **Psicologia do consumidor e da propaganda.** São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda., 1998. 269 p.

A BÍBLIA SAGRADA. **GÊNESIS,** c.3, v.7. Tradução na linguagem atual. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1992. p. 1567.

GIL, A .C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GUARECHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em representações sociais.** 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 324 p.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. 102 p.

HOLLANDER, A. **O sexo e as roupas.** A Evolução do Traje Moderno. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. 260 p.

HORN, M. J. The second skin. In: _____. **Clothes and the self concept.** Boston: University of Nevada; Houghton Mifflin Company, 1968. p. 88-108.

HUBER, J. Gender role change in families. In: DEACON, R. E.; FIREBAUCH, F. M. **Family resource management: principles and application.** 2. ed. Boston: Allyn and Bacon, INC., 1988. p. 41-58.

JR, M. K. Educando a infância brasileira. In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 469-496.

KÖHLER, C. **História do vestuário**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 564.

LAKATOS, E. V.; MARCONI, A. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MADEIRA, V. P. C.; PESSOA, L. G. P. Para falar em representação social. In: **III Jornada Internacional e I Conferência Brasileira sobre Representações Sociais**. Tema Central: Relações entre práticas e representações. Rio de Janeiro, 2003. p. 796-812.

MCCRACKEN, G. **Cultura e consumo: Novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. 206 p.

MENDONÇA, M. C. M. M. **O vestuário e a moda como linguagem artística e simbólica**. p. 08. Disponível em: <<http://wawrwt.iar.unicamp.br/anpap/anais99/historia22.htm>>. Acesso em: ago. 2004.

MIRANDA, A. P. C.; GARCIA, M. C. Moda: Objeto de desejo. **Revista Virtual do Núcleo de Moda da Faculdade de Boa Viagem**. Trabalho publicado no Balas (Business Association Latin American Studies). p. 03. Disponível em: <<http://www.recmoda.com.br/bazar/001.html>>. Acesso em: ago. 2004.

MIRANDA, A. P. C.; MARCHETTI, R.; PRADO, P. **Moda e autoconceito: Produtos como símbolos do eu**. p. 08. Disponível em: <<http://www.informal.com.br/artigos/MKT24.html>>. Acesso em: ago. 2004.

MONTEIRO, G. **A metalinguagem das roupas**. São Paulo: USP, 2002.

MONTEIRO, J. Uniformes dão aula de história. **Folha de São Paulo**, ago. 1998.

MOSCHIS, G.P. **Consumer socialization – A life-cycle perspective**. Toronto: Lexington Books, 1987. p. 17-37.

NASCIMENTO, M. E. P. **Do adulto em miniatura à criança como sujeito de direitos: A construção de políticas de educação para a criança de tenra idade na França**. Campinas, SP: Unicamp, 2001. 446 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas.

NEVES, N. V. G. **Instituição de educação infantil e família: Limites e possibilidades de um projeto participativo**. Viçosa, MG: UFV, 2005. 175 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

OLIVEIRA, F. O.; WERBA, G. C. Representações sociais. In: STREY, M.N. et al. **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 104-117.

PIAGET, J. Psicologia da Inteligência. In: **La psychologie de L'intelligence**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 157-178.

PITELLI, E. J. **Estudo da competitividade das fiações da região norte e noroeste do Estado do Paraná**. Florianópolis: UFSC, 2002. 143 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PRADO, M. V. Uma visão econômica do Brasil e da sua indústria têxtil. **Revista Textília**, n. 32, ano 9. 32. ed. Brasil Têxtil Ltda., abr./maio/jun. 1999. p. 10-19.

RADICETTI, E. **Medidas antropométricas padronizadas para a indústria do vestuário**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 68 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Rio de Janeiro: COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres educadas na colônia. In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 79-94.

ROCHA, M. A. V. **Contribuição ao desenvolvimento de uma metodologia para a caracterização do comportamento do consumidor da indústria do vestuário**: Uma abordagem segundo maslow. Recife: UFPE, 1999. 118 f. Dissertação (Mestrado em Gerência de Produção) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SÁ, C. P.; ARRUDA, A. O estudo das representações sociais no Brasil. **Revista de Ciências Humanas - Representações Sociais e Interdisciplinaridade**, Florianópolis, v. 1. n 1, p. 11-31, 2000.

SÁ, C. P. **A Construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. 110 p.

SÁ, C. P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: As representações na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 19-45.

SANT'ANNA, M. R. **Para além das batinas**. Disponível em: <[http://www.ceart.udesc.br/Revista Arte Online/Volumes/artmara.htm](http://www.ceart.udesc.br/Revista_Arte_Online/Volumes/artmara.htm)>. Periódico on line de Artes. Acesso em: maio 2005.

SANTAELLA, L. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 186.

SILVA, L. H. **As representações sociais da relação educativa escola-família no universo das experiências brasileiras de formação em alternância**. São Paulo: PUC, 2000. 283 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

SILVA, L. H. Representações sociais e educação: refletindo sobre as possibilidades de um diálogo. **Psicologia em Estudo, DPI/CCH/UEM**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 105-124, 1998.

SILVA, R. A.; SOARES, R. Juventude, escola e mídia. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 82-94.

SOUZA, V. R. **A idéia de infância**. 2003. p. 5. Disponível em: <<http://www.sapereaudare.hpg.ig.com.br/psicologia/texto15.html>>. Acesso em: out. 2004.

SPINK, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: As representações nas perspectivas da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

STONE, J. Clothes for preschoolers. Dressing your child for success. In: **Consumer choicess series, selecting clothes for preschoolers, ages 3 to 5**. Ames, IA: Iowa State University Extension 1994. 4p. Disponível em: <<http://www.canadianparents.com/articles/feature>>. Acesso em: mar. 2004.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996. 108 p.

TRINDADE, C. C. **A interferência de alterações sociais sobre o comportamento do consumidor infantil**. São Paulo: USP, 2002. Disponível em: <http://www.cad.fea.usp.br/tcc/trabalhos/artigo_Christiane%20C%20Trindade.pdf>. Acesso em: ago. 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1995.

VERÍSSIMO, M. L. O. R. **O olhar de trabalhadoras de creches sobre o cuidado da criança**. São Paulo: USP, 2001. f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

WEBER, M. A Objetividade do conhecimento na Ciência Social. In: WEBER, M. **Metodologias das Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 107-154.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista com as Mães

Data da Entrevista:

Horário:

Duração:

Temas:

1. Caracterização da Mãe:

Nome da entrevistada:

Idade:

Naturalidade:

Estado civil:

Escolaridade:

Formação profissional:

Profissão (situação na UFV/Outros):

Local de trabalho:

Renda Bruta Mensal (salário mínimo):

2. Representações sociais da mãe sobre o uso do uniforme escolar pela criança

- Que palavras, idéias ou imagens vêm a sua mente quando falo “uniforme escolar”?
- De modo geral, qual o significado do uniforme escolar para você?
- O que você pensa a respeito do uso do uniforme escolar pelas crianças no LDI?

Sub-temas: significado do uniforme; uso do uniforme no Laboratório (padronização das crianças, identificação e segurança da criança dentro e fora do Laboratório, diferenças nos níveis sócio-culturais, organização da instituição).

3. Satisfação da mãe quanto ao uso do uniforme escolar pela criança

- Você está satisfeita com o uso do uniforme escolar pelo seu filho (a) no LDI?
Por quê?

Sub-temas: em relação ao modelo; à modelagem; à confecção; a cor; à praticidade; durabilidade das peças (tempo); higienização das peças (dificuldades e facilidades); conforto; consumo de roupas comuns - não uniforme - para uso no laboratório (alterou ou não alterou); conflito na escolha e definição de roupas comuns - não uniforme - para uso no laboratório; troca diária das peças (facilidade e dificuldade).

- Você poderia situar a experiência vivenciada entre o período em que não foi usado o uniforme escolar pelo seu filho (a) no LDI e hoje?

Sub-temas: comparação entre as experiências anteriores e a da uniformização; tempo de uso do uniforme; dificuldades encontradas na uniformização da criança; pontos positivos e pontos negativos da uniformização.

4. Custo do uniforme escolar

- Como você compara, em termos econômicos, o custo do uniforme escolar usado pelo seu filho (a) no Laboratório a roupas comuns - não uniforme?

Sub-temas: comparação entre o custo do uniforme escolar e o custo de roupas comuns; viabilidade quanto à aquisição (uniforme e as roupas comuns).

APÊNDICE B

Roteiro de Entrevista com a Equipe Técnica do LDI - Coordenadora e a Técnica Responsável pelo Setor de Atendimento à Criança

Data da Entrevista:

Horário:

Duração:

Temas:

1. Caracterização da Equipe Técnica:

Nome do entrevistado:

Idade:

Naturalidade:

Estado civil:

Escolaridade:

Formação profissional:

Profissão (situação na UFV/Outros):

Local de trabalho:

Renda Bruta Mensal (salário mínimo):

2. Representações sociais da equipe técnica do LDI sobre o uso do uniforme escolar pelas crianças

- Que palavras, idéias ou imagens vêm a sua mente quando falo “uniforme escolar”?
- De modo geral, qual o significado do uniforme escolar para você?
- O que você pensa a respeito do uso do uniforme escolar pelas crianças no LDI?

Sub-temas: significado do uniforme; importância do uniforme (padronização das crianças, identificação e segurança da criança dentro e fora do laboratório, diferenças nos níveis sócio-cultural, organização e divulgação da instituição). Pontos positivos e pontos negativos do uniforme escolar.

3. Estratégias utilizadas pela equipe do LDI

- Quais as estratégias utilizadas pelo LDI para informar aos usuários sobre o uso do uniforme escolar pelas crianças? Como essas estratégias são transmitidas?
- Na sua percepção, como os usuários recebem a informação sobre o uso do uniforme escolar pela criança, que passa a frequentar o LDI?

Sub-temas: Tipos de estratégias; percepção sobre o uso do uniforme.

APÊNDICE C

Roteiro de Entrevista com a Equipe de Apoio Técnico do LDI - Educadora Infantil e Auxiliar de Sala

Data da Entrevista:

Horário:

Duração:

Temas:

1. Caracterização da Equipe de Apoio Técnico:

Nome do entrevistado:

Idade:

Naturalidade:

Estado civil:

Escolaridade:

Formação profissional:

Profissão (situação na UFV/Outros):

Local de trabalho:

Renda Bruta Mensal (salário mínimo):

2. Representações sociais da equipe de apoio técnico do LDI sobre o uso do uniforme escolar pelas crianças

- Que palavras, idéias ou imagens vêm a sua mente quando falo “uniforme escolar?”
- De modo geral, qual o significado do uniforme escolar para você?
- O que você pensa a respeito do uso do uniforme escolar pelas crianças no LDI?

Sub-temas: significado do uniforme; uso do uniforme no Laboratório (padronização das crianças, identificação e segurança da criança dentro e fora do Laboratório, diferenças nos níveis sócio-cultural, organização da instituição).

3. Uniforme escolar usado pelas crianças e a realização de atividades no LDI

- Na sua opinião, como educadora infantil ou auxiliar de sala, o uso do uniforme escolar pelas crianças interfere nas suas atividades realizadas diariamente? Como? Fale-me sobre essa(s) experiência(s).
- Você percebeu diferenças na facilidade de movimentos e flexibilidade da criança usando roupa comum e o uniforme escolar?

Sub-temas: a relação entre realização de atividades e o uso do uniforme quanto à praticidade; liberdade de movimentos; conforto; troca diária das peças; segurança da criança nas atividades desenvolvidas; interação entre as crianças; interação entre as crianças e a equipe de apoio técnico. Experiências percebidas na sala de atividade (empilhando blocos, agachando e levantando, sentando à mesa e no chão, outros); na área externa (subindo e descendo nos brinquedos, correndo, pulando, pedalando velotrol, outros); durante o sono e durante as refeições. Pontos positivos e pontos negativos do uniforme escolar.

ANEXOS

ANEXO 1

PROPOSTA DE UNIFORMIZAÇÃO ESCOLAR PARA AS CRIANÇAS DO LABORATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL



Figura 1A – Modelos de uniforme verão.



Figura 2A – Modelo de uniforme meia estação.



Figura 3A – Modelos de uniforme inverno.

ANEXO 2

PROJETO-PILOTO

CARACTERIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NO PASSO A PASSO

IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA	
Sala:	Família n°:
Criança:	
Mãe:	
Pai:	
N° de Dependentes:	
Data de Nascimento:	
Idade da criança:	
Data de Matrícula (Frequência):	
Telefone Mãe:	
Telefone do Pai:	
Escolaridade da Mãe:	
Escolaridade do Pai:	
Profissão da Mãe:	
Profissão do Pai:	

ANEXO 3

CARACTERIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NO LDI

Sala:	Família n°:
Nome da criança:	
Nome da mãe:	
Nome do pai:	
Data de nascimento:	
Idade da criança/outubro de 2005:	
Tempo de frequência no LDI:	
Categoria funcional/Mãe:	
Categoria funcional/Pai:	
Início/ uso uniforme:	